JUCESP
03 08 21
JUCESP PROTOCOLO
0.664.257/21-5

SUPERBAC BIOTECHNOLOGY SOLUTIONS S.A
CNPJ/MF nº 00.657.661/0001-94
NIRE 35.300.340.604

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 2021

DATA, HORA E LOCAL: Aos 16 (dezesseis) dias do mês de junho de 2021, às 08:30 horas, na sede social da Companhia, localizada na cidade de Cotia, Estado de São Paulo, na Rua Santa Mônica, nº 1025, Parque Industrial San José, CEP 06715-865.

CONVOCAÇÃO: Edital de Convocação publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Jornal Agora, nas edições do dia 01, 02 e 03 de junho de 2021, bem como mediante envio de cartas pessoais aos acionistas, conforme disposto no artigo 8º do Estatuto Social da Companhia.

PRESENÇAS: Presentes os acionistas representando 93,611% do capital social da Companhia, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença dos Acionistas. Presentes também os Diretores da Companhia, Srs. Luiz Augusto Chacon de Freitas Filho, Mozart Fogaça Júnior, Giuliano Pauli e Wilson Ernesto da Silva e o representante dos auditores independentes – Ernst Young. – Sr. Wallace Weberling Pereira em conformidade com o art. 134, §1º, da Lei nº 6.404/76.

PUBLICAÇÕES: O relatório da administração e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2019 foram publicados no dia 03 de julho de 2020 no Diário Oficial do Estado de São Paulo, folha 8, e no Jornal Agora, folha A9, enquanto o relatório da administração e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2020 foram publicados no dia 30 de abril de 2021 no Diário Oficial do Estado de São Paulo, folha 54, e no Jornal Agora, folha A11.

MESA: Sr. Luiz Augusto Chacon de Freitas Filho – Presidente. Srta. Claudinéia Barbosa dos Santos – Secretária.

ORDEM DO DIA: **(a)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2019 e 31/12/2020; **(b)** deliberar sobre o resultado dos exercícios sociais encerrados em 31/12/2019 e 31/12/2020; **(c)** reeleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; e **(d)** fixar a remuneração dos administradores da Companhia.

Este documento foi assinado digitalmente por Luiz Augusto Chacon De Freitas Filho e Claudineia Barbosa Dos Santos.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código C769-3C58-8B6A-838E.

Este documento foi assinado digitalmente por Luiz Augusto Chacon De Freitas Filho e Claudineia Barbosa Dos Santos.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código C769-3C58-8B6A-838E.

JUCESP
03 08 21

DELIBERAÇÕES: Dispensada a leitura dos documentos referidos no art. 133, da Lei nº 6.404/76, os mesmos foram submetidos pela mesa à discussão e, passada a votação, os acionistas deliberaram, por unanimidade e sem quaisquer restrições:

(a) aprovar, com abstenção dos legalmente impedidos, as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2019 e 31/12/2020;

(b) aprovar a destinação dos resultados dos exercícios sociais encerrados em 31/12/2019 e 31/12/2020, conforme proposta da Administração, para absorção de prejuízos acumulados durante os referidos exercícios;

(c) reeleger os seguintes membros para o Conselho de Administração da Companhia, para um mandato de 02 (dois) anos, portanto, até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as contas dos administradores relativas ao exercício social encerrado em 2022, a se realizar em 2023.

(c.1) por indicação da acionista Bio Gênesis Participações S.A.:

(i) **Luiz Augusto Chacon de Freitas Filho**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 17.677.000-8 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob nº 004.476.916-43, com endereço na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Arizona, nº 491, 8º andar, Brooklin Novo, CEP 04567-001, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração;

(ii) **André Jafferian Neto**, brasileiro, separado judicialmente, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 9.041.200-X – SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 066.245.978-44, com endereço na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Santos, nº 1.496, Jardim Paulista, CEP: 01418-100, para o cargo de membro do Conselho de Administração; e,

(iii) **José Antonio do Prado Fay,** brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da cédula de identidade RG nº 40.632.247-47 DPC-RS, inscrito no CPF/ME sob nº 210.397.040-34, com endereço na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Professor Frederico Herman Jr., nº 199, apartamento 132A, Alto de Pinheiros, CEP 05459-010, para o cargo de membro do Conselho de Administração;

(c.2) por indicação da acionista Sommerville Investments B.V:

Este documento foi assinado digitalmente por Luiz Augusto Chacon De Freitas Filho e Claudineia Barbosa Dos Santos.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código C769-3C58-8B6A-838E.

Este documento foi assinado digitalmente por Luiz Augusto Chacon De Freitas Filho e Claudineia Barbosa Dos Santos.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código C769-3C58-8B6A-838E.

JUCESP
03 08 21

(i) **Matheus Morgan Villares,** brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 10.420.458 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob nº 257.655.128-95, com endereço na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, nº 151, 18º andar, Itaim Bibi, CEP 01451-011, para o cargo de membro do Conselho de Administração.

(c.3) por indicação da Companhia, sem prejuízo dos direitos de indicação previstos no Acordo de Acionistas da Companhia:

(i) **Mario Alves Barbosa Neto**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.503.411-7 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob nº 269.275.278-34, com endereço na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Professor Horacio Berlinck, nº 536, CEP 05505-040, para o cargo de membro do Conselho de Administração.

Os conselheiros ora eleitos neste ato tomam posse em seus respectivos cargos mediante lavratura de termo de posse no livro próprio, onde declaram não estarem impedidos por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos.

(d) ratificar o montante da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2020 de R$ 7.713.961,00 (sete milhões, setecentos e treze mil, novecentos e sessenta e um reais) e fixar a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2021 em até R$ 9.736.501,00 (nove milhões, setecentos e trinta e seis mil, quinhentos e um reais).

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a assembleia, da qual lavrou-se a presente ata na forma de sumário conforme art. 130, §1º, da Lei nº 6.404/76, que, lida e achada conforme, foi assinada pelos membros da mesa e por todos os acionistas presentes. (aa) Mesa: Luiz Augusto Chacon de Freitas Filho – Presidente; Claudinéia Barbosa dos Santos – Secretária. Acionistas presentes: Bio-Gênesis Participações S.A. (p. Luiz Augusto Chacon de Freitas Filho – Diretor Presidente); SB Participações S.A. (p. Luiz Augusto Chacon de Freitas Filho – Diretor Presidente); Luiz Augusto Chacon de Freitas Filho; Sommerville Investments B.V. (p.p. Bruno de Luca Zanatta); Orjen Investments PTE. LTD. (p.p. Bruno de Luca Zanatta); Morungaba Participações Ltda. (p. Renato Ochman); Fourbac Participações S.A. (p. Orlando de Souza Dias e p.p Maria Cecília Castro Neves Ipiña); André Jafferian Neto; e, Daniel Citron.

Este documento foi assinado digitalmente por Luiz Augusto Chacon De Freitas Filho e Claudineia Barbosa Dos Santos.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código C769-3C58-8B6A-838E.

Este documento foi assinado digitalmente por Luiz Augusto Chacon De Freitas Filho e Claudineia Barbosa Dos Santos.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código C769-3C58-8B6A-838E.

JUCESP
03 08 21

[Continuação da Ata da Assembleia Geral Ordinária da Superbac Biotechnology Solutions S.A. realizada em 16 de junho de 2021.]

A presente é cópia fiel da original lavrada em livro próprio.

Cotia – SP, 16 de junho de 2021.

Mesa:

Luiz Augusto Chacon de Freitas Filho Presidente	**Claudinéia Barbosa dos Santos** Secretária

JUCESP
03 AGO 2021
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – JUCESP
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO
GISELA SIMIEMA CESCHIN
SECRETÁRIA GERAL
354.873/21-0
JUCESP

Este documento foi assinado digitalmente por Luiz Augusto Chacon De Freitas Filho e Claudineia Barbosa Dos Santos.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código C769-3C58-8B6A-838E.

Este documento foi assinado digitalmente por Luiz Augusto Chacon De Freitas Filho e Claudineia Barbosa Dos Santos.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código C769-3C58-8B6A-838E.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/C769-3C58-8B6A-838E ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: C769-3C58-8B6A-838E

Hash do Documento

53459DF611189576B07933C15930E6F524A2D07B5982D31C7252BAEF9B553DB6

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 12/07/2021 é(são) :

- ☑ LUIZ AUGUSTO CHACON DE FREITAS FILHO (Parte) - 004.476.916-43 em 12/07/2021 13:32 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital
- ☑ Claudinéia Barbosa dos Santos (Parte) - 379.323.288-37 em 05/07/2021 12:19 UTC-03:00
  Nome no certificado: Claudineia Barbosa Dos Santos
  Tipo: Certificado Digital

JUCESP
03 08 21

SUPERBAC BIOTECHNOLOGY SOLUTIONS S.A

CNPJ/MF nº 00.657.661/0001-94
NIRE 35.300.340.604

TERMO DE POSSE

Pelo presente termo de posse, o Sr. **LUIZ AUGUSTO CHACON DE FREITAS FILHO**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 17.677.000-8 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob n. 004.476.916-43, com endereço na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Arizona, nº 491, 8º andar, Brooklin Novo, CEP 04567-001, toma posse em seu cargo de Presidente do Conselho de Administração da **SUPERBAC BIOTECHNOLOGY SOLUTIONS S.A.**, sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.657.667/0001-94, com endereço na cidade de Cotia, Estado de São Paulo, na Rua Santa Mônica, nº 1.025, Parque Industrial San José, CEP 06715-865 ("**Companhia**"), o qual foi eleito na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada nesta data, para um mandato de 02 (dois) anos, contados desta data, até a Assembleia Geral Ordinária de 2023.

O Conselheiro ora empossado expressamente que aceita a sua nomeação, ficando investido nas funções do referido cargo, e que não está impedido de exercer a administração da Companhia, por não estar incurso em nenhum dos crimes legalmente previstos que o impeça de exercer atividades empresariais, bem como que, sob as penas da lei, que não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou condenado à pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do art. 147 da Lei nº 6.404/76.

Cotia-SP, 16 de junho de 2021.

LUIZ AUGUSTO CHACON DE FREITAS FILHO

Este documento foi assinado digitalmente por Luiz Augusto Chacon De Freitas Filho.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 9976-B27D-D80A-DD64.

Este documento foi assinado digitalmente por Luiz Augusto Chacon De Freitas Filho.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 9976-B27D-D80A-DD64.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/9976-B27D-D80A-DD64 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 9976-B27D-D80A-DD64

Hash do Documento

E1027F503790D3FD4E0CEE7ECDDCC7ADD9C179497BCDC41E40158EFBF7FBB6A1

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 12/07/2021 é(são) :

☑ LUIZ AUGUSTO CHACON DE FREITAS FILHO (Parte) - 004.476.916-43 em 12/07/2021 13:31 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital

JUCESP
03 08 21

SUPERBAC BIOTECHNOLOGY SOLUTIONS S.A
CNPJ/MF nº 00.657.661/0001-94
NIRE 35.300.340.604

TERMO DE POSSE

Pelo presente termo de posse, o Sr. **ANDRÉ JAFFERIAN NETO**, brasileiro, separado judicialmente, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG n° 9.041.200-X – SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o n°066.245.978-44, com endereço na Alameda Santos, n°1.496, Jardim Paulista, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 01418-100, toma posse em seu cargo de membro do Conselho de Administração da **SUPERBAC BIOTECHNOLOGY SOLUTIONS S.A.**, sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.657.667/0001-94, com endereço na cidade de Cotia, Estado de São Paulo, na Rua Santa Mônica, nº 1.025, Parque Industrial San José, CEP 06715-865 ("**Companhia**"), o qual foi eleito na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada nesta data, para um mandato de 02 (dois) anos, contados desta data, até a Assembleia Geral Ordinária de 2023.

O Conselheiro ora empossado expressamente que aceita a sua nomeação, ficando investido nas funções do referido cargo, e que não está impedido de exercer a administração da Companhia, por não estar incurso em nenhum dos crimes legalmente previstos que o impeça de exercer atividades empresariais, bem como que, sob as penas da lei, que não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou condenado à pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do art. 147 da Lei nº 6.404/76.

Cotia-SP, 16 de junho de 2021.

ANDRÉ JAFFERIAN NETO

Este documento foi assinado eletronicamente por ANDRE JAFFERIAN NETO.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 5A8A-D443-EEFC-7860.

Este documento foi assinado eletronicamente por ANDRE JAFFERIAN NETO.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 5A8A-D443-EEFC-7860.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/5A8A-D443-EEFC-7860 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 5A8A-D443-EEFC-7860

Hash do Documento

EE7D41CD987A6AAE3EE1680ECEFED0822937A1B4221B57628DA3D9363AAECFDD

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 05/07/2021 é(são) :

☑ ANDRÉ JAFFERIAN NETO (Parte) - 066.245.978-44 em 05/07/2021 18:03 UTC-03:00
Tipo: Assinatura Eletrônica
Identificaçao: Por email: assinaturadigital@heracorp.com.br; Código de acesso: 0662

Evidências

Client Timestamp Mon Jul 05 2021 18:03:37 GMT-0300 (-03)
Geolocation Latitude: -23.563366201825893 Longitude: -46.659940084981955 Accuracy: 65
IP 191.162.206.65
Assinatura:

Hash Evidências:
2BFDA1F5052F2A720078762015189FBAC4F2F076F5B3DDFAE14D10027AAABB4C

JUCESP
03 08 21

SUPERBAC BIOTECHNOLOGY SOLUTIONS S.A
CNPJ/MF nº 00.657.661/0001-94
NIRE 35.300.340.604

TERMO DE POSSE

Pelo presente termo de posse, o Sr. **JOSÉ ANTONIO DO PRADO FAY**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da cédula de identidade RG nº 40.632.247-47 DPC-RS, inscrito no CPF/MF 210.397.040-34, com endereço na Avenida Professor Frederico Herman Jr., 199, apartamento 132A, Alto de Pinheiros – São Paulo/SP, toma posse em seu cargo de membro do Conselho de Administração da **SUPERBAC BIOTECHNOLOGY SOLUTIONS S.A.**, sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.657.667/0001-94, com endereço na cidade de Cotia, Estado de São Paulo, na Rua Santa Mônica, nº 1.025, Parque Industrial San José, CEP 06715-865 ("**Companhia**"), o qual foi eleito na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada nesta data, para um mandato de 02 (dois) anos, contados desta data, até a Assembleia Geral Ordinária de 2023.

O Conselheiro ora empossado expressamente que aceita a sua nomeação, ficando investido nas funções do referido cargo, e que não está impedido de exercer a administração da Companhia, por não estar incurso em nenhum dos crimes legalmente previstos que o impeça de exercer atividades empresariais, bem como que, sob as penas da lei, que não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou condenado à pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do art. 147 da Lei nº 6.404/76.

Cotia-SP, 16 de junho de 2021.

JOSÉ ANTONIO DO PRADO FAY

Este documento foi assinado eletronicamente por JOSE ANTONIO DO PRADO FAY.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código EE1A-7B26-27AB-2505.

Este documento foi assinado eletronicamente por JOSE ANTONIO DO PRADO FAY.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código EE1A-7B26-27AB-2505.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/EE1A-7B26-27AB-2505 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: EE1A-7B26-27AB-2505

Hash do Documento

8AC38C537EE6DD9D3531DAB7E4C91ACDBB0C71CD6320D7A2153FC933E2A959F4

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 05/07/2021 é(são) :

☑ JOSÉ ANTONIO DO PRADO FAY (Parte) - 210.397.040-34 em 05/07/2021 14:45 UTC-03:00

Tipo: Assinatura Eletrônica

Identificaçao: Por email: assinaturadigital@heracorp.com.br; Código de acesso: 2103

Evidências

Client Timestamp Mon Jul 05 2021 18:45:15 GMT+0100 (British Summer Time)

Geolocation Location not shared by user.

IP 189.68.181.94

Assinatura:

Hash Evidências:

0D6409523004B219EE45FB71F2C6B1FFCAE3A77105E562ED9A4BE6B8CD95C8A3

JUCESP
03 08 21

SUPERBAC BIOTECHNOLOGY SOLUTIONS S.A
CNPJ/MF nº 00.657.661/0001-94
NIRE 35.300.340.604

TERMO DE POSSE

Pelo presente termo de posse, o Sr. **MATHEUS MORGAN VILLARES,** brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 10.420.458 SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 257.655.128-95, com endereço na Rua Iguatemi, nº 151, 18º andar, Itaim Bibi, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01451-011, toma posse em seu cargo de membro do Conselho de Administração da **SUPERBAC BIOTECHNOLOGY SOLUTIONS S.A.**, sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.657.667/0001-94, com endereço na cidade de Cotia, Estado de São Paulo, na Rua Santa Mônica, nº 1.025, Parque Industrial San José, CEP 06715-865 ("**Companhia**"), o qual foi eleito na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada nesta data, para um mandato de 02 (dois) anos, contados desta data, até a Assembleia Geral Ordinária de 2023.

O Conselheiro ora empossado expressamente que aceita a sua nomeação, ficando investido nas funções do referido cargo, e que não está impedido de exercer a administração da Companhia, por não estar incurso em nenhum dos crimes legalmente previstos que o impeça de exercer atividades empresariais, bem como que, sob as penas da lei, que não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou condenado à pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do art. 147 da Lei nº 6.404/76.

Cotia-SP, 16 de junho de 2021.

MATHEUS MORGAN VILLARES

Este documento foi assinado eletronicamente por MATHEUS MORGAN VILLARES.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código C36B-7C29-E339-55DE.

Este documento foi assinado eletronicamente por MATHEUS MORGAN VILLARES.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código C36B-7C29-E339-55DE.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/C36B-7C29-E339-55DE ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: C36B-7C29-E339-55DE

Hash do Documento

0BA484C7DF726FD7B4FA62181099BDFD9536B4F447BD51EF3B0F1E0102E76DC8

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 07/07/2021 é(são) :

☑ MATHEUS MORGAN VILLARES (Parte) - 257.655.128-95 em 07/07/2021 14:55 UTC-03:00
Tipo: Assinatura Eletrônica
Identificaçao: Por email: assinaturadigital@heracorp.com.br; Código de acesso: 2576

Evidências

Client Timestamp Wed Jul 07 2021 14:55:46 GMT-0300 (Brasilia Standard Time)
Geolocation Latitude: -23.541847331037697 Longitude: -46.722764961483854 Accuracy: 132
IP 177.32.199.194
Assinatura:

Hash Evidências:

A0D68F72D6587B3143731E223C9E92018B4E8A1F15F43A9C9F00A43A25DBE41E

SUPERBAC BIOTECHNOLOGY SOLUTIONS S.A
CNPJ/MF nº 00.657.661/0001-94
NIRE 35.300.340.604

TERMO DE POSSE

Pelo presente termo de posse, o Sr. **MARIO ALVES BARBOSA NETO**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 3.503.411-7SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 269.275.278-34, com endereço na Rua Professor Horacio Berlinck , 536, na cidade São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05505-040, toma posse em seu cargo de membro do Conselho de Administração da **SUPERBAC TECHNOLOGY SOLUTIONS S.A.,** sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.657.667/0001-94, com endereço na cidade de Cotia, Estado de São Paulo, na Rua Santa Mônica, nº 1.025, Parque Industrial San José, CEP 06715-865 ("**Companhia**"), o qual foi eleito na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada nesta data, para um mandato de 02 (dois) anos, contados desta data, até a Assembleia Geral Ordinária de 2023.

O Conselheiro ora empossado expressamente que aceita a sua nomeação, ficando investido nas funções do referido cargo, e que não está impedido de exercer a administração da Companhia, por não estar incurso em nenhum dos crimes legalmente previstos que o impeça de exercer atividades empresariais, bem como que, sob as penas da lei, que não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou condenado à pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do art. 147 da Lei nº 6.404/76.

Cotia-SP, 16 de junho de 2021.

MARIO ALVES BARBOSA NETO

Este documento foi assinado eletronicamente por MARIO ALVES BARBOSA NETO.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 4FF7-8FE1-031A-781F.

Este documento foi assinado eletronicamente por MARIO ALVES BARBOSA NETO.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 4FF7-8FE1-031A-781F.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/4FF7-8FE1-031A-781F ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 4FF7-8FE1-031A-781F

Hash do Documento

8B6D63F752E279D64F954A22E6D4145D62E768871F0EED0E47AB35D2B1F1B0B7

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 22/07/2021 é(são) :

☑ MARIO ALVES BARBOSA NETO (Parte) - 269.275.278-34 em 22/07/2021 12:11 UTC-03:00
Tipo: Assinatura Eletrônica
Identificaçao: Por email: assinaturadigital@heracorp.com.br; Código de acesso: 2692

Evidências

Client Timestamp Thu Jul 22 2021 12:11:03 GMT-0300 (-03)
Geolocation Location not shared by user.
IP 187.119.225.215
Assinatura:

Hash Evidências:
F0D015DAE39EF9EBE3BF874434E47361AD500CDC957DCED33D825DB19BC9A6A6

DAERP
ARTAMENTO DE ÁGUA E
TOS DE RIBEIRÃO PRETO

VISO DE LICITAÇÃO
ão Eletrônico nº 26/2021

RP - DEPARTAMENTO DE E ESGOTOS DE RIBEIRÃO torna público o **Pregão nico nº 26/2021**, do tipo **R PREÇO TOTAL POR**, para aquisição de **JEADORES INFLÁVEIS COLETOR DE ESGOTO**, e descrito no edital e seus

EBIMENTO DAS STAS:
:30 horas do dia 18 de junho de

URA DAS PROPOSTAS:
das 08:30 horas do dia 18 de 2021

DA DISPUTA DE PREÇOS:
das 09:00 horas do dia 18 de 2021

EÇOS ELETRÔNICOS:
rada do Edital: erp.ribeiraopreto.sp.gov.br > es > Abertas > Pregão > 26/2021
la Disputa: www.licitacoes-

io Preto, 31de maio de 2021.
nio Carlos de Oliveira JR.
perintendente - DAERP

DAERP
DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTOS DE RIBEIRÃO PRETO

AVISO DE LICITAÇÃO (RETIFICADO)
Pregão Eletrônico nº 16/2021

O **DAERP - DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTOS DE RIBEIRÃO PRETO** torna público o **Pregão Eletrônico nº 16/2021** do tipo **MENOR PREÇO TOTAL POR LOTE**, para aquisição de **TAMPÃO DE FERRO FUNDIDO NODULAR**, conforme descrito no edital e seus anexos.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:
Até às 08:30 horas do dia 17 de junho de 2021

ABERTURA DAS PROPOSTAS:
A partir das 08:30 horas do dia 17 de junho de 2021

INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS:
A partir das 09:00 horas do dia 17 de junho de 2021

ENDEREÇOS ELETRÔNICOS:
Retirada do Edital: www.daerp.ribeiraopreto.sp.gov.br > Licitações > Abertas > Pregão > 16/2021
Local da Disputa: www.licitacoes-e.com.br

Ribeirão Preto, 31de maio de 2021
Antonio Carlos de Oliveira JR.
Superintendente
DAERP

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LARANJAL PAULISTA

LICITAÇÃO-PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2021-PROCESSO Nº 025/2021 – Objeto: Pregão Presencial or preço, objetivando a aquisição de Tintas para demarcação viária, para o atendimento da Secretaria ça e Trânsito do Município de Laranjal Paulista/SP, conforme especificações constantes do Edital e s- Entrega dos envelopes propostas (01) e habilitação (02), credenciamento- deverão ser entregues e s **até às 9:00 horas do dia 29.06.2021**, iniciando-se a abertura no mesmo dia e horário. Os interessados ter o Edital na íntegra, através do site www.laranjalpaulista.sp.gov.br (link: transparência/licitações), obter maiores informações na Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista, sita. à Praça Armando de Salles 200-Laranjal Paulista-SP, em horário normal de expediente ou através dos telefones: 0xx15.3283.83.38 83.83.31-Laranjal Paulista, 31 de Maio de 2.021-Alcides de Moura Campos Junior- Prefeito Municipal.

ITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE BARRA BONITA

AVISO DE LICITAÇÃO
Nº 061/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2021
Aquisição de leite em pó e alimento enteral. A realização da sessão será no dia 16 de 2021, às 08:30 horas, no endereço eletrônico: www.comprasgovernamentais.gov.br. completo está disponível para consulta e retirada nos endereços eletrônicos: www. ita.sp.gov.br/transparencia/editais-e-licitacoes e www.comprasgovernamentais. arra Bonita, 31 de maio de 2021. José Luis Rici - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUD MENNUCCI

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO N° 008/2021 – PREGÃO PRESENCIAL N° 007/2021
REGISTRO DE PREÇOS N° 006/2021 – PROCESSO N° 048/2021
REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LARANJAL PAULISTA

AVISO DE LICITAÇÃO-PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2021-PROCESSO Nº 022/2021 - Objeto: Pregão Presencial do tipo menor preço, objetivando a Contratação de empresa especializada na retirada de conjunto semafórico existente e fornecimento de material e mão de obra para implantação de 01 (um)conjunto semafórico novo, com aproveitamento de peças que foram retiradas, conforme especificações constantes do Edital e seus anexos- Entrega dos envelopes propostas (01) e habilitação (02), credenciamento- deverão ser entregues e protocolados **até às 9:00 horas do dia 18.06.2021**, iniciando-se a abertura no mesmo dia e horário. Os interessados poderão obter o Edital na íntegra, através do site www.laranjalpaulista.sp.gov.br (link: transparência/licitações), bem como obter maiores informações na Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista, sita. à Praça Armando de Salles Oliveira, nº 200-Laranjal Paulista-SP, em horário normal de expediente ou através dos telefones: 0xx15.3283.83.38 e 0xx15.3283.83.31-Laranjal Paulista, 31 de Maio de 2.021-Alcides de Moura Campos Junior- Prefeito Municipal.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LARANJAL PAULISTA

AVISO DE LICITAÇÃO-PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2021-PROCESSO Nº 024/2021 – Objeto: Pregão Presencial Registro de Preços, do tipo menor preço unitário, referente a aquisição de kits lanches, que serão fornecidos aos pacientes que são transportados à Rubião Junior (UNESP)-Entrega dos envelopes, credenciamento e abertura: Os envelopes PROPOSTA (01) e HABILITAÇÃO (02), juntamente com os credenciamentos deverão ser entregues e protocolados **até às 9:00 horas do dia 28/06/2021**, iniciando-se a abertura no mesmo dia e horário. Os interessados poderão obter o Edital na íntegra através do site: www.laranjalpaulista.sp.gov.br (link: licitações), bem como obter maiores informações na Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista, sita. à Praça Armando de Salles Oliveira, nº 200-Laranjal Paulista-SP, em horário normal de expediente ou através dos telefones: 0xx15.3283.8338, 0xx15.3283.83.31-Laranjal Paulista, 31 de Maio de 2.021-Alcides de Moura Campos Junior-Prefeito Municipal.

ABANDONO DE EMPREGO

"A Empresa **IGESP S/A Centro Médico e Cirúrgico - Instituto de Gastroenterologia de São Paulo,** CNPJ/MF 61.442.190/0001-91, sito à Rua Silvia nº 321, Bela Vista, São Paulo/SP, comunica o Funcionário: Tiago Jesus de Oliveira, RG:443025800 SSP/SP, que deixou de comparecer ao trabalho desde: 30/04/2021 sem apresentar qualquer justificativa, que nos termos do Disposto no Artigo 482, Letra I da CLT, que lhe fica consignado entrar em contato com urgência, para que reinicie suas atividades ou justifique, devidamente, o motivo que impede seu comparecimento. Caso contrário, consideramos sua atitude como ato de renúncia do cargo, ficando V.Sa demitido por abandono de emprego na data de 30/05/2021, na forma do dispositivo citado na consolidação das Leis do Trabalho."

daem DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE MARÍLIA

EXTRATO DE DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO-08/2021

CONTRATANTE: Departamento de Água e Esgoto de Marília. CONTRATADA: EBARA BOMBAS AMÉRICA DO SUL LTDA. OBJETO: Serviços especializados para reforma em 03 (três) conjuntos de moto bombas, marca Ebara, modelos diversos, com fornecimento de peças e mão de obra. FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 25, Inciso I da Lei 8666/93, atualizada. Marília, 31 de maio de 2021. HALUMI SAITO HARASHIRO - Presidente da Comissão Permanente de Licitações

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO DE GUARULHOS - Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária - O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Guarulhos - SITIAG, portador do CNPJ/MF nº 49.088.800/0001-03, código sindical nº 915.016.130.86640-8, vêm através de seu Presidente, nos termos do art. 9º, inciso I, da Portaria SEPRT 17.593/2020, c/c art. 18º, XV, do Estatuto Social vigente, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, **CONVOCAR** todos os membros Associados da categoria que estiverem em dia com suas obrigações estatutárias a comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária, a **realizar-se no dia 08 de junho de 2021, às 9:00 horas em primeira convocação, na sede social, situada na Rua Arminda de Lima nº 304 - Centro - Guarulhos/SP**, e em segunda convocação ás 09:30 horas com qualquer número de presentes, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Autorização de fundação de entidade sindical de grau superior, qual seja, a **Federação Sindical dos Trabalhadores nas Industrias de Alimentação do Estado de São Paulo - FESTIALSP**, bem como consequente filiação junto a referida Entidade, após a respectiva fundação; e, b) Designação do representante desta entidade para participar da Comissão Pró-Fundação da Federação Sindical dos Trabalhadores nas Industrias de Alimentação do Estado de São Paulo - FESTIALSP. Em decorrência da pandemia, durante a Assembleia Geral Extraordinária serão observados todos os protocolos de prevenção da COVID-19, ou seja, todos devem estar utilizando máscara de proteção. Guarulhos/SP, 31 de maio de 2021. **Paulo Francisco de Almeida** - 066.982.978-10 - Presidente.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO E AFINS DE PORTO FELIZ/BOITUVA E REGIÃO - Edital de Convocação para Assembleia Geral Extraordinária - O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins de Porto Feliz/Boituva e Região-SITIA, portador do CNPJ/MF nº 55.146.096/0001-92, vêm através de seu Presidente, nos termos do art. 9º, inciso I, da Portaria SEPRT 17.593/2020, c/c art. 18º, XV, do Estatuto Social vigente, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, **CONVOCAR** todos os membros Associados da categoria que estiverem em dia com suas obrigações estatutárias a comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária, **a realizar-se no dia 08 de junho de 2021, às 9:00 horas em primeira convocação, na sede social, situada na Avenida do Trabalhador, nº 2841 - Centro Empresarial Portal da Castelo Branco - Boituva/SP**, e em segunda convocação ás 09:30 horas com qualquer número de presentes, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Autorização de fundação de entidade sindical de grau superior, qual seja, a **Federação Sindical dos Trabalhadores nas Industrias de Alimentação do**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE URUPÊS/SP

AVISO DE LICITAÇÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – MODALIDADE PREGÃO (PRESENCIAL) – PREGÃO Nº 10/2021 – TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM Objeto: Registro de Preços de materiais escolares de consumo e materiais de escritório, para o período de 12 (doze) meses, conforme especificações constantes do Edital. A sessão pública de processamento terá início às **9h (nove horas - horário de Brasília/DF) do dia 17/6/2021 (quinta-feira)**. O Edital estará à disposição dos interessados no Setor de Licitações da Prefeitura, situado na Rua Gustavo Martins Cerqueira, nº 463, Saguão 2, Centro, em Urupês/SP, nos dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 8h às 11h e das 13h às 17h, bem como no endereço eletrônico: www.urupes.sp.gov.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas pelo telefone/fax: (17) 3552-1144 ou pelo e-mail: licitacoes@urupes.sp.gov.br. **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE URUPÊS, 31 de maio de 2021. ALCEMIR CASSIO GREGGIO - Prefeito -**

Superbac Biotechnology Solutions S.A.

CNPJ/ME nº 00.657.661/0001-94 - NIRE 35.300.340.604

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária

Convocamos os acionistas da Superbac Biotechnology Solutions S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 16 do mês de junho de 2021, às 08:30 horas, na sede social da Companhia, localizada no Município de Cotia, Estado de São Paulo, na Rua Santa Mônica, nº 1025, Parque Industrial San José, CEP 06715-865, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(a)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2019 e 31/12/2020; **(b)** deliberar sobre o resultado dos exercícios sociais encerrados em 31/12/2019 e 31/12/2020; **(c)** reeleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; e **(d)** fixar a remuneração dos administradores da Companhia.

Cotia - SP, 31 de maio de 2021. **Luiz Augusto Chacon de Freitas Filho** - Presidente do Conselho de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO

AVISO DE JULGAMENTO DO RECURSO E CONTRARRAZÕES

O Departamento Autônomo de Água e Esgoto de rio Claro, por meio da Comissão de Licitação, comunica aos participantes e demais interessados na Tomada de Preços nº 001/2021 que tem como objeto **a Contratação de empresa especializada para execução de obra de implantação de 04 (quatro) sub-adutoras de reforço do sistema de abastecimento de água para as regiões do Parque Mãe Preta, Jardim Progresso, Estrada do Sobrado/Bacia 12 e Cidade Jardim/Setor Sudeste, no município de Rio Claro, com diâmetro variando de 300mm a 150 mm, em ferro fundido**, que após análise detalhada do **Recurso Administrativo** interposto pela empresa Pena – Empresa de Saneamento Ltda - EPP, onde a mesma alega que a Carta Fiança apresentada para participação no certame, não está de acordo com Art. 31, Inciso III da Lei nº8.666/93 e **Contrarrazões** apresentada pela empresa HT CONTRUÇÕES EIRELI, decide por conhecer e julgar IMPROCEDENTE as razões apresentadas pela recorrente e julgar PROCEDENTE os reclames das contrarrazões. Desta forma, permanece **CLASSIFICADA e HABILITADA**, a empresa **HT CONTRUÇÕES EIRELI.** O DAAE comunica que os autos do processo se encontram com vista franqueada aos interessados.

Rio Claro-SP, 31 de maio de 2.021
Osmar da Silva Junior
Superintendente

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEVERÍNIA

CNPJ 46.596.235/0001-99

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 000013/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13/2021
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2021

A Tomada de Preços nº 01/2021 de que trata este processo objetivou a escolha da melhor proposta para contratação de empresa especializada para execução de pavimentação asfáltica e revitalização parcial da Avenida Julian Donaire.

Foi em toda a sua tramitação atendida a legislação pertinente, consoante o bem-elaborado parecer jurídico da Assessoria Jurídica.

Desse modo, satisfazendo à lei e o mérito, **HOMOLOGO** a Tomada de Preços nº 01/2021, e **ADJUDICO** à proponente abaixo relacionada, vencedora deste certame nos termos da Ata de Abertura, Habilitação e Julgamento o seu objeto:

ZAMPA TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ sob o nº 41.012.562/0001-32
Valor R$ 335.236,69

Encaminhe-se ao Setor de Contratos para as providências de praxe.

Severínia-SP, 31 de maio de 2021.

SSB Empreendimento Imobiliário SPE S.A.

CNPJ: 09.231.597/0001-18

"As demonstrações financeiras completas, respectivas notas explicativas e parecer do auditor independente, encontram-se disponíveis na sede da Companhia. A Administração."

Balanços patrimoniais levantados em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em Milhares de Reais)

Ativo	2019	2018
Circulante	8.133	8.496
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	7
Títulos e valores mobiliários	5.631	4.6[illegible]
Contas a receber	395	8[illegible]
Imóveis a comercializar	2.202	2.991
Não Circulante	253	629
Realizável a longo prazo		
Contas a receber	201	570
Impostos e contribuições a compensar	47	46
Demais contas	5	13
Total do ativo	8.387	9.125

Passivo e patrimônio líquido	2019	2018
Circulante	3.653	804
Fornecedores de bens e serviços	13	3
Provisão para manutenção de imóveis	2.828	-
Impostos e contribuições a recolher	46	8
Impostos e contribuições de recolhimentos diferidos	15	32
Obrigações a pagar com partes relacionadas	700	700
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	49	53
Demais contas	2	8
Não Circulante	86	131
Exigível a longo prazo		
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	60	65
Impostos e contribuições de recolhimentos diferidos	26	66
Patrimônio líquido	4.648	8.190
Capital social	12.821	12.821
Lucros/Prejuízos Acumulados	(8.173)	(4.631)
Total do passivo e patrimônio líquido	8.387	9.125

Demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em Milhares de Reais)

	2019	2018
Receita líquida operacional	1.174	(193)
Custo das vendas e serviços realizados	(4.458)	(78)
Prejuízo bruto operacional	(3.284)	(271)
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas com vendas	(353)	(474)
Despesas gerais e administrativas	(64)	(908)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	6	162
Prejuízo bruto antes do resultado financeiro	(3.694)	(1.491)
Resultado Financeiro	259	308
Despesas financeiras	(23)	(25)
Receitas financeiras	282	333
Prejuízo antes dos impostos sobre o lucro	(3.435)	(1.183)
Imposto de renda e contribuição social		
Diferido	26	32
Corrente	(133)	(115)
	(107)	(83)
Prejuízo líquido do exercício	(3.542)	(1.266)

A Diretoria

Juliano Natali - Contador - CRC 1SP 279451/O-7

VMSS Empreendimento Imobiliário SPE S.A.

CNPJ/MF nº 09.231.462/0001-94

As demonstrações financeiras completas, respectivas notas explicativas e parecer do auditor independente, encontram-se disponíveis na sede da companhia. A Administração

Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 *(Em milhares de reais - R$)*

ATIVO	2018	2017
Circulante	16.370	15.656
Caixa e Equivalentes de Caixa	59	28
Títulos e valores mobiliários	11.445	8.291
Contas a receber	4.157	6.089
Imóveis a comercializar	708	1.109
Demais contas	1	139
Não Circulante	8.982	10.397
Realizável a longo prazo		
Contas a receber	7.061	8.484
Recebíveis de partes relacionadas	932	932
Impostos e contribuições a compensar	538	492
Demais contas	451	489
Total do ativo	25.352	26.053

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	2017
Circulante	396	490
Fornecedores e provisão para garantia	39	49
Impostos e contribuições a recolher	74	93
Impostos e contribuições de recolhimentos diferidos	95	291
Obrigações com partes relacionadas	18	24
Adiantamentos de clientes	4	1
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	165	-
Demais contas	1	32
Não Circulante	558	1.670
Exigível a longo prazo		
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	183	1.318
Impostos e contribuições de recolhimentos diferidos	374	352
Patrimônio líquido	24.398	23.893
Capital social	35.832	35.832
Lucros/Prejuízos Acumulados	(11.434)	(11.939)
Total do passivo e patrimônio líquido	25.352	26.053

Demonstrações dos Resultados - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 *(Em Milhares de Reais)*

	2018	2017
Receita líquida operacional	3.047	7.015
Custo das vendas e serviços realizados	(1.394)	(18.110)
Lucro bruto operacional	1.653	(11.095)
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas com vendas	(326)	(695)
Despesas gerais e administrativas	(835)	(1.455)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(343)	454
Lucro bruto antes do resultado financeiro	149	(12.791)
Resultado Financeiro		
Despesas financeiras	(42)	(19)
Receitas financeiras	749	1.955
Lucro /(Prejuízo) bruto antes dos impostos sobre o lucro	857	(10.855)
Imposto de renda e contribuição social		
Diferido	81	125
Corrente	(346)	(883)
	(265)	(758)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	592	(11.613)

A Diretoria

Juliano Natali - Contador - CRC 1SP 279451/O-7

VMSS Empreendimento Imobiliário SPE S.A.

CNPJ/MF nº 09.231.462/0001-94

As demonstrações financeiras completas, respectivas notas explicativas e parecer do auditor independente, encontram-se disponíveis na sede da companhia. A Administração

Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 *(Em milhares de reais - R$)*

ATIVO	2019	2018
Circulante	14.147	16.370
Caixa e Equivalentes de Caixa	25	59
Títulos e valores mobiliários	12.623	11.445
Contas a receber	1.005	4.157
Imóveis a comercializar	293	708
Demais contas	2	1
Não Circulante	3.261	8.982
Realizável a longo prazo		
Contas a receber	1.405	7.061
Créditos a receber com partes relacionadas	932	932
Impostos e contribuições a compensar	548	538
Demais contas	377	451
Total do ativo	17.408	25.352

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2019	2018
Circulante	1.364	396
Fornecedores de bens e serviços	63	39
Provisão para manutenção de imóveis	256	-
Impostos e contribuições a recolher	37	74
Impostos e contribuições de recolhimentos diferidos	31	95
Obrigações a pagar com partes relacionadas	690	18
Adiantamentos de clientes	-	4
Demais contas	3	1
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	284	165
Não Circulante	431	558
Exigível a longo prazo		
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	347	183
Impostos e contribuições de recolhimentos diferidos	85	374
Patrimônio líquido	15.613	24.398
Capital social	30.911	35.832
Lucros/Prejuízos Acumulados	(15.298)	(11.434)
Total do passivo e patrimônio líquido	17.408	25.352

Demonstrações dos Resultados - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 *(Em Milhares de Reais)*

	2019	2018
Receita líquida operacional	1.374	3.047
Custo das vendas e serviços realizados	(1.999)	(1.394)
Prejuízo bruto operacional	(625)	1.653
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas com vendas	(275)	(326)
Despesas gerais e administrativas	(335)	(835)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(3.021)	(343)
Prejuízo bruto antes do resultado financeiro	(4.256)	149
Resultado Financeiro	642	707
Despesas financeiras	(87)	(42)
Receitas financeiras	728	749
Prejuízo Líquido antes do IR e CS	(3.614)	857
Imposto de renda e contribuição social		
Diferido	169	81
Corrente	(419)	(346)
	(250)	(265)
Prejuízo líquido do exercício	(3.865)	592

A Diretoria

Raquel Alves de Araújo Tonhatto - Contadora - CRC 1SP 281214/O-0

CORE AMBIENTAL GESTÃO, INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A

CNPJ 31.974.096/0001-12 - NIRE 35300527852

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Convidamos os senhores acionistas para a reunião de Assembleia Geral Ordinária, convocadas nos termos da lei 6.404/76, que se realizará no dia 11 de junho de 2021, à Rua Sobral Junior, 167, Vila Maria, São Paulo/SP, CEP: 02.130-020, às 11:00hs, em primeiro convocação, e em segunda convocação às 11:30hs com quórum legal, com a seguinte ordem do dia: I) Aprovação das contas referentes ano de 2020; São Paulo, 01 de junho de 2.020. CORE AMBIENTAL GESTÃO, INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A. Valter Porto – Diretor Administrativo

Superbac Biotechnology Solutions S.A.

CNPJ/ME nº 00.657.661/0001-94 - NIRE 35.300.340.604

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária

Convocamos os acionistas da **Superbac Biotechnology Solutions S.A.** ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 16 do mês de junho de 2021, às 08:30 horas, na sede social da Companhia, localizada no Município de Cotia, Estado de São Paulo, na Rua Santa Mônica, nº 1025, Parque Industrial San José, CEP 06715-865, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(a)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2019 e 31/12/2020; **(b)** deliberar sobre o resultado dos exercícios sociais encerrados em 31/12/2019 e 31/12/2020; **(c)** reeleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; e **(d)** fixar a remuneração dos administradores da Companhia. Cotia - SP, 31 de maio de 2021.

Luiz Augusto Chacon de Freitas Filho

Presidente do Conselho de Administração

Concessionária SPMAR S.A.

Em Recuperação Judicial

CNPJ nº 09.191.336/0001-53 - NIRE: 35.300.388.186

Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária

Reinaldo Bertin, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração da Companhia, no uso das atribuições que lhe confere os artigos 12 e 14 do Estatuto Social, c.c. o artigo 123, da Lei nº 6.404/76, em 2ª Convocação, convoca os acionistas para a Assembleia Geral Ordinária da **Concessionária Spmar S.A. - Em Recuperação Judicial,** a ser realizada nesta Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.012, 5º andar, conjunto 54, sala 1, no dia 21 de junho de 2021, às 10 horas, a fim de deliberar especificamente acerca da seguinte **Ordem do Dia:** a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativamente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020; b) outros assuntos de interesse da Companhia. Caso não haja a totalidade dos acionistas presentes para essa 2ª Convocação, a Assembleia Geral Ordinária ocorrerá no dia 22 de junho de 2021, às 10 horas em sua 3ª Convocação com os acionistas detentores da maioria do capital social votante, no endereço supracitado. **Informações Gerais:** Os acionistas que não puderem comparecer pessoalmente poderão ser representados por procuração específica, outorgada de acordo com os requisitos previstos no artigo 126 § 1º da Lei nº 6.404/76. São Paulo, 10 de junho de 2021. **Reinaldo Bertin** - Presidente do Conselho de Administração.

Fundação Butantan

CNPJ: 61.189.445/0001-56

COMUNICA: Abertura de Seleção de Fornecedores

PROCESSO: 001/0708/000147/2021 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 124/2021. OFERTA DE COMPRA: 8950008010002021OC00124 OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECEBIMENTO/ARMAZENAGEM/TRANSPORTE LOCAL, COM UNIDADE DE MEDIÇÃO EM POSIÇÃO-PALLET/MÊS, PALLET/KM E ÁREA BLOCADA PARA EQUIPAMENTOS DIVERSOS DE VÁRIOS TAMANHOS COM LIMITE DE 500 KG/M², COM GUARDA EM POSIÇÃO PALLET SERÃO ALOCADOS, COLETA, FRACIONAMENTO E ENTREGA DE MATERIAIS DENOMINADOS AUXILIARES E CONSUMÍVEIS, ALÉM DE MEDICAMENTOS COMUNS DE USO HUMANO, MEDICAMENTOS VETERINÁRIOS, PRODUTOS SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL, PRODUTOS PARA A SAÚDE E HOSPITALARES, COSMÉTICOS, PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL, PERFUMES, SANEANTES, PRODUTOS BIOLÓGICOS, REAGENTES QUÍMICOS E MATERIAIS DE LABORATÓRIO, PRODUTOS PERIGOSOS, EMBALAGENS, ELEMENTOS REFRIGERANTES E ALIMENTOS VETERINÁRIOS, FILTROS (HEPA, FINOS, GROSSOS DE CARVÃO ATIVADO), MATERIAIS ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, MATERIAIS SOBRESSALENTES DE EQUIPAMENTOS, EPI'S, EPC'S, MATERIAIS INFLAMÁVEIS E POR FIM NA ÁREA BLOCADA TEREMOS A GUARDA DE BENS MÓVEIS (PATRIMÔNIO), EQUIPAMENTOS DE PEQUENO, MÉDIO E GRANDE PORTE, MOBILIÁRIOS, TANQUES DE INOX E OUTROS. TODO MATERIAL SERÁ DE PROPRIEDADE E PROVENIENTES DOS ALMOXARIFADOS DA FUNDAÇÃO BUTANTAN, a ser realizado por intermédio do Sistema Eletrônico de Contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo", cuja abertura está marcada para o dia 15/06/2021 a partir das 09h30 horas. Os interessados em participar do certame deverão acessar a partir de 02/06/2021 site www.bec.sp.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes. O Edital está disponível também no site: https://fundacaobutantan.org.br/licitacoes/pregao-eletronico

Powercom Comercializadora de Energia S.A

CNPJ/MF 29.883.520/0001-71 - NIRE 35.300.514.319

Extrato da Ata de Assembleia Geral Extraordinária em 23.03.2021.

Data, Hora, Local: 23.03.2021 às 10hs, na sede, Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3729, 5º andar - Sala 524-A - Itaim Bibi, São Paulo/SP. **Convocação:** Dispensada. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Francisco Vianna Furquim Werneck Junior, Secretária: Luciene Aparecida Machado. **Deliberações Aprovadas:** Alterar o endereço da Companhia que passa a ter sua sede e foro na Avenida Rouxinol, nº 300 - 2º andar, Sala 22, Indianópolis, CEP: 04516-000, São Paulo/SP, modificando assim o Artigo 2º - Capítulo I, do seu Estatuto Social: "*Artigo 2º - A Companhia tem sede e foro em São Paulo-SP, na* ***Avenida Rouxinol, nº 300 - 2º andar, Sala 22, Indianópolis, CEP: 04516-000,*** *podendo manter filiais, escritórios, agências e representações, mediante resolução da Diretoria, independentemente de autorização da Assembleia Geral, observadas as exigências legais e estatutárias pertinentes à matéria*". **Encerramento:** Nada mais, São Paulo, 23.03.2021. Mesa: Francisco Vianna Furquim Werneck Junior - Presidente; Luciene Aparecida Machado - Secretária. Acionistas: **Powercom Investimentos e Participações Ltda.** - Por Francisco Vianna Furquim Werneck Junior, Luciene Aparecida Machado. **Francisco Vianna Furquim Werneck Junior.** JUCESP nº 233.086/21-3 em 20.05.2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Banco KEB Hana do Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 02.318.507/0001-13 - NIRE 35.300.153.405

Ata da Assembleia Geral Ordinária Realizada em 29 de Abril de 2021

Data, Hora e Local: Aos 29 dias do mês de abril de 2021, às 10:00 horas, na sede social do Banco KEB Hana do Brasil S.A. ("Companhia"), na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Dr. Chucri Zaidan, 940 - 18º andar - conjunto 181. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76 - Lei das Sociedades Anônimas ("LSA"); e presentes os acionistas que representam a totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente, Sr. Chong Kwang Ko; Secretário, Sr. Wook Hyun Han. **Documentos Submetidos à Assembleia e Autenticados:** Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras, juntamente com o parecer dos auditores independentes (KPMG Auditores Independentes), referentes ao exercício social findo em 31.12.2020, publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo, e no Jornal O Estado de São Paulo, ambos no dia 27 de março de 2021. **Ordem do Dia:** (i) aprovação da lavratura da presente ata na forma sumária e saneamento da falta de publicação dos avisos exigidos; (ii) aprovação das contas da administração e das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31.12.2020; e (iii) fixação do montante global para remuneração dos diretores para o presente exercício. **Deliberações:** Todas tomadas por unanimidade dos votos proferidos, tendo se abstido de votar os legalmente impedidos: (i) aprovada a lavratura da presente ata na forma sumária e considerada sanada a falta de publicação dos avisos a que se refere o artigo 133 da LSA; (ii) examinadas, discutidas e aprovadas as contas da administração e as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31.12.2020; e (iii) fixado o montante global de R$ 6.180.000,00 (seis milhões e cento e oitenta mil reais) para a remuneração dos diretores para o presente exercício. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, da qual se lavrou esta ata que, lida e aprovada, segue assinada. São Paulo, 29 de abril de 2021. Chong Kwang Ko - Presidente; Wook Hyun Han - Secretário da Assembleia. **JUCESP** nº 239.088/21-9 em 21/05/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Geru Sociedade de Crédito Direto S.A.

CNPJ/MF nº 37.763.847/0001-38 - NIRE: 35.300.553.004

Ata de Assembleia Geral Ordinária

Data, Hora e Local: Em 30/04/2021, às 10h, na sede da Companhia, São Paulo/SP. **Convocação:** Dispensada. **Presenças:** Totalidade do capital social. **Mesa:** *Presidente:* Sandro Weinfeld Reiss; *Secretário:* Tomás Silveira Corrêa. **Publicações:** As Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31/12/2020, foram publicadas nos jornais O Dia e DOESP, em 01/04/2021 com arquivamento na JUCESP. **5. Ordem do Dia e Deliberações: (i)** As Demonstrações Financeiras que lhe foram apresentadas, relativas ao exercício fiscal de 2020 e, ato contínuo, **(ii)** Os Relatório da Administração, relativos ao exercício fiscal de 2020, bem como as contas dos diretores, relativas ao mesmo exercício. **(iii)** Levando em consideração que no exercício fiscal de 2020 a Companhia encontrava-se em fase pré-operacional, não tendo desempenhado qualquer operação de intuito financeiro dentre aquelas para as quais recebeu autorização do BCB, de acordo com seu estatuto social, não haverá distribuição de lucros ou prejuízos entre os acionistas relativos ao período em referência. **7. Encerramento:** Nada mais. **Mesa: Presidente:** Sandro Weinfeld Reiss; **Secretário:** Tomás Silveira Corrêa. **Acionistas presentes:** Sandro Weinfeld Reiss e Open Co Holding Limited (atual denominação social de Geru Holding Limited) (p.p. Sandro Weinfeld Reiss). São Paulo, 30.04.2021. Extrato da ata. JUCESP nº 252.332/21-0 em 27/05/2021. Gisela Simiema Ceschin.

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

terça-feira, 1 de junho de 2021 às 00:06:21

Superbac Biotechnology Solutions S.A.

CNPJ/ME nº 00.657.661/0001-94 - NIRE 35.300.340.604

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária

cionistas da Superbac Biotechnology Solutions S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser do mês de junho de 2021, às 08:30 horas, na sede social da Companhia, localizada no Município de Cotia, Estado de São Paulo, ica, nº 1025, Parque Industrial San José, CEP 06715-865, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (a) tomar as contas dos aminar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2019 eliberar sobre o resultado dos exercícios sociais encerrados em 31/12/2019 e 31/12/2020; (c) eleger os membros do Conselho la Companhia; e (d) fixar a remuneração dos administradores da Companhia.

a - SP, 31 de maio de 2021. **Luiz Augusto Chaves de Freitas Filho** - Presidente do Conselho de Administração

PREFEITURA DE BOITUVA

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2021

ÓRGÃO: Prefeitura de Boituva. **EDITAL:** 42; **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO PREDIAL EM UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **MODALIDADE:** Pregão Presencial. **ENCERRAMENTO:** 16.06.2021 às 09h00min. O edital completo poderá ser retirado na Prefeitura de Boituva, no depto. de licitação, na Av. Presidente Tancredo de Almeida Neves, 01, Centro, Boituva/SP, no horário das 08:30 às 17:00 horas ou através do site www.boituva.sp.gov.br. Prefeitura de Boituva, em 01 de junho de 2021. Sueli Aparecida Hungaro – Secretária Municipal de Educação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 021/2021 - SUSPENSÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE LINS, Estado de São Paulo, torna público aos interessados que o processo licitatório na modalidade **PREGÃO ELETRONICO** visando à **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA ADEQUAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SETOR DE SAÚDE BUCAL**, foi **SUSPENSO, SINE DIE**, para análise e possível modificação dos termos do edital decorrentes de impugnação. Lins/SP, 01 de junho de 2021

Ailton Pereira Torres – Secretário Municipal dos Negócios Administrativos

ÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Online

ão: 15/06/2021 às 10h30 | 2ª Leilão: 16/06/2021 às 10h30

BancoDaycoval — ZUKERMAN LEILÕES

or Fiduciário: BANCO DAYCOVAL S/A • Fiduciantes JOSÉ AMBROSIO ZANUS e sua esposa ANA PAULA FREITAS ZANUS

LOTE 01 - SÃO PAULO/SP - CAMPO BELO

nento tipo nº 101, localizado no 10º andar do EDIFÍCIO CASTEL DI BARI, situado na Rua Vicente Leporace n° 1.204, no 30º Subdistrito Ibirapuera, contendo a l privativa de 198,700m² e a área real de uso comum de 243,235m², encerrando a área total de 441,935m², em correspondência a fração ideal de 5,6471% no e nas demais coisas comuns do condomínio, com direito ao uso de 04 (quatro) vagas para estacionamento de automóvel do tipo passeio na garagem do em local indeterminado e sujeitas ao auxílio de manobrista e 01 (um) hobby box (deposito individual), vinculados ao apartamento, os quais acham-se s na área de divisão não proporcional da área de propriedade e uso comum do condomínio e exclusivamente para efeito de disponibilidade, identificação, ção e visualização, as vagas foram demarcadas no piso sob números 01 (um), 02 (dois), 03 (três) e 04 (quatro) do 1° subsolo e depósito n° 09 (nove) do 2° . Imóvel objeto da matrícula nº 170.946 do 15º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo/SP.

Lance Mínimo 1 º Leilão: R$ 2.116.367,22 | Lance Mínimo 2º Leilão: R$ 2.169.320,33

nte presente pagará no ato o preço total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de nclusive o devedor fiduciante, no caso do exercício do direito de preferência, na forma da lei. As demais condições ao que regula o Decreto n° 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto n° 22.427 de 1° de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. Edital completo no site do leiloeiro. Leiloeira Oficial: Dora Plat - Jucesp 744.

MAIS INFORMAÇÕES: 3003-0677 | www.ZUKERMAN.com.br

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 060/2021
Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ESTOCÁVEIS – BISCOITOS E OUTROS"
Processo: 4.155/2021
Data do Pregão: 25/06/2021 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF)
Sessão Pública: www.bec.sp.gov.br
Tipo de Licitação: LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA PARA ME/EPP
Número da Oferta de Compra: 855800801002021OC00083

A Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, através da Secretaria de Educação, Secretaria de Assistência Social e Subsecretaria de Assuntos da Juventude, torna público que, na data, horário e local acima assinalados, fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento de MENOR PREÇO UNITÁRIO.

Valor total para retirada do edital: R$ 92,66 (noventa e dois reais e sessenta e seis centavos).

Local e horário para pagamento da taxa: Banco Santander - das 10h00 às 14h00 e Banco Bradesco - das 10h00 às 14h00.

Local e horário para retirada do edital: Avenida Presidente Kennedy, nº 9.000, 1º Andar, Vila Mirim - Praia Grande/SP, junto ao Departamento de Licitações, das 09h00 às 16h00, ou, gratuitamente na íntegra através do site www.praiagrande.sp.gov.br e www.bec.sp.gov.br.

Praia Grande, 01 de junho de 2021.

MARIA APARECIDA CUBILIA - Secretária Municipal de Educação

Classificados

PARA ANUNCIAR LIGUE: (11) 3224-4001

AMENTOS GAM-SE

NTRO
, 1 dorm., 1 vaga
). R. Marques de Itu
cimara da Condo-
-2043/99477-0956

ASAS GAM-SE

nciar no Agora
dos é só ligar:
224-4001.

QUARTO ACLIMAÇÃO
Aluga-se para senhor idôneo, mobiliado. Ambiente familiar. Preço R$ 400,00 Falar c/ Gabriel F: (11) 3209-9444

LEILÕES

LEILÃO DE ARTE ANTIGUIDADES
Dia 08 de junho de 2021 às 20 H. somente on line.Leiloeiro José Roberto Bortoletto Junior. Tels: (11) 3731-5012/3731-2536

LEILÃO DE ARTE ANTIGUIDADES
Dia 10 de junho de 2021 às 20 H. somente on line.Leiloeiro José Roberto Bortoletto Junior. Tels: (11) 3731-5012/3731-2536

LEILÃO DE ARTE ANTIGUIDADES
Dia 14 de junho às 20h.Somente On line R. Uberlândia 115 - Leiloeiro José Roberto Bortoletto Junior. Tels:(11) 3731-5012/ 3731-2536

LEILÃO DE ARTE
Dia 07 e 08/06/2021 a partir das 20horas somente on line e telefone. James Lisboa -Leiloeiro Oficial Jucesp 336 (A relação Pormenorizada dos lotes estão disponíveis p/acesso no site: www.leilaodearte.com

PROFISSIONAIS LIBERAIS

Para anunciar no Agora classificados é só ligar: (11) 3224-4001.

SERVIÇOS MÍSTICOS ESOTÉRICOS

IMPÉRIO DE EXÚ
Consultas c/ búzios e entidades. Amarr. e trab. p/ saúde, finanças e todos fins. Faço o q/ os outros só prometem! F:96790-3577 Oi/96438-3460 WHATS

TARÓLOGA MARA
CARTAS, TAROT, MAGIAS, FEITIÇOS E AMARRAÇÃO. (11)93012-1965 WHATSAPP.

ACOMPANHANTES

JENIFER
Danadinha
LARISSA
Ninfetinha
Fogosas e sensuais
ACEITAMOS CARTÕES
Metrô Saúde
5594-8464
96706-2582

FERNANDA LOIRA
Orl/Anl bem gostoso
ALÉ NINFETA GRAVIDINHA
Orl molhado s/frescura
ROSE MULHERÃO COMPLETA
Liberal sem frescura
Ligue e marque seu horário
At. das 9 às 19h. Ac.cartões
4301-4670
94822-5171
METRÔ PENHA

Para anunciar no Agora classificados é só ligar: (11) 3224-4001.

GABY/ANNY MICHELLY E ANA
Meigas e carinhosas, liberais
Completinhas, para seu prazer
Atendemos todos os dias
AC.CARTÕES
R.DR.ISMAEL DIAS,162
Próximo METRÔ PENHA
2296-7868

LOREN MULATA LIB
Massag e algo+ 96094-8622.

SABRINA COMPLETA
2387-8749./95901-3489 Liberd.

Para anunciar no Agora classificados é só ligar: (11) 3224-4001.

CLÍNICAS DE MASSAGENS

ATENÇÃO
Qual a sua fantasia?
Venha realizá-la comigo!!
DEPILAÇÃO
C/massagem surpresa
para complementar!!!!
M.S.Cecilia
3223-1227
98565-1075

minondas ueira
Advogados há 50 anos
ALHISTAS, INSS, ACIDENTES IZAÇÕES, SEGUROS, FAMÍLIA
Paulo Barra Funda
92 3229
São José dos Campos

EDITAIS FORENSES

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - PRESENCIAL E ONLINE

1º LEILÃO: 17 de junho de 2021, às 14h30min *. 2º LEILÃO: 29 de junho de 2021, às 14h30min *. - *(horário de Brasília)

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeira Oficial, JUCESP nº 836, escritório na Rua da Mooca, 3.547, Mooca, São Paulo/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **PRESENCIAL E ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ nº 90.400.888/0001-42, nos termos do instrumento particular com força de escritura pública de 26/09/2019, cujos **Fiduciantes são EVERALDO OLIVEIRA DOS SANTOS**, CPF/MF sob nº 257.191.278-01, e sua mulher **VIVIANE DOS SANTOS**, CPF/MF sob nº 285.988.438-65, em **PRIMEIRO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 270.611,45 (Duzentos e Setenta Mil Seiscentos e Onze Reais e Quarenta e Cinco Centavos** - *atualizado conforme disposições contratuais*), o imóvel

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

1º LEILÃO: 17 de junho de 2021, às 14h30min *. 2º LEILÃO: 24 de junho de 2021, às 16h00min *. - *(horário de Brasília)

ALEXANDRE TRAVASSOS, Leiloeiro Oficial, JUCESP nº 951, com escritório na Av. Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 105, 4º andar, Edifício Berrini One - Brooklin Paulista - CEP: 04571-010, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **PRESENCIAL E ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ nº 90.400.888/0001-42, nos termos do Instrumento Particular de 24 de junho de 2014, cujo **Fiduciante FRANCISCO DAS CHAGAS MAGALHÃES JUNIOR**, RG nº 53.361.860-5-SP, CPF nº 046.396.163-33, residente e domiciliado em São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 646.998,80 (Seiscentos e quarenta e seis mil e novecentos e noventa e oito reais e oitenta centavos** - *atualizado conforme disposições contratuais*), o imóvel constituído pelo "A unidade autônoma nº 11, Edifício Dália, situado na rua Newton Prado, nº 87, São Paulo/SP, contendo a área

Brasilprev Seguros e Previdência S.A.

CNPJ nº 27.665.207/0001-31 - NIRE nº 3530030390-9

Extrato da Ata de AGOE Realizadas em 31/5/20

Aos 31/3/20, às 15hs, na Sede Social. **Presenças:** 100% do capital social. **Mesa:** Presidente: Bernardo de Azevedo Silva Rothe; Secretária: Ana Paula Makhoul Sabbag. **Deliberações:** Por unanimidade: **I) AGO: 1.** Foram aprovadas, as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31/12/19, as quais foram recomendadas pelas Auditorias Independentes, KPMG Auditores Independentes (auditoria contábil) e KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda. e pelo Comitê de Auditoria, previamente aprovadas pelo Conselho de Administração e pelo Conselho Fiscal. Foram igualmente aprovadas, as contas prestadas pelos administradores. **2.** Aprovada, a destinação do lucro líquido do exercício, de **R$ 1.419.429.237,05** da seguinte forma: (i) Juros sobre Capital Próprio no total de **R$ 74.178.202,96**, pagamentos realizados em 25/7/19 e 23/12/19, **R$ 32,38** por ação; (ii) Dividendos no total de **R$ 546.566.170,87**, sendo que (a) parcela de **R$ 397.712.407,22** foi paga em 28/8/19, 25/9/19, 25/10/19, 27/11/19, 23/12/19, a título de antecipação sob a forma de Dividendos Intermediários, à razão de aproximadamente **R$ 173,67** por ação; e (b) parcela de **R$ 148.853.763,65** foi paga em 24/1/20, à razão de aproximadamente **R$ 65,00** por ação; (iii) Reserva Legal tendo essa atingido o limite legal, não foram destinados recursos para a referida reserva legal; (iv) Reserva Estatutária no montante de **R$ 488.094.862,75**; e (v) Aumento do Capital Social a ser deliberado em AGE no montante de **R$ 310.590.000,47.** Foram feitos pagamentos aos Acionistas, sob a forma de Dividendos Intercalares, à conta da reserva de lucros estatutária, em 25/2/19, 25/3/19, 25/4/19 e 24/5/19, 25/6/19 e 25/7/19 no montante de **R$ 488.094.862,75. 3.** Foram eleitos para compor o Conselho Fiscal, com mandato de 1 ano, até a realização da AGO que vier a aprovar as contas do exercício de 2020, os seguintes Membros: **a)** Representantes do acionista BB Seguros Participações S.A.: **1) Titular:** Danilo Soares de Pacheco Medeiros. **Suplente:** Francisco Augusto Lassalvia. **2)** Os membros indicados abaixo, eleitos na AGOE de 29/9/19, permanecerão no exercício de seus cargos até a posse de seus sucessores.**Titular:** Marcos Renato Coltri. **Suplente:** Eduardo Cesar Pasa. **b)** Representantes do acionista PFG do Brasil Ltda.: **1) Titular:** Geraldo de Mello Junior. **Suplente:** Barbara Elisa Piccoli Rejani. **2) Titular:** Paulo Nobrega Frade. **Suplente:** Marcio Mello Silva Baptista. Foi indicado, como **Presidente do Conselho Fiscal**, representando a BB Seguros Participações, com mandato encerrando-se quando da realização da AGO que vier a aprovar as contas do exercício de 2020, o **Danilo Soares de Pacheco Medeiros**. O membro titular do Conselho Fiscal perceberá remuneração mensal de R$ 7.280,00. **4.** Foram ratificadas, as decisões do Conselho de Administração, relacionadas à Ata da 384ª Reunião Extraordinaria, em 29/1/20, quanto à eleição do **Walter Malieni Junior**, para o cargo de Membro Titular do Conselho de Administração, de representante do Acionista BB Seguros Participações S.A., em decorrência da renúncia do **Paulo José dos Reis Souza**, com o mesmo mandato outorgado a todos os Conselheiros na AGOE de 29/3/18. **5.** Aprovada proposta, o aumento do capital social em **R$ 310.590.000,47**, montante esse oriundo do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/19, sem alterar-se a quantidade de ações emitidas pela Companhia, quer sejam essas ordinárias ou preferenciais. Permanecendo inalterada a quantidade de ações emitidas. O artigo 5º do Estatuto Social passará a ter a redação: **Artigo 5º** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 1.729.258.940,54, dividido em 2.290.080 ações, todas nominativas e sem valor nominal, sendo 1.145.040 ações ordinárias e 1.145.040 ações preferenciais. As ações preferenciais não terão direito a voto e darão aos seus titulares, prioridade no reembolso de capital no caso de liquidação da Companhia, sem direito a prêmio. **II) AGE: 1.** Indicado, como **Presidente do Conselho de Administração**, representando a PFG do Brasil Ltda., com mandato encerrando-se quando da realização da AGO que vier a aprovar as contas do exercício de 2020, o **Luis Eduardo Valdés Illanes. 2.** Foi aprovada a remuneração anual global dos Administradores em até R$ 14.915.148,00, tal valor refere-se a remuneração fixa, encargos e benefícios para Diretores Estatutários e Conselheiros, acrescido de valor previsto para pagamento de remuneração variável e eventuais indenizações/gratificações para desligamentos de Diretores Estatutários. Foram arquivados na sede social os documentos submetidos à apreciação destas AGOE e mencionados nesta Ata. Nada mais. **JUCESP** nº 245.967/21-7 em 27/5/21. **Gisela Simiema Ceschin - Secretária-Geral.**

NOVA ENERGIA HOLDING S.A.

CNPJ 22.853.844/0001-18 - NIRE 35.300.479.611

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2021

1. Data, Hora e Local: Realizada aos 30 dias do mês de abril do ano de 2021, às 10h00min, na sede social da **NOVA ENERGIA HOLDING S.A.**, situada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, no Condomínio Centro Empresarial Berrini, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.495, 12º andar, Brooklyn Paulista, CEP 04578-000, Sala Credibilidade ("**Companhia**"). **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação prévia consoante ao disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**LSA**"), tendo em vista a presença de representantes da totalidade do capital social da Companhia. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Leonardo Tatsuya Shinohara e secretariados pelo Sr. Rogério Pereira Jorge. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) o aumento do capital social da Companhia, em R$855.000.000,00 (oitocentos e cinquenta e cinco milhões de reais), passando dos **atuais** R$543.309.280,81 (quinhentos e quarenta e três milhões, trezentos e nove mil, duzentos e oitenta reais e oitenta e um centavos) **para** R$1.398.309.280,81 (um bilhão, trezentos e noventa e oito milhões, trezentos e nove mil, duzentos e oitenta reais e oitenta e um centavos), com a emissão de 855.000.000 (oitocentas e cinquenta e cinco milhões) novas ações, sendo integralmente subscrito e integralizado pela única acionista em moeda corrente nacional, conforme boletim de subscrição constante do **Anexo I** à presente ata; (ii) a rescisão do Termo de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) celebrado em 24 de abril de 2019 com a sua ex-acionista AES Tietê Energia S.A. ("**Termo de AFAC**" e "**AES Tietê**", respectivamente) e remessa dos recursos previstos no Termo de AFAC para a AES Tietê; e (iii) caso aprovados os itens acima, deliberar sobre a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia. **5. Deliberações:** Por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, as seguintes matérias foram aprovadas: (i) o aumento do capital social da Companhia, em R$855.000.000,00 (oitocentos e cinquenta e cinco milhões de reais), passando dos **atuais** R$543.309.280,81 (quinhentos e quarenta e três milhões, trezentos e nove mil, duzentos e oitenta reais e oitenta e um centavos) **para** R$1.398.309.280,81 (um bilhão, trezentos e noventa e oito milhões, trezentos e nove mil, duzentos e oitenta reais e oitenta e um centavos), com a emissão de 855.000.000 (oitocentas e cinquenta e cinco milhões) novas ações, cujo preço de emissão foi fixado com base no artigo 170 da LSA, sendo integralmente subscritas e integralizadas pela única acionista em moeda corrente nacional, conforme boletim de subscrição constante do **Anexo I** à presente ata; (ii) a rescisão do Termo de AFAC e remessa dos recursos previstos no Termo de AFAC para a AES Tietê; e (iii) em razão da aprovação do aumento de capital, conforme disposto nos itens acima, altera-se, por consequência, o Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passará a deter a seguinte redação: "Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R$1.398.199.280,81 (um bilhão, trezentos e noventa e oito milhões, cento e noventa e nove mil, duzentos e oitenta reais e oitenta e um centavos), dividido em 1.451.756.905 (um bilhão, quatrocentas e cinquenta e um milhões, setecentas e cinquenta e seis mil, novecentas e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal." **6. Lavratura:** A lavratura da ata na forma de sumário foi autorizada pelos acionistas, conforme previsto no Artigo 130, parágrafo 1º, da LSA. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar e ninguém desejando manifestar-se, encerrou-se a reunião, cuja ata vai assinada por todos os presentes. **Assinaturas:** Mesa: Presidente, Leonardo Tatsuya Shinohara; e Secretário, Rogério Pereira Jorge. Acionista presente: Guaimbê Solar Holding S.A. (p. Anderson de Oliveira e Carlos Renato Xavier Pompermaier). **Mesa: Leonardo Tatsuya Shinohara** - Presidente; **Rogério Pereira Jorge** - Secretário. **Acionista Presente: GUAIMBÊ SOLAR HOLDING S.A.; Anderson de Oliveira** - Diretor, **Carlos Renato Xavier Pompermaier** - Procurador. **JUCESP** nº 244.658/21-3 em 26/05/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Assistência Médica Domiciliar Assunção S.A.

CNPJ/ME nº 02.506.315/0001-30 - NIRE 35.300.154.495

Ata de Assembleia Geral Extraordinária 22/02/2021

1) Data, Hora e Local: No dia 22/02/2021, às 10h, na sede social da **Assistência Médica Domiciliar Assunção S.A.**, sociedade anônima fechada com sede em São Paulo/SP, na Rua Edson, nº 11, sala 01, Campo Belo, CEP 04.618-030 ("Companhia"). **2) Convocação e Presença**: Dispensada a convocação em razão da presença de todos os Acionistas da Companhia, nos termos alínea "I", do Artigo 22, do Estatuto Social da Companhia, bem como nos termos do §4º, do Artigo 124, da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das Sociedades Anônimas"), conforme as assinaturas transcritas no respectivo "Livro de Presença" da Companhia. **3) Mesa**: Presidente: Ana Elisa Alvares Correa de Siqueira e Secretário: Marcio Alves Sanjar. **4) Ordem do Dia**: Reuniram-se os acionistas da Companhia para discutir e examinar, nos termos do *caput*, do artigo 18, ambos do Estatuto Social da Companhia, bem como nos termos do *caput*, do Artigo 121, e do inciso II, do Artigo 122, da Lei das Sociedades Anônimas, a seguinte Ordem do Dia: eleição da nova Diretora sem Designação Específica da Companhia. **5) Deliberações:** Após exame, discussão e debates das matérias constantes na Ordem do Dia, os acionistas da Companhia deliberaram, de forma unânime e sem quaisquer ressalvadas, a saber: **5.1)** Aprovar a eleição da nova Diretora, Sra. **Érika Fuga Rossi**, brasileira, divorciada, médica, RG 18.494.441-7, expedida pela SSP/SP, CPF/ME nº 134.565.508-80, e com endereço comercial em São Paulo/SP, na Rua Edson, nº 11, sala 01, Bairro Campo Belo, CEP 04.618-030, para ocupar o cargo de Diretora sem Designação Específica da Companhia. **5.2)** A Diretora acima qualificada tomará posse mediante assinatura do respectivo "Termo de Posse", lavrado em livro próprio, com mandato até a data de 22/02/2024, cuja cópia integra o **Anexo I** a esta ata, sendo permitida a reeleição, nos termos do §4º, do Artigo 9º, do Estatuto Social da Companhia. **5.3)** Em decorrência das deliberações acima, a composição da Diretoria da Companhia passa ser a seguinte: (i) Diretora Presidente: **Ana Elisa Alvares Correa de Siqueira**, brasileira, médica, casada, RG 13.597.066-0, expedida pela SSP/SP, e CPF/ME nº 253.827.268-84; (ii) Diretor sem Designação Específica: **Adam Oliveira Alves**, brasileiro, solteiro, engenheiro eletrônico, RG nº 3.079.479-0, expedida pela SSP/SE, e CPF/ME nº 017.036.165-96; (iii) Diretora sem Designação Específica: **Sandra Cristina Gioffi Bispo**, brasileira, casada, psicóloga, RG 38.893.684-8, expedida pela SSP/SP, e CPF/ME nº 977.231.267-00; (iv) Diretor sem Designação Específica: **RICARDO SUITER**, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG nº 4.031.112, expedida pela SSP/MG, e CPF/ME nº 160.738.758-19; (v) Diretor sem Designação Específica: **Renato Bastos Rodrigues**, brasileiro, casado, enfermeiro, RG nº 35.006.535, expedida pela SSP/SP, e CPF/ME nº 305.177.868-00; (vi) Diretor sem Designação Específica: **Paulo Thiago Araújo Moraes**, brasileiro, casado, engenheiro civil, RG nº 20020022088951, expedida pelo SSP/CE, e CPF/ME nº 022.048.243.80; (vii) Diretor sem Designação Específica: **Evandro Ricardo Gomes GARCIA**, brasileiro, casado, administrador, RG nº 27.269.591-9, expedida pela SSP/SP, e CPF/ME nº 259.080.028-28; (viii) Diretora sem Designação Específica: **Samantha Pereira França**, brasileira, casada, médica, RG 0202070900, expedida pelo DIC/RJ, e CPF/ME nº 029.219.686-57; e (ix) Diretora sem Designação Específica: **Érika Fuga Rossi**, brasileira, divorciada, médica, RG 18.494.441-7, expedida pela SSP/SP, e CPF/ME nº 134.565.508-80, todos com endereço comercial em São Paulo/SP, na Rua Edson, nº 11, sala 01, Bairro Campo Belo, CEP 04.618-030. **6) Encerramento e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente Ata, na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o § 1º, do Artigo 130, da Lei das Sociedades Anônimas, a qual, após lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes. **7) Assinaturas**: Mesa: Ana Elisa Alvares Correa de Siqueira - Presidente; e Marcio Alves Sanjar - Secretário. **8) Acionistas Presentes:** Santa Celina Participações S.A. e Dasa Real Estate Empreendimentos Imobiliários Ltda. A presente Ata de Assembleia Geral Extraordinária é cópia fiel da Ata lavrada em livro próprio da Companhia. São Paulo, 22/02/2021. **Márcio Alves Sanjar** - Secretário. JUCESP nº 244.163/21-2 em 18/05/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretaria Geral.

Santa Celina Participações S.A

CNPJ/ME nº 31.394.343/0001-01 - NIRE 35.300.520.882

Ata da Assembleia Geral Extraordinária em 07/06/2020

Data, Hora e Local: No dia 07/06/2020, às 15h00, na sede social da "**Santa Celina Participações S.A.**", sociedade anônima fechada com sede em São Paulo/SP, na Rua Edson, nº 11, sala 03, Campo Belo, CEP 04.618-030 (Companhia). **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação prévia consoante o disposto no Artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), em razão da presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **Mesa**: Presidente: Carlos de Barros Jorge Neto e Secretário: Marcio Alves Sanjar. **Ordem do Dia**: Discutir e deliberar, sobre as seguintes matérias: **(i)** aprovação de distribuição de dividendos intermediários com base nas Demonstrações Financeiras levantadas em 07/06/2020 e no saldo total da Reserva de Lucros da Companhia, e **(ii)** a autorização para a Diretoria da Companhia praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações ora aprovadas. **Deliberações**: Após exame, discussão e debates das materias constantes na Ordem do Dia, os acionistas da Companhia deliberaram o quanto segue, de forma unânime e sem quaisquer ressalvadas, a saber: **5.1.** aprovaram a distribuição de dividendos intermediários com base nas Demonstrações Financeiras levantadas em 07/06/2020, no montante total de R$957.722,01, referentes ao resultado apurado no período de 1º/01/2020 a 07/06/2020 e ao saldo total da Reserva de Lucros da Companhia. **5.2.** autorizaram a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários à efetivação da deliberação ora tomada, bem como os registros e averbações necessários junto aos órgãos públicos competentes. **Encerramento e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente Ata, na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o § 1º, do Artigo 130, da Lei das Sociedades Anônimas, a qual, após lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes. **Assinaturas**: Mesa: Carlos de Barros Jorge Neto - Presidente; e Marcio Alves Sanjar - Secretário. **Acionista Presente:** Diagnostico da América S.A. *A presente Ata de Assembleia Geral Extraordinária é cópia fiel da Ata lavrada em livro próprio da Companhia* São Paulo, 07/06/2020. **Márcio Alves Sanjar** - Secretário. JUCESP nº 232.489/21-0 em 20/05/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Brasil IP Iluminação Pública S.A.

CNPJ/MF nº 26.329.610/0001-27 - NIRE nº 3530051263-4

Ata de Assembleia Geral Ordinaria

Data, hora e local: 26/04/2021, às 9h, na sede social da Companhia, situada na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 750, Conjunto 101, Bairro Itaim Bibi, em São Paulo, estado de Sao Paulo. **Aviso aos Acionistas e Convocação:** Dispensados nos termos do artigo 133, § 4º, da Lei 6.404/76. **Presença:** presentes todos os acionistas da Companhia. **Mesa:** Bruno Costa Carvalho de Sena e Alicia Maria Gross Figueiro, Presidente e Secretaria, respectivamente. **Ordem do Dia: (i)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31/12/2020, cuja publicação e dispensada nos termos do artigo 294, II, da Lei nº 6.404/76; e **(ii)** Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício de 2020. **Deliberações:** Os acionistas aprovaram por unanimidade: **(i)** os Relatórios da Administração e as Demonstrações Financeiras referente ao exercício social encerrado em 31/12/2020, conforme anexos a presente Ata; **(ii)** restar prejudicada a deliberação acerca da destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2020, em razao da apuração de prejuízos pela Companhia, que serão compensados com resultados futuros. **Encerramento:** Lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, e por todos assinada e será **arquivada na JUCESP para todos os fins legais. Sao Paulo, 26/04/2021.** Bruno Costa Carvalho de Sena - Presidente da AGO. Alicia Maria Gross Figueiro - Secretária da AGO. **Acionista: BMPI Infra S.A.** Acionista representada por seu Diretor-Presidente: Bruno Costa Carvalho de Sena. Visto do Advogado: Carlos Henrique Salge Reuter - OAB/MG 63.470. **JUCESP** nº 229.004/21-0 em 14/05/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Vyttra Diagnósticos Importação e Exportação S.A.

CNPJ/MF 00.904.728/0001-48 - NIRE 3530052997-9

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 15/04/2021

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 15/04/2021, às 10h, na sede social da Vyttra Diagnósticos Importação e Exportação S.A., localizada na Cidade de SP, SP, na Av. Queiroz Filho, 1.560, Vila Hamburguesa, Condomínio Vista Verde Offices, unidades 401 a 420, Torre Gaivota, CEP 05319-000 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença**: Dispensada a convocação, na forma do disposto no artigo 124, §4º, da Lei 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), por estar presente à Assembleia a totalidade dos acionistas da Companhia, conforme assinaturas no Livro de Presença dos acionistas da Companhia. **3. Composição da Mesa**: Os trabalhos foram presididos pelo Sr. **Rubens Mário Marques De Freitas** e secretariados pelo Sr. **Alexandre Fava Fialdini**. **4. Ordem do Dia**: Deliberar sobre (i) o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, por meio da emissão privada de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, a fim de atender ao exercício de opções outorgadas a executivo da Companhia, conforme Plano de Opção de Compra de Ações de Emissão da Companhia aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 31 de janeiro de 2020 ("Plano"); e (ii) a consequente alteração do artigo 4º do Estatuto Social da Companhia. **5. Deliberações**: Instalada a Assembleia, após discussão da matéria objeto da ordem do dia, os acionistas da Companhia deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou reservas: **5.1.** Autorizar a lavratura da presente ata na forma de sumário e a sua publicação sem o nome dos acionistas presentes, de acordo com o previsto no Artigo 130, parágrafos 1º e 2º da Lei 6.404/76. **5.2.** Aprovar o aumento do capital social mediante a emissão de 2.517.603 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, dentro do limite do capital autorizado, todas relativas ao exercício das opções outorgadas no âmbito do Plano, ao preço de emissão de R$ 0,364536 cada uma, totalizando R$ 917.757,27, com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do §3º do artigo 171 da Lei 6.404/76. Do valor total da emissão ora realizada, R$ 917.756,27 deverá ser destinado à conta de reserva de capital da Sociedade e R$ 1,00 deverá ser destinado à conta de capital social. As ações ora emitidas farão jus a dividendos integrais, juros sobre o capital proprio e outros proventos que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da presente data. O aumento de capital social ora deliberado deverá ser totalmente subscrito pelo beneficiário das opções exercidas e integralizados conforme boletim de subscrição anexo à presente ata e que deverá ser arquivado na sede da Companhia. **5.3.** Aprovar a alteração da redação do artigo 4º do Estatuto Social da Companhia de forma a refletir o aumento de capital acima deliberado. "*Artigo 4º. O capital social é de R$ 1.377.335,00 dividido em 121.122.677 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. §1º. A Companhia está autorizada a aumentar seu capital mediante a emissão até o limite de 10.874.151 ações ordinarias, nominativas e sem valor nominal, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação da Assembleia Geral, que fixará as condições da emissão, inclusive o preço e prazo da integralização. §2º. A Companhia pode, dentro do limite do capital autorizado e por deliberação de procurador devidamente aprovado pelos acionistas, outorgar opção de compra de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal em favor de diretores, empregados elegíveis e prestadores de serviços da Companhia.*" **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente ata, na forma de sumário, que, lida e achada conforme, foi assinada pelos acionistas presentes. São Paulo, 15/04/2021. Mesa: Rubens Mário Marques de Freitas - Presidente; Alexandre Fava Fialdini - Secretário. **JUCESP** - 237.758/21-0 em 25/05/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

MOBILIDADE PARTICIPAÇÕES E CONCESSÕES S.A.

CNPJ 29.206.359/0001-00 - NIRE 35.300.511.026 - Companhia Fechada

Ata de Reunião do Conselho de Administração em 30.04.2021

1. Data, Hora e Local: 30.04.2021, às 10h30, na sede da Companhia, localizada na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 4º andar, sala 3, Vila Olímpia, 04.551-065, São Paulo/SP. **2. Presença:** Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Marco Antonio Souza Cauduro e Secretário: Marcio Yassuhiro Iha. **4. Ordem do Dia: (i)** tomar conhecimento da renúncia do Sr. Igor De Castro Camillo ao cargo de Diretor sem designação específica da Companhia; e **(ii)** aprovar a eleição de seu respectivo substituto. **5. Deliberações:** Os Senhores Conselheiros, após debates e discussões, por unanimidade dos votos e sem quaisquer restrições, conforme atribuição prevista na alínea (a) do artigo 16 do Estatuto Social da Companhia, deliberaram: **5.1.** Tomar conhecimento do pedido de renúncia apresentando à Companhia, na presente data, pelo Sr. Igor De Castro Camillo ao cargo de Diretor sem designação específica da Companhia, agradecendo-lhe pelos relevantes serviços prestados enquanto exerceu referida função; **5.2.** Aprovar a eleição do Sr. Roberto Penna Chaves Neto, brasileiro, casado, advogado, OAB/SP nº 151.989 e CPF/MF nº 070.803.997-93, com endereço profissional na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 4º andar, Vila Olímpia, 04.551-065, São Paulo/SP, para ocupar o cargo de Diretor sem designação específica da Companhia, cujo mandato se encerrará na data prevista para o término do mandato do Diretor ora substituído, ou seja, até a primeira Reunião do Conselho de Administração que vier a se realizar após a AGO de 2022. O Diretor ora eleito aceita sua nomeação, declarando neste ato terem conhecimento do artigo 147 da Lei nº 6.404/76 ("LSA"), e alterações posteriores e consequentemente, não estar incurso em quaisquer dos crimes previstos em Lei que o impeça de exercer as atividades mercantis, conforme Termo de Posse e Declarações de Desimpedimento a ser arquivado na sede da Companhia; e **5.3.** Diante disso, a Diretoria Executiva da Companhia, a partir desta data, passa a ser composta da seguinte forma: **1.** Diretor Presidente: Luis Augusto Valeria de Oliveira, brasileiro, casado, analista de sistemas, RG nº 02.228.228-99 SSP/BA e CPF/MF nº 254.751.935-68, eleito na Reunião do Conselho de Administração realizada em 22.10.2020; e **2.** Diretor sem designação específica: Roberto Penna Chaves Neto, brasileiro, casado, advogado, OAB/SP nº 151.989 e CPF/MF nº 070.803.997-93, eleito na presente Reunião do Conselho de Administração; ambos com endereço profissional na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 4º andar, Vila Olímpia, 04.551-065, São Paulo/SP, com mandato até a primeira Reunião do Conselho de Administração que vier a se realizar após a Assembleia Geral Ordinária de 2022, devendo os mesmos permanecerem em seus cargos até a eleição e posse de seus substitutos. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, MP 2.200-2/2001 e na alínea "c", do §1º do Artigo 5º, da Lei nº 14.063/2020. São Paulo/SP, 30.04.2021. **Assinaturas:** Marco Antonio Souza Cauduro, Presidente da Mesa e, Marcio Yassuhiro Iha, Secretário. **Conselheiros: (1)** Marco Antonio Souza Cauduro; **(2)** Waldo Edwin Perez Leskovar; e **(3)** Marcio Yassuhiro Iha. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado no Livro próprio. *Marco Antonio Souza Cauduro - Presidente da Mesa - Assinado com certificado digital ICP Brasil, Marcio Yassuhiro Iha - Secretário - Assinado com certificado digital ICP Brasil.* JUCESP nº 238.893/21-2 em 21.05.2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Superbac Biotechnology Solutions S.A.

CNPJ/ME nº 00.657.661/0001-94 - NIRE 35.300.340.604

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária

Convocamos os acionistas da **Superbac Biotechnology Solutions S.A.** ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 16 do mês de junho de 2021, às 08:30 horas, na sede social da Companhia, localizada no Município de Cotia, Estado de São Paulo, na Rua Santa Monica, nº 1025, Parque Industrial San José, CEP 06715-865, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(a)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2019 e 31/12/2020; **(b)** deliberar sobre o resultado dos exercícios sociais encerrados em 31/12/2019 e 31/12/2020; **(c)** reeleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; e **(d)** fixar a remuneração dos administradores da Companhia. Cotia - SP, 31 de maio de 2021.

Luiz Augusto Chacon de Freitas Filho

Presidente do Conselho de Administração

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 2 de junho de 2021 às 01:30:04

FEITURA DO MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA

ÃO DE JULGAMENTO DE RECURSO E AGENDAMENTO DE SESSÃO PÚBLICA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2021

a do Município de Jaguariúna, através de sua Pregoeira, torna público e para conhecimento sados que o recurso impetrado pela empresa COMERCIAL JOÃO AFONSO LTDA. – 437.315/0001-67, foi conhecido e julgado parcialmente procedente por motivos insertos mento licitatório. Diante do exposto informo que será realizada sessão pública no Portal s do Governo Federal (www.comprasgovernamentais.gov.br) no dia 08 de junho de 2021, oras, para julgamento das propostas dos itens 01 e 02. Maiores informações poderão ser o endereço eletrônico: aline_licitacoes@jaguariuna.sp.gov.br.

Jaguariúna, 02 de junho de 2021
Aline Fernanda Arruda Leite - Pregoeira

FEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP

EXTRATO DO CONTRATO Nº 170/2021

ATANTE: Prefeitura Municipal de Fernandópolis. CONTRATADA: s Pavimentação e Construção Ltda - EPP - VALOR: R$ 18.665,92 - TURA: 24/05/2021 - OBJETO: Contratação de empresa especializada stalação de divisórias com isolamento acústico na nova sede da tra", localizado na Rua Espírito Santo. nº 826, Centro, nesta cidade andópolis/SP., com fornecimento de material e mão de obra; conforme l Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico - Financeiro, de Cálculo e Projeto. MODALIDADE: Tomada de Preços nº 001/2021.

Fernandópolis, 02 de junho de 2021.
CIBELE BERGER SANCHES CARBONE
Gerente de Suprimentos

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

DAE - BAURU/SP

ções
de Compras do **DAE**, Rua Padre João nº 11-25, Vila Santa Tereza, CEP: 020, Bauru/SP, no horário das 08:00 às 17:00 horas e fones: (14) 3235-6146, 72, 3235-6173 ou 3235-6168. Os Editais do **DAE** estão disponíveis através load gratuito no site www.daebauru.sp.gov.br.

o Administrativo nº 8841/2020 - DAE
Eletrônico nº 056/2021 - DAE
Aquisição de tubos de aço carbono, conforme especificações contidas no do Edital.
recebimento das propostas: até 17/06/2021, às 08:30 horas.
a da Sessão: 17/06/2021, às 08:30 horas.
a Disputa de Preços: 17/06/2021, às 09:00 horas.
ro Titular: Gustavo Turini
ro Substituto: Dhyego Palácios Bonifácio
ulação de Bauru pagou por este anúncio R$ 250,00"

AVISO DE LICITAÇÃO

O CASA

o ROE0053/21 - Acha-se aberto o Pregão Eletrônico DRO nº 020/2021, 171310170482021OC00027 para prestação de serviços de nutrição e ação aos adolescentes sob a tutela do Estado, atendidos pela Fundação P, nos Centros de Atendimento - CASA Araçá, Araçatuba, Rio Dourado, Vitória Marília e Semiliberdade de Marília, vinculados à Divisão Regional Oeste da ão CASA-SP, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de ções denominado Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São uja abertura está marcada para o dia 17/06/21 às 09h30. Os interessados em ar do certame deverão acessar a partir de 07/06/21 no endereço eletrônico c.sp.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e iamento de seus representantes. O Edital também se encontra disponível no

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LARANJAL PAULISTA

AVISO DE LICITAÇÃO:3ª RETIFICAÇÃO DO EDITAL DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2021-PROCESSO Nº 003/2021 - Objeto: Concorrência Pública, tipo menor preço unitário por lote, objetivando a Contratação de empresa especializada para execução de serviços de limpeza pública, compreendendo a coleta mecanizada de resíduos sólidos domiciliares, comerciais, de feiras, demais áreas públicas com fornecimento de contêineres, operação e higienização de contêineres de capacidade (mil) litros e transporte até o destino final indicado pela contratante. Encerramento e Abertura: Os envelopes PROPOSTA (01) e HABILITAÇÃO (02), deverão ser entregues e protocolados **até às 09:00 horas do dia 07.07.2021**, iniciando-se a abertura no mesmo dia e horário. Os interessados poderão obter o Edital Retificado na íntegra, através do site www.laranjalpaulista.sp.gov.br, bem como obter maiores informações na Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista, sita. à Praça Armando de Salles Oliveira, nº 200-Laranjal Paulista-SP, em horário normal de expediente ou através dos telefones: 0xx15.3283.8338 e 0xx15.3283.83.31. Laranjal Paulista, 02 de junho de 2.021- Alcides de Moura Campos Junior-Prefeito Municipal.

Superbac Biotechnology Solutions S.A.

CNPJ/ME nº 00.657.661/0001-94 - NIRE 35.300.340.604

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária

Convocamos os acionistas da **Superbac Biotechnology Solutions S.A.** ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 16 do mês de junho de 2021, às 08:30 horas, na sede social da Companhia, localizada no Município de Cotia, Estado de São Paulo, na Rua Santa Mônica, nº 1025, Parque Industrial San José, CEP 06715-865, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(a)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2019 e 31/12/2020; **(b)** deliberar sobre o resultado dos exercícios sociais encerrados em 31/12/2019 e 31/12/2020; **(c)** reeleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; e **(d)** fixar a remuneração dos administradores da Companhia.

Cotia - SP, 31 de maio de 2021. Luiz Augusto Chacon de Freitas Filho - Presidente do Conselho de Administração

FREITAS LEILOEIRO OFICIAL

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - LEI 9.514/97 - ONLINE
1º leilão dia 16 de junho de 2021 - 11h00 | 2º leilão dia 23 de junho de 2021 - 11h00
Somente Online através do site do Leiloeiro Oficial: www.freitasleiloeiro.com.br

PORTO SEGURO CONSÓRCIO

Credora Fiduciária: PORTO SEGURO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.
Devedora Fiduciante: MULTIVERDE COMÉRCIO E PRODUÇÃO DE MUDAS LTDA.

Descrição do imóvel: Um terreno sem benfeitorias, situado na Rua Coronel Joaquim Alves, s/nº (lado ímpar), Centro, em Batatais/SP, com a área total estimada no local de 300,00m², matriculado sob nº 8.135 do Oficial de Registro de Imóveis de Batatais/SP. Obs.: Terreno foreiro ao Município. Regularização e encargos perante os órgãos competentes de eventual divergência da área de terreno apurada no local com a lançada no IPTU e averbada no RI, correrão por conta do comprador. Ocupado.
1º Leilão - Lance mínimo: R$ 190.000,00
2º Leilão - Lance mínimo: R$ 198.214,11

O edital completo encontra-se disponível no site do leiloeiro www.freitasleiloeiro.com.br. O arrematante pagará no ato, à vista, o valor total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate, inclusive o devedor fiduciante, no caso do exercício do direito de preferência, na forma da lei. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.freitasleiloeiro.com.br e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. Leiloeiro Oficial: Antonio Carlos Villa Nova de Freitas - JUCESP nº 749.

www.freitasleiloeiro.com.br | (11) 3117.1001
imoveis@freitasleiloeiro.com.br

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2021
PROCESSO Nº 0785/2021 – OFERTA DE COMPRA Nº 420030000012021OC00026
ENDEREÇO ELETRÔNICO: http://www.bec.sp.gov.br

Encontra-se aberta na Defensoria Pública do Estado de São Paulo licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE, cujo escopo será a contratação de serviços de vigilância e segurança patrimonial com recursos de vigilância eletrônica (botão de pânico móvel e ronda com bastão eletrônico em sistema monitorado) com a finalidade de exercer preventivamente a proteção do patrimônio e das pessoas que se encontram nos limites da localidade a ser vigiada, com a efetiva cobertura dos postos constantes do Termo de Referência do Anexo I (Termo de Referência) do Edital. O certame será regido pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 ("Lei do Pregão") e, de modo subsidiário, pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 ("Lei Geral de Licitações") e pela Lei Estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989 ("Lei Paulista de Contratos Administrativos"). Regulamentam o certame o Decreto Estadual nº 47.297, de 06 de novembro de 2002, o qual regulamenta a modalidade pregão, no âmbito da Administração Estadual, o Decreto Estadual nº 49.722, de 24 de junho de 2005, o qual regulamenta a utilização do pregão eletrônico. As propostas poderão ser enviadas de forma eletrônica a partir do dia 07 de junho de 2021. A sessão pública do certame será iniciada no dia 21 de junho de 2021, às 10h00. O Edital estará disponível no site institucional http://www.defensoria.sp.def.br.

Prefeitura Municipal de Boraceia

AVISO DE LICITAÇÕES

Concorrência 03/2021: Alienação, por doação, de uma área de terras de propriedade do Município de Boracéia para construção de edificações educacional. Encerramento: 05/07/2021 às 09h00. Edital/Anexos: www.boraceia.sp.gov.br

Concorrência 04/2021: Alienação, por doação, de uma área de terras de propriedade do Município de Boracéia para construção de edificações

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDINÓPOLIS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

Abertura de Licitação - Processo nº 96/2021 - Pregão Eletrônico nº 39/2021
Objeto: Registro de Preços para aquisição de produtos domissanitários. Data de cadastro das Propostas e disputa de lances 21.06.2021 às 09:00 horas.

Informações poderão ser obtidas no endereço
Praça Dr. Mario Lins, 150 e telefone 16.3690.2934.

Prefeitura da Estância Turística de Salto

Edital – Pregão Eletrônico nº 22/2021 – Processo Administrativo nº 3595/2021
Exclusivo ME/EPP – Republicação

Encontra-se aberta licitação visando a contratação de pessoa jurídica para aquisição de armários de aço, destinado ao Cemus IX – "Professora Maria de Lourdes Guarda", conforme quantitativos e especificações anexo I do edital, a cargo da Secretaria de Educação. O Pregão se realizará de forma ELETRÔNICA, através da BBM – Bolsa Brasileira de Mercadoria, **na data de 18 de junho de 2021. Cadastro de Propostas Iniciais: das 08hs do dia 07/06/2021 até as 08hs do dia 18/06/2021. Abertura de Propostas Iniciais: 18/06/2021 às 08hs05min. Início da Sessão Pública (Fase Competitiva): 18/06/2021 às 09h00min.** O edital e anexos estão disponíveis para consulta e impressão, através dos sítios: www.bbmnetlicitacoes.com.br e www.salto.sp.gov.br – Licitação. Maiores informações, no Setor de Licitações – Secretaria de Administração, através dos telefones nºs (11)4602-8533/8524, das 08hs às 16h30min.

Estância Turística de Salto, 02 de junho de 2021.
Ana Christina Carvalho Macedo de Noronha Fávaro - Secretária de Educação

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL ARCANJO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 15/2021 – PROCESSO N.º 315/2021.

A Prefeitura do Município de São Miguel Arcanjo, através do Setor de Compras, faz saber a quantos possa interessar que, se acha aberta licitação na Modalidade Pregão Presencial n.º 15/2021, do tipo menor preço, para **escolha da proposta mais vantajosa para aquisição parcelada de 3.420 (três mil, quatrocentos e vinte) cestas-básicas a serem distribuídas aos servidores municipais, conforme especificações constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**. Através de correspondência eletrônica (email), encaminhados para compras3@saomiguelarcanjo.sp.gov.br ou compras1@saomiguelarcanjo.sp.gov.br, sem ônus aos interessados solicitantes. Encerramento: às 09:15 horas do dia 18 de junho de 2021. Informações: das 9:00 às 17:00 horas, Endereço: Praça Antonio Ferreira Leme, n.º 53, Centro, SMA, Telefax: (15) 3279-8000. São Miguel Arcanjo, 02 de junho de 2021. Paulo Ricardo da Silva – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP, ATRAVÉS DE SEU REPRESENTANTE LEGAL ALEXANDRE TASSONI ANTONIO VEM PUBLICA A QUEM SE INTERESSAR O SEGUNDO ADITAMENTO CONTRATUAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 036/2019, SENDO A CONTRATANTE PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA E A CONTRATADA A EMPRESA GRABOSKI ADVOGADOS ASSOCIADOS, CUJO OBJETO PRINCIPAL É CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA ESPECIALIZADA NO ÂMBITO DO DIREITO ADMINISTRATIVO-EDUCACIONAL TUDO CONFORME DISCRIMINAÇÃO CONTIDA NO EDITAL E ANEXOS DA TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2019, OS QUAIS PASSAM A FAZER PARTE INTEGRANTE DESTE PROCEDIMENTO. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO O presente aditivo contratual tem por objetivo aditamento de prazo por um período de 12 (doze) meses com início no dia 01 de junho de 2021 até dia 30 de maio de 2022, com valor pactuado em R$ 49.340,76 (quarenta e nove mil trezentos e quarenta reais e setenta e seis centavos) **CLAUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL** O aditamento contratual tem como amparo legal o art. 57, inci. II da Lei 8.666/1993 **CLAUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA** As despesas do objeto da presente licitação serão atendidas com recursos orçamentários consignados no orçamento vigente sob a classificação abaixo: **Ficha 148 CLAUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO** Ficam ratificadas as demais clausulas do Contrato Administrativo de Prestação de Serviços n°036/2019. Tupi Paulista-SP, 01 de junho de 2021

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE JACAREÍ – SAAE

COMUNICADO DE SUSPENSÃO

REF: Tomada de Preços n° 003/2021 – Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE TUBULAÇÕES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EXTERNA NO MERCADO MUNICIPAL,

Consórcio de Desenvolvimento da Região de Governo de São João da Boa Vista - CONDERG

CNPJ 52.356.268/0002-45

Torna Público

Licitação do tipo **pregão presencial**, para fins de **registro de preços**, do tipo **menor preço unitário**, objetivando aquisição futura e não obrigatória de **material de higiene e limpeza** para o CONDERG Hospital Regional e SAMU Regional. **Data da realização:** 16/06/2021. **Horário:** 08:00 horas. **Local:** CONDERG Hospital Regional - Avenida Lenhor Mendes de Barros, 626, Divinolândia-SP. O edital nº 037/2021, encontra-se à disposição dos interessados no site *conderg.org.br*, telefones (19) 3663-8070 ou 8019, e-mail: licitacaoconderg@gmail.com

Hotel Majestic S/A

CNPJ nº 43.121.946/0001-19 - NIRE 35300033493

Assembleia Geral Extraordinária - Convocação

Prezado Senhor(a). Com fundamento no artigo 123, da Lei das S.A., a pedido do acionista Edgar José Bernardi, ficam os Senhores Acionistas do **Hotel Majestic S/A**. ("Companhia") convidados a se reunir em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia **22 de junho de 2021, às 11:00 hs**, no endereço da sede da Companhia, na Praça Dr. Vicente Rizzo, 160, nesta Cidade de Águas de Lindoia, Estado de São Paulo, para deliberar sobre a instituição do Conselho Fiscal e eleição de seus membros. Águas de Lindoia, 02 de junho de 2021. Atenciosamente **José Artur Bernardi** - Diretor Presidente.

NEC LATIN AMERICA S.A

CNPJ Nº 49.074.412/0001-65 - NIRE: 35300091604

Ata da Reunião do Conselho de Administração de 16/03/2021

Os Conselheiros de Administração da **NEC Latin America S.A.**, com sede em São Paulo/SP, que assinam esta Ata, na forma prevista no Artigo 15, §1º do Estatuto Social, **elegeram para Diretor Geral das Operações Brasil**, atualmente ocupado de forma cumulativa por Yasushi Tanabe, Presidente da Sociedade, **Angelo de Almeida Guerra**, RG 07.907.224-5, CPF/MF 622.591.646-68, para 1 mandato a iniciar-se em 01/04/2021 com validade até a AGO a realizar-se no 1º quadrimestre de 2022 ou até a eleição de novos Diretores. O Diretor eleito declara não estar incluso em nenhum crime que o impeça de exercer atividade comercial. Os termos desta ata foram aprovados pelos conselheiros que a subscrevem. SP, 16/03/2021. (a.a.) Masazumi Takata: Presidente, Ana Maria Ferraz do Amaral Ravaglia Duarte: Secretária. **Conselheiros:** Masazumi Takata,Toshiya Matsuki e Tetsuo Fukano. **JUCESP** nº 244.165/21-0 em 25/05/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/ME nº 61.695.227/0001-93 - NIRE 35.300.050.274

CERTIDÃO

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2021 (Certidão de seu arquivamento na JUCESP). A ata acima mencionada, publicada no Jornal "Valor Econômico" e no Diário Oficial do Estado de São Paulo no dia 07/04/2021, foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, conforme certidão abaixo: "Junta Comercial do Estado de São Paulo - Certifico o arquivamento em 03/05/2021 sob o nº 186.960/21-9. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Agro Pecuária Boa Vista S.A.

CNPJ/MF nº 43.975.838/0001-03 - NIRE nº 35.300.011.503

Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação

Agro Pecuária Boa Vista S.A. ("**Companhia**") convida seus acionistas para a Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em sua sede social, localizada na Fazenda Santa Cruz, no município de Américo Brasiliense/SP, no dia 14/06/2021, às 8 horas. Ordem do dia: (1) Contas dos administradores, as demonstrações financeiras, o parecer dos auditores independentes referentes ao exercício social encerrado em 31.3.2021; (2) Destinação do lucro líquido do exercício; (3) Eleição dos membros da Diretoria; (4) Remuneração global anual dos administradores. Permanecem à disposição dos Acionistas, na sede da Companhia, a documentação pertinente às matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral Ordinária, conforme artigo 133 da Lei das S.A. Américo Brasiliense/SP, 1º/06/2021. **Luiz Antonio Cera Ometto - Diretor Presidente.** (01,02,03)

Superbac Biotechnology Solutions S.A.

CNPJ/ME nº 00.657.661/0001-94 - NIRE 35.300.340.604

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária

Convocamos os acionistas da **Superbac Biotechnology Solutions S.A.** ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 16 do mês de junho de 2021, às 08:30 horas, na sede social da Companhia, localizada no Município de Cotia, Estado de São Paulo, na Rua Santa Monica, nº 1025, Parque Industrial San José, CEP 06715-865, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(a)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2019 e 31/12/2020; **(b)** deliberar sobre o resultado dos exercícios sociais encerrados em 31/12/2019 e 31/12/2020; **(c)** reeleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; e **(d)** fixar a remuneração dos administradores da Companhia. Cotia - SP, 31 de maio de 2021.

Luiz Augusto Chacon de Freitas Filho

Presidente do Conselho de Administração

Sindicato dos Empregados da Administração das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas, de São Paulo

Edital de Assembleia Geral Extraordinária Específica

Pelo presente Edital, ficam convocados todos os empregados da parte administrativa das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas de São Paulo, sócios, para participarem da AGE Específica, a ser realizada no dia 09/06/2021, às 10h00, em 1ª convocação, à Avenida Rio Branco, 320, 5º andar, conjunto 54, São Paulo-SP, para, nos termos do artigo 60 do Estatuto Social, deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **a)** Ratificação da decisão em Assembleia realizada no dia 19/05/2021, para venda do imóvel situado à Avenida Rio Branco, 320, 3º andar, conjunto 34, e uma vaga de garagem box na Avenida Rio Branco, 313, 4º andar, box 404 São Paulo/SP; **b)** Autorização para outorga de escritura. Não havendo, na hora acima indicada, número legal para a instauração dos trabalhos, em 1ª convocação, a Assembleia será realizada meia hora após, no mesmo local e data em 2ª convocação com qualquer número de presentes. São Paulo, 02/06/2021. ***Domingos Fontan** – Presidente do Sindicato*

Minerva S.A.

CNPJ/MF nº 67.620.377/0001-14 I NIRE 35.300.344.022

Companhia Aberta - Código CVM nº 02093-1

Certidão de Registro

Certificamos que a Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 25/02/2021, foi devidamente registrada na Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP. Certifico o registro sob o número 170.892/21-9 em 15/04/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Cash Price Securitizadora S.A.

CNPJ/MF 32.836.077/0001-07 - NIRE 35300531310

Ata da 4ª (Quarta) Assembleia Geral Extraordinária

Data, Hora e Local: 02/06/21, 10h na sede social da companhia. Dispensada a convocação. Parágrafo 4º, Artigo 124, Lei 6.404/1976, presença confirmada de todos os acionistas. **Presença:** reuniram-se os acionistas da sociedade, representando a totalidade do capital social da Cash Price Securitizadora S.A., Ricardo Bellucmini Saldanha Rodrigues e Lucas Gessner Saldanha Rodrigues. **Deliberações:** 1 - O Sr. Presidente pôs em votação a análise da proposta da diretoria para emissão de 80.000 debentures simples, no montante de R$ 80.000.000,00, ao valor unitário de R$ 1.000,00 cada uma, sendo aprovada pelos acionistas por unanimidade a referida emissão, conforme Escritura da 2ª Emissão Privada de Debêntures Simples, arquivada na JUCESP, anexo a Ata da AGE. Esta ata é Extrato da Ata da 4ª AGE, servindo para fins legais de publicidade dos atos societários deliberados. Na qualidade de Presidente e Secretária da Assembleia, declaramos que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no livro próprio. Campinas/SP, 01/03/21. (a.a.) Ricardo Bellucmini Saldanha Rodrigues - Presidente e Acionista, Lucas Gessner Saldanha Rodrigues - Secretário e Acionista. **JUCESP** nº 239.459/21-0 em 25/05/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Vivá Agri-Assets S/A

CNPJ/MF nº 28.858.858/0001-00 - NIRE 35.300.509.544

Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

A Presidência do CAD (Conselho de Administração) da **Vivá Agri-Assets S/A**, Companhia de capital fechado, CNPJ/MF 28.858.858/0001-00, NIRE 35.300.509.544, exercida por **Mauricio Bellodi**, CPF/MF 083.441.568-23, RG 15.641.669-4 SSP/SP, nas atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social em vigor da Companhia e conforme a legislação pátria, especificamente o artigo 121, Parágrafo Único, da Lei 6.404/76, Lei 14.030/2020 (convertida da MP 931/2020) e Instrução Normativa 79 do DREI, convoca todos os acionistas para Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada no dia 11 de Junho de 2021, às 14h00, em primeira convocação, na forma digital, sendo que a participação virtual e o voto poderão se dar mediante acesso ao aplicativo Zoom, dando-se a instalação, com a presença de acionistas que representem no mínimo ¼ do capital social, com a Ordem do Dia: **a)** admissão de novo acionista. O link e respectiva senha para acesso ao aplicativo Zoom serão disponibilizados previamente aos acionistas, que poderão participar e votar diretamente por si ou mediante procuração outorgada nos termos do artigo 126, § 1º, da Lei 6.404/76. São José do Rio Preto (SP), 01/06/2021. **Mauricio Bellodi** - Presidente do Conselho de Administração.

Usina Catanduva S.A. Açúcar e Álcool

CNPJ: 44.330.983/0001-08 e NIRE: 35300064062

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os senhores acionistas para se reunirem em AGO e AGE a realizar-se no dia 06/07/2021, às 10:00 horas, em sua sede social na Fazenda Santo Antonio S/N, em Ariranha-SP, CEP 15.960-000, afim de deliberarem sobre a aprovação das demonstrações financeiras e resultados do exercício findo 30/04/2021, além de ratificarem a distribuição do pedido de recuperação judicial ocorrida no dia 28/05/2021. Comunicamos aos senhores acionistas que se encontram à disposição na sede da companhia, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404/76. Ariranha-SP, 01/06/2021. Joamir Alves, Diretor Presidente.

AÇUCAREIRA VIRGOLINO DE OLIVEIRA S.A.

CNPJ: 07.024.792/0001-83 e NIRE 35300318293

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os senhores acionistas para se reunirem em AGO e AGE a realizar-se no dia 06/07/2021, às 15:00 horas, em sua sede social na Fazenda Canoas, S/N, em José Bonifácio-SP, CEP 15.200-000, afim de deliberarem sobre a aprovação das demonstrações financeiras e resultados do exercício findo 30/04/2021, além de ratificarem a distribuição do pedido de recuperação judicial ocorrida no dia 28/05/2021. Comunicamos aos senhores acionistas que se encontram à disposição na sede da companhia, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404/76. Jose Bonifácio-SP, 01/06/2021. Joamir Alves, Diretor Presidente.

VIRGOLINO DE OLIVEIRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.

CNPJ: 07.020.561/0001-00 e NIRE 35300318170

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os senhores acionistas para se reunirem em AGO e AGE a realizar-se no dia 06/07/2021, às 11:00 horas, em sua sede social na Fazenda Santo Antonio S/N, em Ariranha-SP, CEP 15.960-000, afim de deliberarem sobre a aprovação das demonstrações financeiras e resultados do exercício findo 30/04/2021, além de ratificarem a distribuição do pedido de recuperação judicial ocorrida no dia 28/05/2021. Comunicamos aos senhores acionistas que se encontram à disposição na sede da companhia, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404/76. Ariranha-SP, 01/06/2021. Joamir Alves, Diretor Presidente.

VIRGOLINO DE OLIVEIRA S.A. AÇÚCAR E ÁLCOOL

CNPJ: 49.911.569/0001-79 e NIRE 35300051700

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os senhores acionistas para se reunirem em AGO e AGE a realizar-se no dia 06/07/2021, às 08:00 horas, em sua sede social na Fazenda Santo Antonio S/N, em Ariranha-SP, CEP 15.960-000, afim de deliberarem sobre a aprovação das demonstrações financeiras e resultados do exercício findo 30/04/2021, além de ratificarem a distribuição do pedido de recuperação judicial ocorrida no dia 28/05/2021. Comunicamos aos senhores acionistas que se encontram à disposição na sede da companhia, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404/76. Ariranha-SP, 01/06/2021. Joamir Alves, Diretor Presidente.

Alcoazul S/A – Açúcar e Álcool

(Em Recuperação Judicial)

NIRE 35.300.006.324 - CNPJ nº 44.776.409/0001-70

Convocação – Assembleia Geral Extraordinária

O Diretor Presidente, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, convoca os acionistas a reunirem-se em 11/06/2021, às 14:00 horas, a primeira convocação e em segunda convocação às 14:30 horas na sede social, à Rod. Caran Rezek, s/nº Km 16, Araçatuba – SP no qual seguirá todas as orientações da Organização Mundial da Saúde - OMS, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: I – Extraordinária: a) Eleição da Diretoria; b) Outros Assuntos de interesse da Sociedade. Araçatuba – SP, 31/05/2021. Eurides Luiz Camargo Benez – Diretor.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A.

CNPJ – 50.031.790/0001-05 e NIRE 35300144597

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os senhores acionistas para se reunirem em AGO e AGE a realizar-se no dia 06/07/2021, às 09:00 horas, em sua sede social na Fazenda Santo Antonio S/N, em Ariranha-SP, CEP 15.960-000, afim de deliberarem sobre a aprovação das demonstrações financeiras e resultados do exercício findo 30/04/2021, além de ratificarem a distribuição do pedido de recuperação judicial ocorrida no dia 28/05/2021. Comunicamos aos senhores acionistas que se encontram à disposição na sede da companhia, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404/76. Ariranha-SP, 01/06/2021. Joamir Alves, Diretor Presidente.

Destilaria Generalco S/A

(Em Recuperação Judicial)

NIRE 35.300.006.405 - CNPJ nº 44.845.915/0001-73

Convocação – Assembleia Geral Extraordinária

O Diretor Presidente, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, convoca os acionistas a reunirem-se em 11/06/2021, às 08:00 horas, a primeira convocação e, em segunda convocação às 08:30 horas na sede social, à Rod. Caran Rezek, s/nº Km 16, Araçatuba – SP no qual seguirá todas as orientações da Organização Mundial da Saúde - OMS, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: I – Extraordinária: a) Eleição da Diretoria; b) Outros Assuntos de interesse da Sociedade. General Salgado – SP, 31/05/2021. Francisco Cesar Martins Villela – Diretor.

Aralco S/A Industria e Comércio

(Em Recuperação Judicial)

NIRE 35.300.001.052 - CNPJ nº 51.086.080/0001-80

Convocação – Assembleia Geral Extraordinária

O Diretor Presidente, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, convoca os acionistas a reunirem-se em 11/06/2021, às 12:00 horas, a primeira convocação e, em segunda convocação às 12:30 horas na sede social, à Rod. Caran Rezek, s/nº Km 16, Araçatuba – SP no qual seguirá todas as orientações da Organização Mundial da Saúde - OMS, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: I – Extraordinária: a) Eleição da Diretoria; b) Outros Assuntos de interesse da Sociedade. Santo Antônio do Aracanguá – SP, 31/05/2021. Francisco Cesar Martins Villela – Diretor.

Minerva S.A.

CNPJ/MF nº 67.620.377/0001-14 I NIRE 35.300.344.022

Companhia Aberta - Código CVM nº 02093-1

Certidão de Registro

Certificamos que a Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 13/04/2021, foi devidamente registrada na Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP. Certifico o registro sob o número 199.972/21-7 em 03/05/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Minerva S.A.

CNPJ/MF nº 67.620.377/0001-14 I NIRE 35.300.344.022

Companhia Aberta - Código CVM nº 02093-1

Certidão de Registro

Certificamos que a Ata de Reunião da Diretoria realizada em 06/04/2021, foi devidamente registrada na Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP. Certifico o registro sob o número 201.539/21-4 em 04/05/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Minerva S.A.

CNPJ/MF nº 67.620.377/0001-14 I NIRE 35.300.344.022

Companhia Aberta - Código CVM nº 02093-1

Certidão de Registro

Certificamos que a Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 15/03/2021, foi devidamente registrada na Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP. Certifico o registro sob o número 191.486/21-8 em 28/04/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Minerva S.A.

CNPJ/MF nº 67.620.377/0001-14 I NIRE 35.300.344.022

Companhia Aberta - Código CVM nº 02093-1

Certidão de Registro

Certificamos que a Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 15/03/2021, foi devidamente registrada na Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP. Certifico o registro sob o número 154.903/21-8 em 19/04/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Minerva S.A.

CNPJ/MF nº 67.620.377/0001-14 I NIRE 35.300.344.022

Companhia Aberta - Código CVM nº 02093-1

Certidão de Registro

Certificamos que a Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 04/03/2021, foi devidamente registrada na Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP. Certifico o registro sob o número 170.897/21-7 em 15/04/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Minerva S.A.

CNPJ/MF nº 67.620.377/0001-14 I NIRE 35.300.344.022

Companhia Aberta - Código CVM nº 02093-1

Certidão de Registro

Certificamos que a Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 11/03/2021, foi devidamente registrada na Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP. Certifico o registro sob o número 199.545/21-2 em 30/04/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Minerva S.A.

CNPJ/MF nº 67.620.377/0001-14 I NIRE 35.300.344.022

Companhia Aberta - Código CVM nº 02093-1

Certidão de Registro

Certificamos que a Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 15/03/2021, foi devidamente registrada na Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP. Certifico o registro sob o número 172.445/21-8 em 19/04/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Minerva S.A.

CNPJ/MF nº 67.620.377/0001-14 I NIRE 35.300.344.022

Companhia Aberta - Código CVM nº 02093-1

Certidão de Registro

Certificamos que a Ata de Reunião da Diretoria realizada em 16/02/2021, foi devidamente registrada na Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP. Certifico o registro sob o número 154.825/21-9 em 06/04/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Minerva S.A.

CNPJ/MF nº 67.620.377/0001-14 I NIRE 35.300.344.022

Companhia Aberta - Código CVM nº 02093-1

Certidão de Registro

Certificamos que a Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 11/02/2021, foi devidamente registrada na Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP. Certifico o registro sob o número 113.378/21-0 em 02/03/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quinta-feira, 3 de junho de 2021 às 00:57:13

Superbac Biotechnology Solutions S.A.

CNPJ nº 00.657.661/0001-94

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - Exercício Findo em 31 de Dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

Balanços Patrimoniais

	Nota explicativa	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
entes de caixa	4	144	951	17.872	16.348
ceiras	5	46.467	466	99.195	65.596
r	6	1.137	1.560	111.274	152.073
	9	3.039	3.797	27.417	34.852
erar	10	12.085	4.778	47.689	24.307
		3.526	1.688	7.986	16.513
culante		66.398	13.240	311.433	309.689
go prazo					
a e contribuição	24	3.698	-	32.394	25.065
das	7	130.485	125.130	80.439	76.206
	8	93.243	111.013	4.190	8.984
	12	18.087	5.093	171.270	109.926
	13	4.201	4.265	62.235	56.962
	14	2.609	-	2.609	-
a investimento	11	-	-	1.063	1.976
o circulante		252.323	245.501	354.200	279.119
		318.721	258.741	665.633	588.808

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Circulante					
Cessão de fornecedores		-	-	-	10.046
Fornecedores	15	1.547	3.848	43.723	46.409
Empréstimos e financiamentos	16	275	742	166.086	185.816
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		2.077	3.871	5.595	7.152
Obrigações tributárias	17	2.649	3.217	4.250	5.295
Adiantamento de clientes		-	-	7.507	12.159
Provisão para comissões a pagar		-	-	219	5.981
Dividendos a pagar	7	-	-	-	1.497
Arrendamentos	18	1.303	-	1.303	-
Outras contas a pagar		881	2.053	2.964	11.461
Total do passivo circulante		8.732	13.731	231.647	285.816
Não circulante					
Arrendamentos	18	1.360	-	1.360	-
Empréstimos e financiamentos	16	148	-	95.995	28.789
Partes relacionadas	7	19.547	23.366	19.547	22.047
Provisão para contingências	19	1.148	-	2.724	-
Total do passivo não circulante		22.203	23.366	119.626	50.836
Patrimônio líquido	20				
Capital social		352.117	259.617	352.117	259.617
Ações em tesouraria		(5.356)	(5.356)	(5.356)	(5.356)
Reserva de capital		93.662	93.662	93.662	93.662
Prejuízo acumulado		(152.637)	(126.279)	(152.637)	(126.279)
Total do patrimônio líquido controladores		287.786	221.644	287.786	221.644
Participação dos não controladores		-	-	26.574	30.512
Total do patrimônio líquido		287.786	221.644	314.360	252.156
Total do passivo e do patrimônio líquido		318.721	258.741	665.633	588.808

Demonstrações dos Resultados

	Nota explicativa	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Receita operacional líquida	21	13.407	22.205	285.919	348.415
Custo dos produtos vendidos	22	(10.880)	(8.101)	(208.562)	(247.814)
Lucro bruto		2.527	14.104	77.357	100.601
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	22	(7.979)	(4.018)	(46.256)	(70.965)
Gerais e administrativas	22	(15.230)	(37.294)	(47.644)	(83.388)
Resultado de equivalência patrimonial	8	(14.022)	(24.967)	(1.188)	-
Outras receitas, líquidas	22	224	1.210	903	1.875
		(37.007)	(65.069)	(94.185)	(152.478)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(34.480)	(50.965)	(16.828)	(51.877)
Resultado financeiro	23	3.343	66	(28.060)	(24.514)
Prejuízo operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		(31.137)	(50.899)	(44.888)	(76.391)
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes e diferidos	24	4.779	-	14.592	17.831
Prejuízo do exercício		(26.358)	(50.899)	(30.296)	(58.560)
Atribuível a					
Acionistas não controladores		-	-	(3.938)	(7.661)
Acionistas controladores		-	-	(26.358)	(50.899)
		(26.358)	(50.899)	(30.296)	(58.560)
Prejuízo por ação (básico e diluído) em R$	26			(0,68)	(1,44)

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
cício	(26.358)	(50.899)	(30.296)	(58.560)
s abrangentes	-	-	-	-
gente total do	(26.358)	(50.899)	(30.296)	(58.560)
ontroladores	-	-	(3.938)	(7.661)
oladores	-	-	(26.358)	(50.899)
	(26.358)	(50.899)	(30.296)	(58.560)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital: Ágio na emissão de ações	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido atribuído aos controladores	Participação não controladores	Total
e dezembro de 2017	259.617	(10.114)	93.662	(71.360)	271.805	33.740	305.545
cício	-	-	-	(50.899)	(50.899)	(7.661)	(58.560)
por administradores ão de ações	-	4.758	-	(4.758)	-	-	-
anterior	-	-	-	737	737	4.434	5.171
e dezembro de 2018	259.617	(5.356)	93.662	(126.279)	221.644	30.512	252.156
tal	92.500	-	-	-	92.500	-	92.500
cício	-	-	-	(26.358)	(26.358)	(3.938)	(30.296)
e dezembro de 2019	352.117	(5.356)	93.662	(152.637)	287.786	26.574	314.360

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	Nota explicativa	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(31.137)	(50.899)	(44.888)	(76.391)
Ajustado por:					
Depreciação e amortização		3.070	1.601	6.989	5.297
Baixa de ativos imobilizados e intangível		1.304	738	11.176	15.914
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa		468	32	16.998	50.894
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		1.148	-	2.724	-
Provisão impairment investimentos		7.627		7.627	
Rendimentos de aplicação financeira	23	(1.325)	(1.350)	(4.211)	(4.359)
Baixa de participação societária		6.736		6.736	
Ajuste a valor presente		-	-	6.078	140
Provisão para comissões a pagar		-	-	-	7.548
Juros sobre empréstimos e financiamentos	17	92	32	24.400	23.737
Resultado de equivalência patrimonial	10	14.022	24.967	1.188	-
Outros		983	6.743	(3.405)	2.768
		2.988	(18.136)	31.412	25.548
Redução (aumento) nos ativos:					
Contas a receber de clientes	8	(45)	183	17.723	(22.704)
Contas a receber de partes relacionadas	9	(5.355)	(48.097)	(4.233)	(13.292)
Estoques	11	758	(2.029)	7.435	(2.723)
Impostos a recuperar		(6.226)	(1.754)	(16.119)	(18.678)
Outros ativos		(6.628)	1.053	5.500	(13.346)
Redução (aumento) nos passivos:					
Fornecedores		(2.301)	2.511	(12.732)	25.258
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		(1.794)	603	(1.557)	(1.317)
Obrigações tributárias		(568)	2.029	(1.045)	9.498
Adiantamentos a clientes		-	-	(4.652)	3.027
Contas a pagar a partes relacionadas	9	(3.819)	(2.229)	(2.500)	(2.061)
Comissões a pagar		-	-	(5.762)	(5.651)
Outros passivos		1.491	(777)	(7.331)	7.519
		(24.487)	(48.507)	(25.273)	(34.469)
Caixa gerado pelas operações		(21.499)	(66.643)	6.139	(8.921)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	-	(13.018)
Juros sobre financiamentos pagos	17	(66)	-	(40.219)	(19.455)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(21.565)	(66.643)	(34.080)	(41.394)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de ativos imobilizados e intangível		(15.973)	(4.225)	(83.451)	(54.049)
Aquisições de participação societária		(10.757)	-	(10.757)	-
Aplicações financeiras	7	(44.676)	71.276	(29.388)	41.042
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		(71.406)	67.052	(123.596)	(13.007)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Aumento de capital		92.500	-	92.500	-
Captação de empréstimos e financiamentos	17	-	540	199.984	196.241
Pagamento de empréstimos e financiamentos	17	(336)	(151)	(133.284)	(127.583)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos		92.164	389	159.200	68.658
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(807)	798	1.524	14.257
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		951	153	16.348	2.091
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		144	951	17.872	16.348

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

eracional: A SuperBac Biotechnology Solutions S.A. ("Com- erBac") é uma sociedade por ações de capital fechado, fun- com sede na Rua Santa Monica, 1025, na cidade de Cotia, Paulo, e, com suas controladas diretas e indiretas ("Consoli- objeto social preponderante a participação em outras socie- lade de acionista ou cotista. As informações sobre os acio- anhia estão divulgadas na Nota 20. Em 2019, a Companhia ção da razão social da, até então denominada, SuperBac ntal S.A. para Superbac Biotechnology Solutions S.A. com a nsolidação da marca SUPERRBAC. A Companhia é contro- nesis Participações S.A.. A Companhia dispõe de unidades squisa e desenvolvimento, para o processo produtivo dos agricultura, saneamento, óleo e gás e bens de consumo. era no mercado brasileiro de biotecnologia com mais de ados de experiência neste segmento e utiliza somente mi- e origem natural, não patogênicos, não oportunistas e não nodificados. A Companhia possui investimentos em contro- , conforme divulgado na Nota 10. As demonstrações finan- s e consolidadas da Companhia para o exercício findo em de 2019 foram autorizadas para emissão de acordo com a embros da Diretoria em 18 de junho de 2020. 2. Base de **rincipais práticas contábeis:** As demonstrações financei- consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresenta- om as práticas contábeis adotadas no Brasil, que os pronun- os e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo unciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho abilidade - CFC. A Administração declara que todas as infor- tes próprias das demonstrações financeiras individuais e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem a Administração na sua gestão. As demonstrações financei- consolidadas foram elaboradas com base no custo históri- eterminados instrumentos financeiros que são mensurados

das demonstrações financeiras encerradas na mesma data base e consistentes com as práticas contábeis descritas na nota 3. 2.5 **Instrumentos financeiros:** Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, quando aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Os instrumentos financeiros detidos pela Companhia e suas controladas são classificados nas categorias mencionadas a seguir, conforme a intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: i) Ativos financeiros: Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho, são reconhecidas no resultado do período. ii) Passivos financeiros: Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efeti-

passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os tributos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios) de ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil. Adicionalmente, passivos fiscais diferidos não são reconhecidos se a diferença temporária for resultante de reconhecimento inicial de ágio. Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no fim de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. O saldo dos tributos diferidos ativos é revisado no fim de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Uma vez que, a Companhia vem apresentando prejuízos recorrentes, o saldo referente a imposto de renda diferido ativo não está sendo reconhecido. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensação e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação. 2.14. **Reconhecimento de receita:** As receitas resultantes da venda de mercadorias são reconhecidas pelo seu valor justo e quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, O Grupo deixa de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para o Grupo são prováveis. As receitas resultantes dos serviços são reconhecidas quando o serviço é prestado. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta. As devoluções e cancelamentos são reconhecidos conforme sua ocorrência e solicitação do cliente, pelo regime de competência. 2.15 **Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. 2.16 **Resultado por ação:** A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico utilizando o número médio ponderado das ações ordinárias em circulação, durante o período correspondente ao resultado. O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações potenciais, conforme pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação. 2.17 **Classificação circulante versus não circulante:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um

5. Aplicações financeiras: As aplicações financeiras estão representadas por recursos aplicados em ativos de renda fixa de baixo risco com remuneração entre 65% e 101% em 31 de dezembro de 2019 (95% e 105% em 31 de dezembro de 2018) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, podendo estar sujeitos a de mudança de valor, conforme tipo de ativo, e com

10. Tributos a recuperar:

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
PIS e COFINS (a)	382	323	21.555	7.801
IRPJ e CSLL	8.223	1.221	21.146	12.526
IRRF sobre aplicação financeira	3.206	3.047	4.093	3.142
ICMS (b)	184	187	805	838
Outros impostos a recuperar	90	-	90	-
Total	12.085	4.778	47.689	24.307

(a) Os créditos de PIS e COFINS são gerados na compra de insumos, maquinários e na operação de prestação de serviços de transportes e podem ser compensados com impostos e contribuições federais. (b) O saldo em 31 de dezembro de 2019 é oriundo das aquisições de matérias-primas e insumos, os quais não foram compensados em sua totalidade com o ICMS gerado em suas vendas de mercadorias no mercado nacional.

11. Propriedade para investimento:

	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Outros	40	866
Imóveis	1.023	1.110
	1.063	1.976

Os ativos descritos acima encontram-se como propriedades para investimentos e disponíveis a venda e/ou aluguel dos mesmos. O valor justo, menos as despesas de venda do negócio, são superiores aos valores contábeis dos ativos relacionados. Não existem passivos associados aos ativos mantidos para venda. Dessa forma, nenhuma perda por redução ao valor recuperável foi reconhecida na reclassificação dos ativos e passivos como mantidos para venda em 31 de dezembro de 2019.

12. Imobilizado:

	Taxas anuais	Controladora 2018 Líquido	Aquisição	Baixas	Transferências	Depreciações	Controladora 2019 Líquido	Consolidado 2018 Líquido	Aquisição	Baixas	Transferências	Depreciações	Consolidado 2019 Líquido
Terrenos		-	-	-	-	-	-	3.051	1.750	-	-	-	4.801
Edifícios	4%	-	-	-	-	-	-	4.581	-	-	56.919	(186)	61.314
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	763	3.083	(361)	-	(201)	3.284	763	3.083	(361)	-	(201)	3.284
Máquinas e equipamentos	12%	1.755	63	(170)	-	(215)	1.433	21.746	15.681	(220)	5.333	(3.043)	39.497
Veículos	20%	1.142	-	(177)	-	(228)	737	2.479	505	(304)	-	(498)	2.182
Móveis e utensílios	12%	407	1.286	(29)	-	(102)	1.562	1.095	1.446	(42)	-	(191)	2.308
Instalações	10%	289	-	-	-	(29)	260	1.292	992	-	-	(136)	2.148
Ferramentas	15%	-	-	-	-	-	-	59	-	(2)	-	(9)	48
Equipamentos de informática	30%	555	361	(8)	-	(218)	690	1.369	680	(12)	-	(506)	1.531
Equipamentos de comunicação	10%	134	-	-	-	(13)	121	134	-	-	-	(13)	121
(–) Mais-valia de imobilizado		(142)	-	-	-	-	(142)	6.449	-	-	-	(142)	6.307
Adiantamento a fornecedores		-	362	-	-	-	362	-	6.510	(6.148)	-	-	362
Máquinas e equipamentos de arrendamento		-	-	-	-	-	-	-	4.196	-	-	-	4.196
Imobilizado em andamento		190	10.118	(528)	-	-	9.780	66.903	32.466	(528)	(62.252)	-	36.589
Outros		-	-	-	-	-	-	5	8.925	(2.348)	-	-	6.582
Total		5.093	15.273	(1.273)	-	(1.006)	18.087	109.926	76.234	(9.965)	-	(4.925)	171.270

Resumo da movimentação do imobilizado	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.319	73.426
Adições	3.305	53.129
Baixas	(739)	(12.141)
Depreciação	(793)	(4.489)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	5.093	109.926
Adições	15.273	76.234
Baixas	(1.273)	(9.965)
Depreciação	(1.006)	(4.925)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	18.087	171.270

A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. A Companhia e suas controladas fazem anualmente manutenção preventiva sendo seus ativos e unidades geradoras de caixa mantidos com valor de uso, já que é o maior em relação ao valor de venda. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas possuem bens do imobilizado dado em garantia para operações financeiras. Os itens são compostos pelas instalações das unidades Fábrica 1, Fábrica 2 e CPBAC, e Fazenda Experimental, todos pertencentes a Superbac Fertilizantes.

13. Intangível:

	Taxas anuais	Controladora 2018 Líquido	Aquisição	Baixas	Amortização	Controladora 2019 Líquido	Consolidado 2018 Líquido	Aquisição	Baixas	Amortização	Consolidado 2019 Líquido
Goodwill (a)		787	-	-	-	787	53.484	-	-	-	53.484
Acordo de não Competitividade (b)		2.007	-	-	(595)	1.412	2.007	-	-	(595)	1.412
Pesquisa e Desenvolvimento		-	-	-	-	-	-	6.517	(1.180)	-	5.337
Software	32%	1.471	700	(31)	(138)	2.002	1.471	700	(31)	(138)	2.002
Total		4.265	700	(31)	(733)	4.201	56.962	7.217	(1.211)	(733)	62.235

(a) Referem-se à marca "Minorgan". Atualmente, a marca é utilizada pela controlada Minorgan, adquirida em 2015 pela controladora da Companhia. Essa marca tem vida útil indefinida. (b) Com a venda das ações do acionista minoritária da Minorgan, Beatriz Ribeiro, foi assinado um acordo de não competitividade por cinco anos pela remuneração adicional ao contrato de compra e venda das ações no montante de R$3.000 (R$2.007 líquido de amortização), o qual será amortizado ao longo do período de cinco anos.

Resumo da Movimentação do Intangível	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.153	59.831
Adições	920	920
Baixas	-	(2.981)
Amortização	(808)	(808)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.265	56.962
Adições	700	7.217
Baixas	(31)	(1.211)
Amortização	(733)	(733)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.201	62.235

14. Direito de uso: A Companhia possui operações de arrendamento de ativos como: imóveis. O prazo médio dos contratos de locação de imóveis é de 3 anos, porém, eles podem incluir opções de prorrogação. Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições, não contendo cláusulas restritivas e os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos. A alocação da depreciação do ativo de direito de uso é realizada de forma sistemática e linear, baseado no período de contrato. A vida útil será considerada o período

Os vencimentos das parcelas do passivo não circulante, em 31 de dezembro de 2019, estão demonstrados abaixo:

2021	1.360

19. Provisão para contingências: Controladora: Em 31 de dezembro de 2019 a controladora constitui saldo de provisão para riscos de processos cíveis ou trabalhistas, no montante total de R$ 1.148. Essa constituição é composta de causas trabalhistas. Referente a cinco processos envolvendo reclamações diversas como cobrança de horas extras, vínculos empregatícios, bônus, férias a pagar, entre outras questões trabalhistas. No exercício encerrado em 31.12.2019, a entidade é parte passiva em dois processos judiciais cíveis referentes à cobrança de créditos sobre eventuais serviços que teriam sido prestados contra entidade. O risco de perda financeira desses dois processos é classificado como possível no montante de R$ 732. **Consolidado:** Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia constitui saldo de provisão para riscos de processos cíveis ou trabalhistas, no montante total de R$ 2.724. Essa constituição é composta de R$350 referente a causas cíveis e R$ 2.374 referente a causas trabalhistas. Em 31.12.2019 a entidade é parte passiva de nove causas cíveis com risco de perda possível que alcança R$ 24.021 cujas principais causas são as seguintes: i. Embargo de terceiros requerendo a suspensão parcial dos efeitos da ordem de arresto de sacas de soja, risco de perda possível calculado em 31.12.2019 no valor estimado de R$ 16.200. ii. Autos de infração ambiental referente a atividades de sem autorização ou atividades consideradas poluidoras pela autoridade ambiental. Risco possível de perda calculado em 31.12.2019 no valor

Superbac Biotechnology Solutions S.A.

CNPJ nº 00.657.661/0001-94

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - Exercício Findo em 31 de Dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

Balanços Patrimoniais

Ativo	Nota explicativa	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	144	651	17.872	16.348
Aplicações financeiras	5	46.467	466	90.195	65.596
Contas a receber	6	1.137	1.560	111.274	152.073
Estoques	9	3.039	3.797	27.417	34.852
Tributos a recuperar	10	12.085	4.778	47.689	24.307
Outros ativos		3.526	1.688	7.986	16.513
Total do ativo circulante		66.398	13.240	311.433	309.689
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	3.698	–	32.394	25.065
Partes relacionadas	7	130.485	125.130	80.439	76.206
Investimentos	8	93.243	111.013	4.190	8.984
Imobilizado	12	18.087	5.093	171.270	109.926
Intangível	13	4.201	4.265	62.235	56.962
Direito de uso	14	2.609	–	2.609	–
Propriedade para investimento	11	–	–	1.063	1.976
Total do ativo não circulante		252.323	245.501	354.200	279.119
Total do ativo		318.721	258.741	665.633	588.808

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Circulante					
Cessão de fornecedores		–	–	–	10.046
Fornecedores	15	1.547	3.848	43.723	46.409
Empréstimos e financiamentos	16	275	742	166.086	185.816
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		2.077	3.871	5.595	7.152
Obrigações tributárias	17	2.649	3.217	4.250	5.295
Adiantamento de clientes		–	–	7.507	12.159
Provisão para comissões a pagar		–	–	219	5.981
Dividendos a pagar	7	–	–	–	1.497
Arrendamentos	18	1.303	–	1.303	–
Outras contas a pagar		881	2.053	2.964	11.461
Total do passivo circulante		8.732	13.731	231.647	285.816
Não circulante					
Arrendamentos	18	1.360	–	1.360	–
Empréstimos e financiamentos	16	148	–	95.995	28.789
Partes relacionadas	7	19.547	23.366	19.547	22.047
Provisão para contingências	19	1.148	–	2.724	–
Total do passivo não circulante		22.203	23.366	119.626	50.836
Patrimônio líquido	20				
Capital social		352.117	259.617	352.117	259.617
Ações em tesouraria		(5.356)	(5.356)	(5.356)	(5.356)
Reserva de capital		93.662	93.662	93.662	93.662
Prejuízo acumulado		(152.637)	(126.279)	(152.637)	(126.279)
Total do patrimônio líquido controladores		287.786	221.644	287.786	221.644
Participação dos não controladores		–	–	26.574	30.512
Total do patrimônio líquido		287.786	221.644	314.360	252.156
Total do passivo e do patrimônio líquido		318.721	258.741	665.633	588.808

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Prejuízo do exercício	(26.358)	(50.899)	(30.296)	(58.560)
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Resultado abrangente total do exercício	(26.358)	(50.899)	(30.296)	(58.560)
Atribuível a:				
Acionistas não controladores	–	–	(3.938)	(7.661)
Acionistas controladores	–	–	(26.358)	(50.899)
	(26.358)	(50.899)	(30.296)	(58.560)

Demonstrações dos Resultados

	Nota explicativa	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Receita operacional líquida	21	13.407	22.205	285.919	348.415
Custo dos produtos vendidos	22	(10.880)	(8.101)	(208.562)	(247.814)
Lucro bruto		2.527	14.104	77.357	100.601
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	22	(7.979)	(4.018)	(46.256)	(70.965)
Gerais e administrativas	22	(15.230)	(37.294)	(47.644)	(83.388)
Resultado de equivalência patrimonial	8	(14.022)	(24.967)	(1.188)	–
Outras receitas, líquidas	22	224	1.210	903	1.875
		(37.007)	(65.069)	(94.185)	(152.478)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(34.480)	(50.965)	(16.828)	(51.877)
Resultado financeiro	23	3.343	66	(28.060)	(24.514)
Prejuízo operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		(31.137)	(50.899)	(44.888)	(76.391)
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes e diferidos	24	4.779	–	14.592	17.831
Prejuízo do exercício		(26.358)	(50.899)	(30.296)	(58.560)
Atribuível a:					
Acionistas não controladores		–	–	(3.938)	(7.661)
Acionistas controladores		–	–	(26.358)	(50.899)
		(26.358)	(50.899)	(30.296)	(58.560)
Prejuízo por ação (básico e diluído) em R$	26			(0,68)	(1,44)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital: Ágio na emissão de ações	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido atribuído aos controladores	Participação não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	259.617	(10.114)	93.662	(71.360)	271.805	33.740	305.545
Prejuízo do exercício	–	–	–	(50.899)	(50.899)	(7.661)	(58.560)
Ações exercidas por administradores	–						
Absorção de opção de ações	–	4.758	–	(4.758)	–	–	–
Ajuste exercício anterior	–	–	–	737	737	4.434	5.171
Saldos em 31 de dezembro de 2018	259.617	(5.356)	93.662	(126.279)	221.644	30.512	252.156
Aumento de capital	92.500	–	–	–	92.500	–	92.500
Prejuízo do exercício	–	–	–	(26.358)	(26.358)	(3.938)	(30.296)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	352.117	(5.356)	93.662	(152.637)	287.786	26.574	314.360

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	Nota explicativa	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		**(31.137)**	(50.899)	**(44.888)**	(76.391)
Ajustado por:					
Depreciação e amortização		**3.070**	1.601	**6.989**	5.297
Baixa de ativos imobilizados e intangível		**1.304**	738	**11.176**	15.914
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa		**468**	32	**16.998**	50.894
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		**1.148**	–	**2.724**	–
Provisão impairment investimentos		**7.627**		**7.627**	
Rendimentos de aplicação financeira	23	**(1.325)**	(1.350)	**(4.211)**	(4.359)
Baixa de participação societária		**6.736**		**6.736**	
Ajuste a valor presente		**–**	–	**6.078**	140
Provisão para comissões a pagar		**–**	–	**–**	7.548
Juros sobre empréstimos e financiamentos	17	**92**	32	**24.400**	23.737
Resultado de equivalência patrimonial	10	**14.022**	24.967	**1.188**	–
Outros		**983**	6.743	**(3.405)**	2.768
		2.988	(18.136)	**31.412**	25.548
Redução (aumento) nos ativos:					
Contas a receber de clientes	8	**(45)**	183	**17.723**	(22.704)
Contas a receber de partes relacionadas	9	**(5.355)**	(48.097)	**(4.233)**	(13.292)
Estoques	11	**758**	(2.029)	**7.435**	(2.723)
Impostos a recuperar		**(6.226)**	(1.754)	**(16.119)**	(18.678)
Outros ativos		**(6.628)**	1.053	**5.500**	(13.346)
Redução (aumento) nos passivos:					
Fornecedores		**(2.301)**	2.511	**(12.732)**	25.258
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		**(1.794)**	603	**(1.557)**	(1.317)
Obrigações tributárias		**(568)**	2.029	**(1.045)**	9.498
Adiantamentos a clientes		**–**	–	**(4.652)**	3.027
Contas a pagar a partes relacionadas	9	**(3.819)**	(2.229)	**(2.500)**	(2.061)
Comissões a pagar		–		**(5.762)**	(5.651)
Outros passivos		**1.491**	(777)	**(7.331)**	7.519
		(24.487)	(48.507)	**(25.273)**	(34.469)
Caixa gerado pelas operações		**(21.499)**	(66.643)	**6.139**	(8.921)
Imposto de renda e contribuição social pagos		**–**	–	**–**	(13.018)
Juros sobre financiamentos pagos	17	**(66)**	–	**(40.219)**	(19.455)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		**(21.565)**	(66.643)	**(34.080)**	(41.394)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de ativos imobilizados e intangível		**(15.973)**	(4.225)	**(83.451)**	(54.049)
Aquisições de participação societária		**(10.757)**	–	**(10.757)**	–
Aplicações financeiras	7	**(44.676)**	71.276	**(29.388)**	41.042
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		**(71.406)**	67.052	**(123.596)**	(13.007)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Aumento de capital		**92.500**	–	**92.500**	–
Captação de empréstimos e financiamentos	17	**–**	540	**199.984**	196.241
Pagamento de empréstimos e financiamentos	17	**(336)**	(151)	**(133.284)**	(127.583)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos		**92.164**	389	**159.200**	68.658
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(807)**	798	**1.524**	14.257
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**951**	153	**16.348**	2.091
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**144**	951	**17.872**	16.348

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

1. Contexto operacional: A SuperBac Biotechnology Solutions S.A. ("Companhia" ou "SuperBac") é uma sociedade por ações de capital fechado, fundada em 1995, com sede na Rua Santa Monica, 1025, na cidade de Cotia, Estado de São Paulo, e, com suas controladas diretas e indiretas ("Consolidado"), tem por objeto social preponderante a participação em outras sociedades, na qualidade de acionista ou cotista. As informações sobre os acionistas da Companhia estão divulgadas na Nota 20. Em 2019, a Companhia realizou a alteração da razão social da, até então denominada, SuperBac Proteção Ambiental S.A. para Superbac Biotechnology Solutions S.A. com a finalidade de consolidação da marca SUPERRBAC. A Companhia é controlada pela Bio Genesis Participações S.A.. A Companhia dispõe de unidades e centros de pesquisa e desenvolvimento, para o processo produtivo dos segmentos de agricultura, saneamento, óleo e gás e bens de consumo. A SuperBac opera no mercado brasileiro de biotecnologia com mais de 20 anos acumulados de experiência neste segmento e utiliza somente microrganismos de origem natural, não patogênicos, não oportunistas e não geneticamente modificados. A Companhia possui investimentos em controlada e coligadas, conforme divulgado na Nota 10. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros da Diretoria em 18 de junho de 2020. **2. Base de elaboração e principais práticas contábeis:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros que são mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. A Administração avaliou a capacidade de continuidade da Companhia e de suas controladas, estando convencida de que possui os recursos necessários e capacidade de desenvolver seus negócios no futuro de forma contínua, não havendo o conhecimento de incertezas ou probabilidades materiais que possam gerar dúvidas significativas em relação a sua continuidade. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. Adicionalmente, o Grupo considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC- 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.1 Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real (R$), de acordo com as normas descritas no pronunciamento técnico CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas na moeda funcional da Companhia. **2.2 Moeda estrangeira:** Na elaboração das demonstrações financeiras, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos para a moeda funcional utilizando a taxa vigente da data da transação. Os ganhos e perdas decorrentes do impacto da variação da taxa de câmbio sobre ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício. **2.3 Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamento na Demonstração dos Fluxos de Caixa pois representam custos de obtenção de recursos financeiros. **2.4 Critérios de consolidação:** 2.4.1 Combinações de negócios: Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos/adquiridos e dos passivos incorridos/assumidos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos. O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida, se houver, sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Quando uma combinação de negócios inclui ativos ou passivos resultantes de um acordo de contrapartida contingente, a contrapartida contingente é mensurada a valor justo na data da aquisição e incluída na contraprestação transferida em uma combinação de negócios. As variações no valor justo da contraprestação contingente classificadas como ajustes do período de mensuração são ajustadas retroativamente, com correspondentes ajustes ao ágio. Os ajustes do período de mensuração correspondem a ajustes resultantes de informações adicionais obtidas durante o período máximo de um ano, relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição. Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do período em que essa combinação ocorreu, a Companhia registra os valores provisórios dos itens cuja contabilização estiver incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração, ou ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição, os quais, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data. *Demonstrações financeiras individuais:* Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da interpretação técnica ICPC 09 (R2) - *Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial*, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado do exercício. As contraprestações transferidas e o valor justo líquido dos ativos e passivos são mensurados utilizando os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas descritos anteriormente. 2.4.2 Participação de acionistas não controladores: Mudanças na participação da controlada que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. 2.4.3 Controladas: A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. 2.4.4 Perda de controle: Quando da perda de controle, a Companhia não reconhece os ativos e passivos da controlada, qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga subsidiária, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. 2.4.5 Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial: Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimento controlados em conjunto (joint ventures). As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Uma entidade de controlada em conjunto consiste em um acordo contratual através do qual a Companhia possui controle compartilhado, onde a Companhia tem direito aos ativos líquidos do acordo contratual, e não direito aos ativos e passivos específicos resultantes do acordo. Os investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. 2.4.6 Transações eliminadas na consolidação: Saldos e transações entre partes relacionadas, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações desta natureza, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas em conformidade com os critérios de consolidação previstos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, abrangendo as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas, conforme demonstrado a seguir:

Controladas e coligadas	Participação - % 2019	Participação - % 2018	Tipo de Controle
Bio Green Planet Inc. (a)	–	27,36	Coligada
PP-KPL Administração de Bens Próprio SPE (b)	–	50,00	Coligada
SARUP HE Participações Ltda. (b)	**50,00**	–	Controlada em conjunto
Theriot Capital Group Inc. (c)	**55,00**	55,00	Coligada
Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A. (d)	**76,52**	76,52	Controle

(a) A atividade principal consiste em pesquisa e desenvolvimento e produção de produtos biológicos para aprimoramento da produtividade agrícola. A empresa foi constituída nos Estados Unidos e opera na cidade de Wisconsin. Em 2019 a Companhia decidiu encerrar a participação que possuía na investida através da vendas de suas cotas. (b) A atividade principal consiste em gerenciar aeronave para fins comerciais. (c) A atividade principal consiste em fabricação de produtos agrobiológicos. A empresa foi constituída no Panamá e opera na cidade de Panamá. (d) A atividade principal consiste em fabricação de adubos e fertilizantes. A empresa foi constituída no Brasil e opera na cidade de Mandaguari. Anteriormente denominada Minorgan. Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas demonstrações financeiras encerradas na mesma data base e consistentes com as práticas contábeis descritas na nota 3. **2.5 Instrumentos financeiros:** Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou

continua

imprensaoficial

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 08/07/2020 15:30:12.
Nº de Série do Certificado: 08A6B4F6AF4316DAA6CBD93948198842E56FA6BB

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Superbac Biotechnology Solutions S.A.

deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, quando aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Os instrumentos financeiros detidos pela Companhia e suas controladas são classificados nas categorias mencionadas a seguir, conforme a intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: i) Ativos financeiros: Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho, são reconhecidas no resultado do período. ii) Passivos financeiros: Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. *Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:* Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados ao valor justo, sendo que quaisquer ganhos ou perdas decorrentes das variações no valor justo são reconhecidos no resultado na medida em que não fazem parte de uma relação de hedge designada. O ganho ou perda líquido reconhecido no resultado incorpora quaisquer juros pagos sobre os passivos financeiros. Porém, para passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado, o valor das variações no valor justo do passivo financeiro atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecido em outros resultados abrangentes, a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em outros resultados abrangentes resultasse no ou aumentasse o descasamento contábil no resultado. O valor remanescente da variação no valor justo do passivo é reconhecido no resultado. As variações no valor justo atribuíveis ao risco de crédito do passivo financeiro reconhecidas em outros resultados abrangentes não são subsequentemente reclassificadas para o resultado; pelo contrário, elas são transferidas para lucros acumulados quando o passivo financeiro é baixado. **2.6 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. **2.7 Contas a receber:** Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos no decurso normal das atividades da Companhia e sua controlada, líquidos do ajuste a valor presente, calculado com base em taxas estipuladas pela Administração, e da provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo esta constituída quando há clara evidência de que a Companhia e sua controlada não serão capazes de receber todos os montantes devidos de acordo com os termos dessas contas a receber, mediante análise de riscos e levando em consideração a performances históricas dos clientes (perda esperada). Ainda, a Companhia optou por segregar o componente financeiro do componente de risco de crédito quando na alocação do respectivo ajuste a valor presente entre receita financeira e despesas operacionais, respectivamente. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante; caso contrário, apresentadas no ativo não circulante. **2.8 Estoques:** Os saldos de estoques são substancialmente formados por matérias-primas, produtos semiacabados e material para embalagem. Sendo registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao valor realizável líquido, quando esse for menor que o custo. O valor líquido de realização é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda. O custo de produção reflete o método de absorção total de custo industriais. **2.9 Imobilizado:** *Reconhecimento e mensuração:* Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção (inclusive juros e demais encargos financeiros) deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumulados, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. *Custos subsequentes:* O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e suas controladas e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado, quando incorridos. Depreciação: As depreciações acumuladas são computadas no resultado do exercício pelo método linear, às taxas mencionadas na Nota 14, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens e o seu valor de recuperação. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. **2.10 Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente: Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável, as quais são avaliadas anualmente. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. **2.11 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis ("Impairment"):** No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis, principalmente o imobilizado e o intangível a serem mantidos e utilizados nas operações da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar a recuperação de seus valores em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado ("impairment"). Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou, ainda, não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável, pelo menos, uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou UGC) calculado for menor que o valor contábil, o valor contábil do ativo (ou UGC) é reduzido ao valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou UGC) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou UGC) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Em 31 de dezembro de 2019, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas e, portanto, nenhuma provisão para perdas foi reconhecida nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo naquela data. **2.12 Provisões:** Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa dos valores requeridos para liquidar as obrigações na data de encerramento de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos às obrigações. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar as obrigações, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **2.13 Imposto de renda e contribuição social:** Tributos correntes: A Companhia está enquadrada na forma de tributação de lucro real anual, com recolhimento mensal por estimativa e ajuste anual. A tributação na forma de lucro real anual compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL. O IRPJ é computado sobre o lucro tributável à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$240 no período de 12 meses, enquanto a CSLL é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Portanto, as inclusões no lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou os valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. A Administração avalia periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões, quando apropriado. Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("Tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os tributos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios) de ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil. Adicionalmente, passivos fiscais diferidos não são reconhecidos se a diferença temporária for resultante de reconhecimento inicial de ágio. Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no fim de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. O saldo dos tributos diferidos ativos é revisado no fim de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Uma vez que, a Companhia vem apresentando prejuízos recorrentes, o saldo referente a imposto de renda diferido ativo não está sendo reconhecido. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensação e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação. **2.14 Reconhecimento de receita:** As receitas resultantes da venda de mercadorias são reconhecidas pelo seu valor justo e quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, O Grupo deixa de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para o Grupo são prováveis. As receitas resultantes dos serviços são reconhecidas quando o serviço é prestado. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta. As devoluções e cancelamentos são reconhecidos conforme sua ocorrência e solicitação do cliente, pelo regime de competência. **2.15 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **2.16 Resultado por ação:** A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico utilizando o número médio ponderado das ações ordinárias em circulação, durante o período correspondente ao resultado. O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações potenciais, conforme pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação. **2.17 Classificação circulante versus não circulante:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado como circulante quando: • Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou • Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca, ou seja, utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou • Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **2.18 Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Essas contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. No cálculo do valor presente das contas a pagar, a Companhia utilizou como referência as taxas livres de risco fornecida por fontes oficiais. **2.19 Arrendamentos:** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Companhia como arrendatária: A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. *Ativos de direito de uso:* A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos à redução ao valor recuperável. **2.19 Arrendamentos:** *Passivos de arrendamento:* Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. *Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:* A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. **2.20 Novas normas e interpretações em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019:** • CPC 06 (R2) - Arrendamentos: A Companhia possuía contratos de arrendamento ativos em exercícios anteriores de forma que foram gerados efeitos na escrituração contábil em 1º de janeiro de 2019 em decorrência da aplicação inicial do CPC 06 (R2). Também, durante o exercício de 2019 foram firmados contratos de arrendamentos que seguiriam as diretrizes do CPC06 (R2) - "Arrendamentos", o que determinaria o reconhecimento, a partir da data da transição, do direito de uso do ativo arrendado e o passivo dos pagamentos futuros para todos os contratos de arrendamento mercantil ou operações com as mesmas características de um arrendamento, e que incluiria o direito de controlar e obter os benefícios sobre o uso de determinado ativo identificado (específico), a menos que sejam enquadrados por algum tipo de isenção. Portanto a administração conclui que a adoção do CPC 06 (R2) gera impactos em suas demonstrações financeiras. Os impactos estão demonstrados na nota explicativa de direito de uso (nota 16) e nota explicativa de arrendamentos mercantis (nota 20). Os valores estão apresentados nas notas explicativas referente a ativos de direito de uso e obrigações a pagar referente a direitos de uso. Os contratos e valores classificados dentro do CPC 06 (R2) são em sua totalidade referentes a contratos de locação de escritórios e instalações localizados na cidade de Cotia e a na cidade de São Paulo. • ICPC 22 - Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda: Esta interpretação, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, relacionados ao imposto de renda e contribuição social. A administração da Companhia avaliou a interpretação e não identificaram riscos significativos, decorrentes dos tratamentos fiscais utilizados pela Companhia, que possam gerar questionamentos ou não serem aceitos pelo Fisco. Assim, a administração que não há efeitos materiais a serem contabilizados decorrente da adoção desta interpretação. **2.21 Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** Na data de autorização destas demonstrações financeiras, o Grupo não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis: • CPC 11 - Contratos de Seguro; • Alterações ao CPC 15 (R1): Definição de negócios; • Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material. Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo. **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Ativos e passivos sujeitos às estimativas e premissas incluem impostos diferidos ativos, provisão para perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros, provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis e mensuração do custo orçado dos projetos e de instrumentos financeiros. **Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação, estão apresentados abaixo: a) *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:* Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de vendas em ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. A Administração revisa anualmente e/ou quando ocorre algum evento específico o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas. b) *Valor justo de instrumentos financeiros:* Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercado de ativos, o mesmo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado. c) *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:* A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa	–	3	–	3
Banco conta movimento	144	948	17.872	16.345
	144	951	17.872	16.348

5. Aplicações financeiras: As aplicações financeiras estão representadas por recursos aplicados em ativos de renda fixa de baixo risco com remuneração entre 65% e 101% em 31 de dezembro de 2019 (95% e 105% em 31 de dezembro de 2018) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, podendo estar sujeitos a de mudança de valor, conforme tipo de ativo, e com possibilidade de resgate imediato.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (a)	44.339	421	54.743	8.460
Fundos de Investimentos (b)	–	45	8.657	51.001
Compromissada (c)	2.128	–	35.795	5.999
Outros	–	–	–	136
	46.467	466	99.195	65.596

(a) As aplicações financeiras são mantidas em instituições financeiras e mensuradas pelo custo amortizado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. São mantidas em carteira de investimento, certificado de deposito bancário - CDB, com rentabilidade de juros indexados CDI e em 2019 que renderam 100% (95% a 105% em 2018). (b) Aplicação em fundos de investimentos realizados em bancos de primeira linha, com baixo grau de risco com uma remuneração anual entre 91% a 100% do CDI. (c) Aplicação realizada em banco de primeira linha na modalidade de renda fixa e mensuradas pelo seu valor justo com remuneração anual média entre 65% a 80% do CDI.

continua

imprensaoficial

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 14/08/2020 10:41:55.
Nº de Série do Certificado: 08A6B4F6AF4316DAA6CBD93948198842E56FA6BB

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Superbac Biotechnology Solutions S.A.

6. Contas a receber: a) Composição:

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Clientes nacionais	1.606	1.526	192.485	212.517
Clientes exterior	47	82	47	2.854
Ajuste a valor presente (*)	–	–	(6.078)	(5.116)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(516)	(48)	(75.180)	(58.182)
	1.137	1.560	111.274	152.073

(*) Valor presente calculado com base na taxa cobrada pela Companhia de seus clientes. b) Composição do saldo das contas a receber por vencimento:

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
A vencer	814	–	115.139	138.257
Vencidos: Até 30 dias	140	1.608	595	5.310
De 31 a 90 dias	75	–	696	7.526
De 91 a 180 dias	100	–	482	51.279
De 181 a 360 dias	163	–	17.601	5.224
Acima de 360 dias	361	–	58.019	7.775
	1.653	1.608	192.532	215.371

c) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(16)	(7.288)
Constituição	(32)	(50.894)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(48)	(58.182)
Constituição	(468)	(16.998)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(516)	(75.180)

7. Saldos e transações com partes relacionadas: Os saldos e as transações realizados entre a Companhia, sua controladora e outras partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

Contas a receber - não circulante	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Créditos com partes relacionadas				
Bio Genesis Participações S.A. (f)	61.336	54.907	74.661	54.907
Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A. (a)	63.371	65.168	–	16.244
Luiz Augusto Chacon de Freitas Filho (b)	5.778	5.055	5.778	5.055
Total	130.485	125.130	80.439	76.206
Contas a pagar - não circulante				
Beatriz Gonçalves Ribeiro (c)	19.547	22.047	19.547	22.047
Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A. (d)	–	1.319	–	–
Total	19.547	23.366	19.547	22.047
Dividendos a pagar				
Bio Genesis Participações S.A.	–	–	–	1.497
Total	–	–	–	1.497
Vendas brutas de produtos				
Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A.	8.905	18.472	–	–
MBR Shopping	–	–	966	1.314
Rio Araguay SRL	–	–	2.982	20.063
Total	8.905	18.472	3.948	21.377
Compras de matéria-prima				
Bio Green Planet Inc.	145	–	145	–
Total	145	–	145	–
Despesas financeiras e administrativas				
SB Participações e acionistas - pessoa física (e)	–	–	364	75
Green science technology Serviços e Participações Ltda.	–	–	–	–
Total	–	–	364	75

(a) Refere-se a venda de produtos para a controlada Superbac Fertilizantes, as quais são realizadas à preços, prazos e condições pactuadas entre as partes e notas de débito a receber por despesas compartilhadas entre as Companhias. (b) Refere-se a contrato de mútuo cedido em 5 de maio de 2018, no montante principal de R$5.055, e com vencimento em 5 de maio de 2023, atualizado pelo CDI - Certificado de Depósito Interbancário com vencimento previsto para dezembro de 2023. (c) Contas a pagar referente à compra das ações da acionista minoritária da Superbac Fertilizantes, Beatriz Ribeiro em 2017, registrado ao valor justo. A obrigação será realizada mediante atingimento de metas de *performance* da Superbac Fertilizantes, atreladas ao volume de vendas a serem realizadas ao longo dos 5 anos subsequentes. (d) Em 2015, a SB Participações contraiu um mútuo junto a Fertilizantes no montante de R$14.479. Em 1º de maio de 2015, a Superbac incorporou a dívida da SB Participações e, consequentemente, assumiu todos as obrigações. Este saldo será compensado com os dividendos futuros. O montante de R$5.185 e R$7.975 foram compensados nos exercícios de 2017 e 2016, respectivamente. (e) A controlada Superbac, contratou carta fiança com seus acionistas no montante de R$364 em 2019 (R$75 - 2018), concedida em garantia dos empréstimos captados com o BNDES. A remuneração, despesa financeira, sobre esta carta fiança é de 4% sobre o montante total das captações efetuadas. (f) Em março de 2017, a Bio Gênesis contratou um mútuo com a Superbac no montante de R$29.460 corrigido à taxa de CDI, para recompra de 2.015.395 ações ordinárias nominativas do acionista minoritário Amilar Venture Partners II, que na data representava 19,63% do capital social da Bio Gênesis. Em abril de 2017, a Bio Gênesis contratou um mútuo junto a Superbac no montante de R$8.000, corrigido à taxa do CDI para adquirir 1.225.000 de ações ordinárias nominativas da Superbac Fertilizantes, a atualização registrada na rubrica de receitas financeiras totaliza R$1.474, ao longo do exercício de 2019. Remuneração da Administração: Em 2019, a remuneração total dos diretores estatutários da Companhia, incluindo todas as modalidades de remuneração, foi de R$6.848 (R$7.373 em 2018), registrada na rubrica "Despesas gerais e administrativas" na demonstração do resultado. **8. Investimentos:** A composição dos investimentos em controladas e coligadas apresentada nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas é como segue:

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Bio-Green Planet Inc.	–	3.829	–	3.829
Theriot Capital Group Inc.	–	2.248	–	2.248
PP-KPL Administração de Bem Próprio SPE Ltda.	–	2.908	–	2.907
SARUP HE Participações Ltda.	4.190	–	4.190	–
Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A.	89.053	102.028	–	–
Total	93.243	111.013	4.190	8.984

(a) As informações relevantes da controlada Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A. são as seguintes:

Informações relevantes	Controlada 2019	Controlada 2018
Participação total no capital	76,52%	76,52%
Patrimônio líquido	56.480	73.252
Mais-valia de ativos e ágio (*)	59.933	60.075
Prejuízo do exercício	(16.771)	(27.796)
Equivalência patrimonial	(12.834)	(24.967)
Ativo circulante	235.095	312.691
Ativo não circulante	205.095	131.434
Passivo circulante	224.570	337.252
Passivo não circulante	159.140	28.789

(*) Refere-se a 100% da mais-valia de ativo imobilizado no montante de R$6.591 e marcas no montante de R$53.484, registrados no momento da aquisição da participação societária na controlada Minorgan em 2015. (b) A movimentação dos investimentos, apresentados nas demonstrações financeiras individuais, é como segue:

Movimentação do investimento	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	111.013
Equivalência patrimonial	(14.022)
Aquisição	10.757
Provisão Impairment - Sarup	(5.379)
Provisão Impairment - Theriot	(2.248)
Amortização mais-valia	(142)
Baixa (Biogreen e PP-KPL)	(6.736)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	93.243

9. Estoques:

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Matéria-prima	1.671	3.107	13.279	20.426
Produtos em processo	105	209	1.025	2.488
Embalagens	163	252	1.511	1.659
Produto acabado	1.008	11	3.809	11
Material de consumo	92	218	2.535	1.388
Adiantamentos a fornecedores	–	–	5.258	8.880
Total	3.039	3.797	27.417	34.852

10. Tributos a recuperar:

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
PIS e COFINS (a)	382	323	21.555	7.801
IRPJ e CSLL	8.223	1.221	21.146	12.526
IRRF sobre aplicação financeira	3.206	3.047	4.093	3.142
ICMS (b)	84	187	805	838
Outros impostos a recuperar	90	–	90	–
Total	12.085	4.778	47.689	24.307

(a) Os créditos de PIS e COFINS são gerados na compra de insumos, maquinários e na operação de prestação de serviços de transportes e podem ser compensados com impostos e contribuições federais. (b) O saldo em 31 de dezembro de 2019 é oriundo das aquisições de matérias-primas e insumos, os quais não foram compensados em sua totalidade com o ICMS gerado em suas vendas de mercadorias no mercado nacional.

11. Propriedade para Investimento:

	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Outros	40	866
Imóveis	1.023	1.110
	1.063	1.976

Os ativos descritos acima encontram-se como propriedades para investimentos e disponíveis a venda e/ou aluguel dos mesmos. O valor justo, menos as despesas de venda do negócio, são superiores aos valores contábeis dos ativos relacionados. Não existem passivos associados aos ativos mantidos para venda. Dessa forma, nenhuma perda por redução ao valor recuperável foi reconhecida na reclassificação dos ativos e passivos como mantidos para venda em 31 de dezembro de 2019.

12. Imobilizado:

	Controladora 2018						Controladora 2019	Consolidado 2018					Consolidado 2019
	Taxas anuais	Líquido	Aquisição	Baixas	Transferências	Depreciações	Líquido	Líquido	Aquisição	Baixas	Transferências	Depreciações	Líquido
Terrenos		–	–	–	–	–	–	3.051	1.750	–	–	–	4.801
Edifícios	4%	–	–	–	–	–	–	4.581	–	–	56.919	(186)	61.314
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	763	3.083	(361)		(201)	3.284	763	3.083	(361)	–	(201)	3.284
Máquinas e equipamentos	12%	1.755	63	(170)	–	(215)	1.433	21.746	15.681	(220)	5.333	(3.043)	39.497
Veículos	20%	1.142	–	(177)	–	(228)	737	2.479	505	(304)	–	(498)	2.182
Móveis e utensílios	12%	407	1.286	(29)	–	(102)	1.562	1.095	1.446	(42)	–	(191)	2.308
Instalações	10%	289	–	–	–	(29)	260	1.292	992	–	–	(136)	2.148
Ferramentas	15%	–	–	–	–	–	–	59	–	(2)	–	(9)	48
Equipamentos de informática	30%	555	361	(8)	–	(218)	690	1.369	680	(12)	–	(506)	1.531
Equipamentos de comunicação	10%	134	–	–	–	(13)	121	134	–	–	–	(13)	121
(–) Mais-valia de imobilizado		(142)	–	–	–	–	(142)	6.449	–	–	–	(142)	6.307
Adiantamento a fornecedores		–	362	–	–	–	362	–	6.510	(6.148)	–	–	362
Máquinas e equipamentos de arrendamento		–	–	–	–	–	–	–	4.196	–	–	–	4.196
Imobilizado em andamento		190	10.118	(528)		–	9.780	66.903	32.466	(528)	(62.252)	–	36.589
Outros		–	–	–	–	–	–	5	8.925	(2.348)	–	–	6.582
Total		**5.093**	**15.273**	**(1.273)**	**–**	**(1.006)**	**18.087**	**109.926**	**76.234**	**(9.965)**	**–**	**(4.925)**	**171.270**

Resumo da movimentação do imobilizado

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.319	73.426
Adições	3.305	53.129
Baixas	(739)	(12.141)
Depreciação	(793)	(4.489)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	5.093	109.926
Adições	15.273	76.234
Baixas	(1.273)	(9.965)
Depreciação	(1.006)	(4.925)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	18.087	**171.270**

A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. A Companhia e suas controladas fazem anualmente manutenção preventiva sendo seus ativos e unidades geradoras de caixa mantidos com valor de uso, já que é o maior em relação ao valor de venda. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas possuem bens do imobilizado dado em garantia para operações financeiras. Os itens são compostos pelas instalações das unidades Fábrica 1, Fábrica 2 e CPBAC, e Fazenda Experiemental, todos pertencentes a Superbac Fertilizantes.

13. Intangível:

	Controladora 2018				Controladora 2019	Consolidado 2018				Consolidado 2019
	Taxas anuais	Líquido	Aquisição	Baixas	Amortização	Líquido	Líquido	Aquisição	Baixas	Amortização	Líquido
Goodwill (a)		787	–	–	–	787	53.484	–	–	–	53.484
Acordo de não Competitividade (b)		2.007	–	–	(595)	1.412	2.007	–	–	(595)	1.412
Pesquisa e Desenvolvimento			–	–		–		6.517	(1.180)	–	5.337
Software	32%	1.471	700	(31)	(138)	2.002	1.471	700	(31)	(138)	2.002
Total		**4.265**	**700**	**(31)**	**(733)**	**4.201**	**56.962**	**7.217**	**(1.211)**	**(733)**	**62.235**

(a) Referem-se à marca "Minorgan". Atualmente, a marca é utilizada pela controlada Minorgan, adquirida em 2015 pela controladora da Companhia. Essa marca tem vida útil indefinida. (b) Com a venda das ações do acionista minoritária da Minorgan, Beatriz Ribeiro, foi assinado um acordo de não competitividade por cinco anos pela remuneração adicional ao contrato de compra e venda das ações no montante de R$3.000 (R$2.007 líquido de amortização), o qual será amortizado ao longo do período de cinco anos.

Resumo da Movimentação do Intangível	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.153	59.831
Adições	920	920
Baixas	–	(2.981)
Amortização	(808)	(808)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.265	56.962
Adições	700	7.217
Baixas	(31)	(1.211)
Amortização	(733)	(733)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.201	62.235

14. Direito de uso: A Companhia possui operações de arrendamento de ativos como: imóveis. O prazo médio dos contratos de locação de imóveis é de 3 anos, porém, eles podem incluir opções de prorrogação. Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contém uma ampla gama de termos e condições, não contendo cláusulas restritivas e os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos. A alocação da depreciação do ativo de direito de uso é realizada de forma sistemática e linear, baseada no período do contrato. A vida útil será reavaliada periodicamente de forma a capturar alterações nas intenções de continuidade do arrendamento seja por questões estratégicas ou por intenção do locador. Considerando que tanto o locador quanto o locatário têm o direito de cancelar o contrato a qualquer momento, mediante a ressarcimentos previstos em contrato, o entendimento da Sociedade é que esses contratos devem ser tratados como arrendamento mercantil, registrando a despesa no resultado do exercício ao longo do prazo do arrendamento. A movimentação do direito de uso está demonstrada a seguir:

	Vida útil Anos	Adição Inicial	Adição	Baixa	Saldo em 31/12/2019
Direito de uso - imóveis	3	3.940	–	–	3.940
Amortização Direito de Uso		–	(1.331)	–	(1.331)
Total		**3.940**	**(1.331)**	**–**	**2.609**

15. Fornecedores: O saldo de R$43.723 (R$46.409 em 2018) refere-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios e corresponde a 77 dias de prazo médio de pagamento.

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Fornecedores nacionais	1.542	2.954	33.375	35.772
Fornecedores estrangeiros	5	894	10.348	10.637
	1.547	3.848	43.723	46.409

16. Empréstimos e financiamentos:

	Taxa de Juros	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Debênture (a)	8,37%	–	–	78.751	129.279
Capital de giro (b)	7,65% a 15,11%	339	–	141.164	48.727
Finame (c)	5,50% a 22,85%	–	–	1.781	2.672
Leasing	14,98% a 15,16%	93	742	4.535	903
BNDES (d)	7,00% a 7,72%	–	–	14.223	15.582
Empréstimos internacionais (e)	2,71% a 8,95%	–	–	24.714	17.205
Duplicatas descontadas		–	–	–	–
Outros		(9)	–	(3.087)	237
Total		423	742	262.081	214.605
Circulante		275	742	166.086	185.816
Não circulante		148	–	95.995	28.789

(a) Debênture: Os empréstimos obtidos das instituições financeiras na modalidade debênture têm encargos financeiros variados, o que depende do risco da Superbac Fertilizantes no momento da contratação, alinhado com o cenário econômico brasileiro. Em 6 de fevereiro de 2018, a Superbac Fertilizantes realizou a 1ª (primeira) Emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória, em série única, com prazo de vencimento em 20 de maio de 2020 no valor total de R$50.000, e remuneração de CDI + 5%, Os recursos obtidos pela emissora por meio da integralização das Debêntures serão destinados ao fomento das atividades de fornecimento de fertilizantes e/ou defensivos agrícolas para produtores do agronegócio. Emissão quitada em fevereiro de 2019. Em 15 de outubro de 2018, a Superbac Fertilizantes realizou a 2ª (segunda) Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória e adicional real, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob o regime de garantia firme de colocação, com prazo de vencimento em 15 de junho de 2023 no valor total de R$100.000, e remuneração de CDI + 3,8%. Os recursos obtidos pela emissora por meio da integralização das Debêntures serão destinados à liquidação antecipada de instrumentos financeiros de capital de giro, bem como a gestão ordinária dos negócios da emissora. O cronograma de pagamentos das parcelas a vencer está demonstrado a seguir:

	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Debêntures	**21.751**	21.500	21.500	14.000	–	78.751

(b) Capital de giro: Os empréstimos obtidos das Instituições financeiras nas diversas modalidades de capital de giro possuem encargos financeiros variados, o que depende do risco da Companhia no momento da contratação, alinhado com o cenário econômico brasileiro. Tendo como objetivo suprir as necessidades do fluxo de caixa operacional da Companhia em virtude da sazonalidade do mercado de agronegócio. A Companhia CCE (Cédula de Crédito à Exportação) no valor de R$13.117, e CDC (Crédito direito ao consumidor-veículos) no valor de R$1.330 CCB (cédula de crédito bancário) no valor de R$112.499 sendo condições conforme definidas nos contratos. O cronograma de pagamentos das parcelas a vencer está demonstrado a seguir:

	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Capital de Giro	**117.075**	20.532	3.477	80	–	141.164

(c) FINAME: Os empréstimos obtidos por meio do Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais - FINAME possuem encargos financeiros equivalentes a taxas prefixadas e a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP somados a um "spread" fixo. O prazo médio de amortização dos contratos nessa modalidade é de 19 meses, sendo os juros pagos mensalmente e demais condições conforme definidas nos contratos. O cronograma de pagamentos das parcelas a vencer está demonstrado a seguir:

	2020	2021	2022	2023	Total
FINAME	**1.176**	321	283	–	1.781

(d) Projeto Inova Agro - BNDES: Os empréstimos obtidos junto ao BNDES com objetivo de (i) financiar o projeto para "Construção do centro de pesquisa em biotecnologia para o agronegócio e fazenda-modelo para testes de eficácia agronômica" dos produtos desenvolvidos pela Companhia em sua fábrica em Mandaguari - PR, e (ii) a aquisição de máquinas e equipamentos. O cronograma de pagamentos das parcelas a vencer está demonstrado a seguir:

	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
BNDES	**3.088**	2.529	2.791	2.791	2.791	232	14.223

(e) Empréstimos e Financiamentos Internacionais: O empréstimo obtido das instituições financeiras na modalidade de FinImp, no valor de R$ 9.458, tem por objetivo o financiamento das mercadorias adquiridas através de fornecedores internacionais, otimizando o fluxo de caixa operacional da Companhia. O prazo médio de amortização dos contratos nessa modalidade é de 6 meses, sendo condições de amortização e juros conforme definidos nos contratos. O cronograma de pagamentos das parcelas a vencer está demonstrado a seguir:

	2019	Total
Empréstimos e Financiamentos internacionais	**24.714**	24.714

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é conforme apresenta da abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	321	141.664
Captações	540	196.242
Juros incorridos	27	23.737
Amortização principal	(114)	(127.583)
Pagamento de juros	(32)	(19.455)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	742	214.605
Captações	–	199.984
Juros incorridos	92	24.440
Amortização principal	(336)	(133.284)
Pagamento de juros	(66)	(40.219)
Outros	(9)	(3.445)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	423	262.081

Garantias: As garantias fornecidas para os empréstimos e financiamentos são compostas de aval, alienação fiduciária dos bens financiados, hipotecas, notas promissórias, aplicações financeiras e cessão fiduciária de recebíveis, sendo a garantia em recebíveis no montante de R$97.784 (R$45.716 em 2018). Cláusulas contratuais restritivas ("covenants"): Em 31 de dezembro de 2019, os contratos de financiamento classificados como debêntures (item (a)) estavam sujeitos a cláusulas restritivas ("covenants") financeiras. A controlada da Companhia obteve a autorização (waiver) para o não atendimento das obrigações contratuais constantes nas cláusulas de restrição financeira ("covenants") da segunda emissão, que foi concedido através de ata registrada em 21 de novembro 2019.

17. Obrigações tributárias:

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
IRPJ e CSLL a pagar	–	–	–	178
ICMS a pagar	–	84	413	699
IRRF a pagar	26	18	40	46
IOF a pagar	746	746	1.796	1.796
Outras obrigações tributárias	1.877	2.369	2.001	2.576
	2.649	3.217	4.250	5.295

continua

imprensaoficial
Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 03/07/2020 08:47:49.
Nº de Série do Certificado: 789B4B57E50948D263FB2851A9019D887A424ECE

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Superbac Biotechnology Solutions S.A.

18. Arrendamentos: Os passivos de arrendamento mercantil foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes, descontados por meio da taxa de empréstimo incremental de aproximadamente 5%, variando de acordo com o prazo de cada contrato, e estão compostos conforme segue. Em 31 de dezembro de 2019, a movimentação dos passivos de arrendamento mercantil são:

	Saldo em 31/12/2018	Adição inicial	Adições	Apropriação de juros	Amortização do Principal	Saldo em 31/12/2019
Imóveis	–	3.940		141	(1.418)	2.663
Total	–	3.940		141	(1.418)	2.663

Tabela a seguir apresenta uma análise de vencimento dos arrendamentos, demonstrando os pagamentos que serão feitos após a data-base. De acordo com o CPC 06 (R1)/IAS 17:

	31/12/2019
Até 1 ano	1.361
Mais de um ano e menos de cinco anos	1.421
	2.782
Valor presente dos pagamentos mínimos	2.663
Circulante	1.303
Não circulante	1.360

Os vencimentos das parcelas do passivo não circulante, em 31 de dezembro de 2019, estão demonstrados abaixo:

2021	1.360

19. Provisão para contingências: Controladora: Em 31 de dezembro de 2019 a controladora constitui saldo de provisão para riscos de processos cíveis ou trabalhistas, no montante total de R$ 1.148. Essa constituição é composta de causas trabalhistas. Referente a cinco processos envolvendo reclamações diversas como cobrança de horas extras, vínculos empregatícios, bônus, férias a pagar, entre outras questões trabalhistas. No exercício encerrado em 31.12.2019, a entidade é parte passiva em dois processos judiciais cíveis referentes à cobrança de créditos sobre eventuais serviços que teriam sido prestados contra entidade. O risco de perda financeira desses dois processos é classificado como possível no montante de R$ 732. **Consolidado:** Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia constitui saldo de provisão para riscos de processos cíveis ou trabalhistas, no montante total de R$ 2.724. Essa constituição é composta de R$350 referente a causas cíveis e R$ 2.374 referente a causas trabalhistas. Em 31.12.2019 a entidade é parte passiva de nove causas cíveis com risco de perda possível que alcança R$ 24.021 cujas principais causas são as seguintes: ii. Embargo de terceiros requerendo a suspensão parcial dos efeitos da ordem de arresto de sacas de soja, risco de perda possível calculado em 31.12.2019 no valor estimado de R$ 16.200. iii. Autos de infração ambiental referente a atividades de sem autorização ou atividades consideradas poluidoras pela autoridade ambiental. Risco possível de perda calculado em 31.12.2019 no valor estimado de R$ 3.843. iv. Demais processos referentes a questionamentos comerciais na venda de fertilizantes que se somam em R$ 3.246, classificados como risco possível de perda em 31.12.2019. **20. Patrimônio líquido:** a) Capital social: Durante o exercício de 2018 e 2019 ocorreram alterações na estrutura societária da Companhia conforme apresentado a seguir: • Em abril de 2018 a Bio Tec Participações S.A. transferiu a título de dação em pagamento 64.207 ações ordinárias nominativas da Superbac para a Bio Serviços S.A. • Em maio de 2018 a Bio Serviços S.A. transferiu 64.207 ações ordinárias nominativas da Super Bac para Francisco Gonçalves Gomes. • Durante o ano de 2018, Luiz Augusto Chacon de Freitas Filho e Fabrício Gonçalves Drumond exerceram suas opções de compra de ações, ambas emitidas e aprovadas no conselho de administração em abril do mesmo ano, adquirindo da tesouraria da Companhia 164.764 e 267.740 ações ordinárias nominativas, respectivamente, representando 0,04% e 0,07% do capital social da Super Bac. Ainda em novembro de 2018 Fabrício Gonçalves Drumond adquiriu 64.207 ações ordinárias nominativas da Companhia do acionista Francisco Gonçalves Gomes. O capital social em 31 de dezembro de 2019 é de R$352.117 (R$259.617 em 2018), representado por (44.579.715) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo 40.805.221 ações ordinárias e 3.774.494 ações preferenciais. Em 09 de agosto de 2019, a companhia emitiu 3.774.494 novas ações preferenciais, normativas, sem valor nominal e sem direito a voto, porém com prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, pelo preço de emissão de R$24,5066, que resultou no aumento de capital da companhia no valor de R$92.500.000,00, passando de R$ 259.686.880,41 aos atuais R$352.186.880,41. Todas as ações preferenciais foram subscritas por Orjen Investments PTE Ltd., que passa a ser acionista da companhia com 8,47% do total de ações/capital da companhia. As ações estão distribuídas conforme segue:

	2019		2018	
Acionistas	**Ações**	**%**	**Ações**	**%**
Bio-Gênesis Participações S.A.	**19.284.334**	**43,26**	19.284.334	47,26
Sommerville Investments B.V	**14.881.554**	**33,38**	14.881.554	36,47
Orjen Investments PTE Ltd.	**3.774.494**	**8,47**	–	–
Bio-Tec Participações S.A.	**2.196.319**	**4,93**	2.196.319	5,38
Sb Participações S.A.	**971.146**	**2,18**	971.146	2,38
Fourbac Participações S.A.	**930.900**	**2,09**	930.900	2,28
Daniel Citron	**503.140**	**1,13**	503.140	1,23
Ações em tesouraria	**486.849**	**1,09**	486.849	1,19
André Jafferian	**473.609**	**1,06**	473.609	1,16
Fabrício Gonçalves Drumond	**331.947**	**0,74**	331.947	0,81
Ajneto Participações Ltda.	**320.154**	**0,72**	320.154	0,78
Luiz Augusto Chacon de Freitas Filho	**319.801**	**0,72**	319.801	0,78
Renato Ochman	**105.468**	**0,24**	105.468	0,26
Total	**44.579.715**		40.805.221	100,00

b) Reserva legal: Conforme a Lei das Sociedades por Ações, a Companhia apropria 5% de seu lucro líquido anual para reserva legal, até que essa atinja 20% do valor do capital social. Essa reserva pode ser usada para aumento de capital ou absorção de perdas, porém não pode ser usada para distribuição de dividendos. c) Reserva de capital: *Reserva de ágio na emissão de ações:* Refere-se à constituição de reserva de capital decorrente de valores adicionais acima do valor patrimonial da ação, recebidos em aporte de capital reduzido de ágio na aquisição de ações da controlada Superbac Fertilizantes. d) Dividendos: Conforme estatuto social da Companhia, aos acionistas é assegurado a destinação de dividendos mínimos anuais em fator referencial de 25% do lucro líquido, calculados nos termos da Lei das Sociedades por Ações. e) Ações em tesouraria: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia efetuou a recompra de ações de certos acionistas no montante de R$10.114 as quais irá manter em tesouraria. **21. Receita Operacional Líquida:**

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Vendas brutas de produtos no mercado nacional	15.203	26.684	309.077	358.802
Vendas brutas de produtos no exterior	43	–	3.025	22.895
Prestação de serviços	1.765	–	1.765	28
Ajuste a valor presente	–	–	(6.078)	(15.640)
Impostos incidentes sobre vendas	(3.273)	(4.479)	(14.844)	(17.670)
Devoluções	(331)	–	(7.026)	–
Total	13.407	22.205	285.919	348.415

22. Demonstração dos custos e das despesas por natureza:

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Mercadorias	(6.681)	(6.975)	(157.585)	(212.244)
Despesa com pessoal	(9.967)	(18.994)	(42.861)	(46.127)
Despesa com serviços de terceiros	(6.769)	(13.366)	(39.910)	(29.710)
Despesa com comissão	(805)	(179)	(2.550)	(12.840)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(1.148)	–	(2.724)	–
Despesas com material de uso e consumo, energia elétrica, viagens e estadias	(1.977)	(506)	(10.842)	(4.914)
Despesa com veículos	(36)	(1.389)	(806)	(2.413)
Despesa com fretes	(131)	(449)	(13.480)	(8.531)
Depreciação e amortização	(3.070)	(1.601)	(6.989)	(5.297)
Despesa com manutenção	(2.350)	(2.565)	(11.084)	(12.511)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(468)	(32)	(16.998)	(50.894)
Outras despesas	(413)	4.147	4.270	(8.517)
Stock Options	–	(6.294)	–	(6.294)
Total	(33.865)	(48.203)	(301.559)	(400.292)
Classificados como:				
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(10.880)	(8.101)	(208.562)	(247.814)
Despesas com vendas	(7.979)	(4.018)	(46.256)	(70.965)
Despesas Gerais e administrativas	(15.230)	(37.294)	(47.644)	(83.388)
Outras (despesas) receitas, líquidas	224	1.210	903	1.875
Total	(33.865)	(48.203)	(301.559)	(400.292)

23. Resultado financeiro:

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicação financeira e juros	1.325	1.350	4.211	4.359
Ajuste a valor presente (receita financeira)	–	–	–	9.123
Juros recebidos	2.612	–	4.583	–
Outras receitas financeiras	–	31	1.270	1.417
Total	3.937	1.381	10.064	14.899
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(92)	(106)	(24.400)	(23.742)
Juros e Multas sobre atraso	(26)	(32)	(1.139)	(6.651)
Juros passivos	(162)	–	(162)	(3.878)
Juros passivos (IFRS 16)	(141)	–	(141)	–
Juros sobre desconto de duplicatas	–	–	–	–
Remuneração com fiadores (nota explicativa nº 10)	–	–	(364)	(75)
Ajuste a valor presente (despesa financeira)	–	–	–	(223)
Despesas Bancárias	(56)	(973)	(5.514)	(4.710)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(13)	–	(840)	–
Descontos concedidos	(63)	–	(653)	–
Derivativos (perda)	–	–	(598)	–
Outras despesas financeiras	(94)	–	(764)	–
Total	(647)	(1.111)	(34.575)	(39.279)
Variação cambial				
Ativa	117	120	4.123	4.348
Passiva	(64)	(325)	(7.672)	(4.482)
Variação cambial, líquida	53	(205)	(3.549)	(134)
Total do resultado financeiro	3.343	65	(28.060)	(24.514)

24. Imposto de renda e contribuição social: a) Diferidos: As diferenças não dedutíveis ou tributáveis temporariamente na apuração do lucro tributável são as seguintes:

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Ativo				
Provisão para comissões a pagar	–	–	–	5.816
Ajuste a valor presente	–	–	6.078	5.377
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	516	–	75.180	58.134
Provisão contábeis	1.586	–	3.668	4.394
Provisão impairment investimento	7.627	–	7.627	–
Provisão para contingências	1.148	–	2.724	–
Total	10.877	–	95.277	73.721
Base líquido dos impostos	10.877	–	95.277	73.721
Alíquota vigente	34%	–	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.698	–	32.394	25.065

b) Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social: As apurações do imposto de renda e da contribuição social foram realizadas pelo lucro real em 2019 e 2018. A seguir está apresentada a reconciliação da taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social:

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(31.137)	(50.900)	(44.888)	(76.391)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Despesa com imposto de renda e contribuição social	10.587	17.306	15.262	25.973
Efeito das adições e exclusões permanentes no cálculo dos tributos:				
Equivalência patrimonial	(14.022)	(8.489)	(1.188)	–
Despesa de opção de ações	–	(2.140)	–	(2.140)
Crédito de imposto de renda não constituído	–	(6.677)	–	(6.677)
Outras diferenças permanentes	8.214	–	518	675
Despesa de imposto de renda e contribuição social	4.779	–	14.592	17.831
Correntes	1.081	–	7.263	(7.234)
Diferidos	3.698	–	7.329	25.065
Total	4.779	–	14.592	17.831

25. Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros utilizados pela Companhia estão substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras circulante e não circulante, contas a receber de clientes e fornecedores, empréstimos e financiamentos. A Companhia executa operações financeiras exclusivamente para fins de proteção a exposição de variáveis financeiras, sendo a gestão destes instrumentos efetuados através de Políticas e controles internos. A Companhia e suas controladas mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela administração. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes: A Companhia aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo: • Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1); • Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2); • Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3). Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Na data das demonstrações financeiras, o saldo desses ativos e passivos financeiros é classificado como segue. As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

	2019 Valor contábil	2019 Valor justo	2018 Valor contábil	2018 Valor justo	Classificação categoria
Emprestimos e recebíveis:					
Caixa e equivalentes de caixa	17.872	17.872	16.348	16.348	Custo amortizado
Aplicações financeiras	99.195	99.195	65.596	65.596	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber de clientes	111.274	111.274	152.073	152.073	Custo amortizado
Contas a receber de partes relacionadas	80.439	80.439	76.206	76.206	Custo amortizado
Total	**308.780**	**308.780**	**310.223**	**310.223**	
Outros passivos financeiros:					
Fornecedores	43.723	43.723	46.409	46.409	Custo amortizado
Cessão de fornecedores	–	–	10.046	10.046	Custo amortizado
Contas a pagar a partes relacionadas	19.547	19.547	22.047	22.047	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	262.081	262.081	214.605	214.605	Custo amortizado
Outras contas a pagar	2.964	2.964	11.461	11.461	Custo amortizado
Total	**328.315**	**328.315**	**304.568**	**304.568**	

Risco de crédito: A Companhia realiza a gestão do risco de crédito referente ao contas a receber através do contínuo acompanhamento dos vencimentos e prazos de financiamento das vendas, amparado por Política de Crédito e controles internos. Quanto ao risco de crédito associado a aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de classificação e com remuneração em títulos de renda fixa de baixo risco. Risco de liquidez: A política de gerenciamento de riscos implica manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos por meio de ferramentas internas de controle como Políticas, Comitês, nível de endividamento, definição de gastos e novas captações de recursos. Gestão de risco de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

Risco da taxa de juros

Instrumento de taxa variável	**2019**	**2018**
Caixa e Equivalentes de Caixa	**17.872**	16.348
Aplicação financeira	**99.195**	65.596
Crédito com Partes Relacionadas	**80.439**	76.206
Empréstimos	**(262.081)**	(214.605)
Total	**(64.575)**	(56.455)

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) da Companhia é remunerado pela CDI de 65% a 101%. Risco de taxa de câmbio: Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações em virtude dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio e seu impacto, as quais são unicamente denominadas em dólares norte-americanos (US$). A exposição cambial indexada ao dólar norte-americano (US$) é demonstrada a seguir:

	2019	2018
Fornecedores estrangeiros	10.348	10.637
Empréstimos e financiamentos	24.714	17.205
Exposição líquida	35.062	27.842

Análise de sensibilidade

A Companhia possui aplicações financeiras e passivos financeiros indexadas à variação da taxa CDI. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentava ativos financeiros no valor de R$117.068 e passivos financeiros no montante de R$265.475.

Análise de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Operação	**2019**	**Cenário I Alta 50%**	**Cenário II Alta 25%**
Caixa e Aplicações Financeiras	99.196	2.090	1.045

Análise dos passivos financeiros

Indexador	**2019**	**Cenário I 50%**	**Cenário II 25%**
Pré/SELIC/CDI	238.440	5.057	2.478
TJLP	1.581	42	23
Dólar	24.714	12.357	6.179
Total	264.736	17.427	8.680

Operações com instrumentos financeiros derivativos: As operações de derivativos têm a finalidade de proteger a Companhia da exposição à moeda estrangeria. A Companhia não possui ou emite instrumentos de derivativos para fins especulativos.

Operação	**Passivo**	**Ativo**	**Contraparte**	**Nocional (USD)**	**MtM**
SWAP	BRL	USD	Banco Bradesco	3.700	(115)
Total				3.700	(115)

26. Lucro líquido por ação (básico e diluído):

	2019	2018
Prejuízo do exercício	(30.296)	(58.560)
Quantidade de ações	44.579.715	40.805.221
Prejuízo por ação (básico e diluído) - R$	**(0,68)**	(1,44)

27. Compromissos: A Companhia não possui compromissos contratuais com fornecedores e instituições financeiras para os próximos anos, relacionados à administração, operação e manutenção para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. **28. Seguros:** Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía seguros para bens do ativo imobilizado e estoques cuja cobertura era no montante de R$90.900 (R$52.253 em 2018) e para responsabilidade civil de seus diretores estatutários, na modalidade "Directors & Officers - D&O", cujo valor de cobertura era no montante de R$40.000 (R$40.000 em 2018). **29. Eventos subsequentes:** Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar alguns impactos relevantes nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras das companhias. A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da entidade, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, não foi observado mudança relevantes no mix e nos volumes dos produtos vendidos e também nenhum comprometimento material das receitas e margens. A entidade não observa aumento no risco de crédito de seus clientes nesse momento, bem como mantém os recursos financeiros aplicados em instituições de primeira linha. Além disso, nenhuma mudança relevante na estrutura financeira e operacional foi efetuada em decorrência desse assunto.

Diretoria

Luiz Augusto Chacon de Freitas Filho **Giuliano Pauli** **Bernardo Zaramella Olsina** **Mozart Soares Fogaça Júnior**

Contador

Felipe Alves Teixeira - CRC SP-300919/O-3

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Superbac Biotechnology Solutions S.A.
Cotia - SP

Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Superbac Biotechnology Solutions S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Superbac Biotechnology Solutions S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** Conforme descrito na Nota 2.4.6 e 8, a Companhia detém 50% das quotas do capital social da empresa SARUP HE Participações Ltda., sendo o controle da referida Empresa compartilhado entre a Companhia e demais quotistas. A SARUP HE Participações Ltda. não foi auditada por nós ou outros auditores independentes, desta forma, não obtivemos evidência adequada e suficiente para assegurar a exatidão do investimento e do resultado de equivalência patrimonial registrados pela Companhia em 31 de dezembro de 2019 no montante de R$ 4.190 mil. Adicionalmente, nós não obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente em relação ao laudo de avaliação patrimonial do investimento, em virtude de não termos tido acesso às informações financeiras e aos laudos de avaliação da aquisição dos valores justos conforme determina o CPC 15 (R1) - "Combinação de Negócios". Consequentemente, não foi praticável determinar se algum ajuste seria necessário nas demonstrações financeiras da Companhia, caso os referidos acessos tivessem sido obtidos. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com

continua

imprensaoficial

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 21/08/2020 12:02:36.
Nº de Série do Certificado: 08A6B4F6AF4316DAA6CBD93948198842E56FA6BB

continuação

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

ressalva. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. *Reconhecimento das receitas de vendas:* Conforme divulgado na nota 2.14, a Companhia reconhece as suas receitas de vendas, quando as obrigações de desempenho são satisfeitas, ou seja, quando ocorre a transferência do controle de um produto para um cliente. As receitas de vendas representam valores significativos e, em decorrência da logística de entrega aos clientes, pode haver intervalo de tempo entre o período de emissão das notas fiscais de vendas dos produtos e o período efetivo da transferência dos riscos e benefícios dos produtos vendidos aos clientes da Companhia conforme definido pelo o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (equivalente à norma internacional IFRS 15). Em função deste motivo, consideramos o reconhecimento das receitas de vendas como um assunto significativo para a nossa auditoria. *Como nossa auditoria conduziu este assunto:* Nossos procedimentos de auditoria relacionados ao reconhecimento de receita incluíram, entre outros, a realização de testes sobre transações de vendas realizados no final do exercício, visando confirmar a consistência da aplicação correta da política contábil de reconhecimento das receitas de vendas. Adicionalmente, avaliamos a adequação das respectivas divulgações da Companhia sobre os critérios de reconhecimento da receita e montantes envolvidos. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento de receita de vendas, mencionado acima, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas acima mencionadas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** Auditoria dos valores correspondentes: As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 25 de abril de 2019, com uma opinião modificada sobre essas demonstrações financeiras. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de junho de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6
Lazaro Angelim Serruya
Contador - CRC - 1DF015801/O-7

JBS S.A.

CNPJ/ME nº 02.916.265/0001-60 - NIRE 35.300.330.587 - *Companhia Aberta de Capital Autorizado*

Extrato da Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Realizada em 28 de Abril de 2020

Data, hora e local: em 28 de abril de 2020, às 10h00, na sede social da JBS S.A., na Avenida Marginal Direita do Tietê, nº 500, Bloco III, auditório, Vila Jaguara, CEP 05118-100, no município de São Paulo, estado de São Paulo ("Companhia"). **Convocação: (I)** o Edital de Convocação foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo (D.O.E.S.P.) e no jornal Valor Econômico, edição nacional, nas edições dos dias 26, 27 e 28 de março de 2020, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76"); e **(II)** os documentos de que trata o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, foram publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo (D.O.E.S.P.) e no jornal Valor Econômico, edição nacional, em 27 de março de 2020 e os documentos de que tratam os artigos 9, 10 e 12 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 481/09, conforme alterada ("ICVM 481/09") foram apresentados à CVM por meio do *Sistema Empresas.Net*, em 25 de março de 2020. **Presenças:** presentes acionistas representando 78,69% (setenta e oito vírgula sessenta e nove por cento) e 78,85% (setenta e oito vírgula oitenta e cinco por cento) do capital social total e votante da Companhia, havendo, respectivamente, quórum suficiente para instalação desta assembleia geral ordinária e extraordinária, nos termos da Lei nº 6.404/76. A Companhia informou que nos termos do artigo 21-V da ICVM 481/09 são considerados como presentes nesta assembleia os acionistas que compareceram fisicamente ou se fizeram validamente representar e os acionistas cujo boletim de voto a distância tenha sido considerado válido pela Companhia. Compareceram, ainda, o Sr. **Eliseo Santiago Perez Fernandez,** Diretor de Administração e Controle da Companhia, o Sr. **Adrian Lima da Hora,** membro do Conselho Fiscal da Companhia, o Sr. **Alcides Neto,** integrante da Grant Thorton Auditores Independentes, em atendimento ao disposto no §1º do artigo 134 da Lei nº 6.404/76; e o Sr. **João Batista Wecki,** representante da Factum - Avaliações e Consultoria S/S - EPP. **Composição da Mesa:** a mesa desta assembleia foi composta por **Daniel Schmidt Pitta,** presidente da mesa e por **Ana Paula de Andrade Pagano,** indicada como secretária da mesa, nos termos do artigo 11 do Estatuto Social da Companhia. **Leitura de Documentos:** foi dispensada a leitura dos documentos relacionados à ordem do dia desta assembleia, previstos no artigo 133 e no artigo 134 da Lei nº 6.404/76, uma vez que os referidos documentos são do inteiro conhecimento dos acionistas da Companhia e foram: **(I)** postos à disposição dos acionistas na sede social da Companhia; **(ii)** disponibilizados eletronicamente por meio do Departamento de Relações com Investidores da Companhia, no endereço eletrônico *www.jbs.com.br/ri*; **(III)** apresentados à B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão, em atendimento ao disposto no artigo 124, §6º, da Lei nº 6.404/76; e **(iv)** apresentados à CVM por meio do *Sistema Empresas.Net*. **Ordem do Dia:** (a) *Em Assembleia Geral Ordinária*: (i) deliberar sobre as demonstrações financeiras e sobre as contas dos administradores relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019; (ii) deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e sobre a distribuição de dividendos; (iii) deliberar sobre o número de assentos no Conselho Fiscal para o próximo mandato e eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia e seus respectivos suplentes; e (iv) deliberar sobre a fixação do montante global da remuneração anual dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia. (b) *Em Assembleia Geral Extraordinária*: (i) deliberar sobre a incorporação da Midup Participações Ltda., subsidiária da JBS; e (ii) rerratificar as incorporações da Midtown Participações Ltda., Tannery do Brasil S.A. e IM Pecus Indústria e Comércio de Couros e Derivados Ltda., para fins de regularização de determinados imóveis da Companhia. **Deliberações:** iniciados os trabalhos, foi deliberado pela unanimidade dos acionistas presentes: **(I)** dispensar a leitura do Edital de Convocação e da Proposta da Administração; **(II)** lavrar esta ata na forma de sumário, nos termos do artigo 130, §1º, da Lei nº 6.404/76, sendo facultado o direito de apresentação de manifestações de votos em separado que, após recebidos pela mesa desta assembleia, ficarão arquivados na sede da Companhia; e **(III)** publicar esta ata com a omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do §2º do artigo 130 da Lei nº 6.404/76. A Companhia informou que foi adotado o sistema boletim de voto a distância, nos termos da ICVM 481/09 e que, nos termos do artigo 21-W, §5º, da ICVM 481/09, serão desconsideradas as instruções de voto a distância de: **(I)** acionistas ou representantes de acionistas que, comparecendo fisicamente a esta assembleia, solicitem exercer o voto presencialmente; e **(ii)** acionistas que não sejam elegíveis para votar na assembleia ou na respectiva deliberação. Em seguida, foi feita a leitura do mapa contendo as instruções de voto a distância para conhecimento dos presentes, sendo colocadas cópias à disposição dos presentes para consulta ao longo dos trabalhos. Realizadas tais considerações preliminares e deliberações relativas aos aspectos formais da lavratura desta ata, passou-se à apreciação dos itens constantes da ordem do dia. *(a) Em Assembleia Geral Ordinária:* **(I)** foram aprovadas, por maioria de votos válidos, registrando-se as abstenções, conforme mapa de votação constante do Anexo A da presente ata, as demonstrações financeiras e as contas dos administradores relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, bem como do parecer do Conselho Fiscal da Companhia; **(ii)** foi aprovada, por maioria de votos válidos, registrando-se as abstenções, conforme mapa de votação constante do Anexo A da presente ata, a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 que, conforme indicado na Proposta de Administração, se dará da seguinte forma: do lucro líquido do exercício, no valor total de R$ 6.068.367.473,22 (seis bilhões, sessenta e oito milhões, trezentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e setenta e três reais e vinte e dois centavos), **(a)** R$ 303.418.373,66 (trezentos e três milhões, quatrocentos e dezoito mil, trezentos e setenta e três reais e sessenta e seis centavos), equivalentes a 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, serão destinados à constituição da reserva legal; **(b)** R$ 1.441.237.274,89 (um bilhão, quatrocentos e quarenta e um milhões, duzentos e trinta e sete mil, duzentos e setenta e quatro reais e oitenta e nove centavos), que correspondem a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do período, já deduzida a parcela destinada para a reserva legal, serão distribuídos aos acionistas a título de dividendos; e **(c)** o restante, no valor de R$ 4.332.378.417,14 (quatro bilhões, trezentos e trinta e dois milhões, trezentos e setenta e oito mil, quatrocentos e dezessete reais e quatorze centavos) será destinado à reserva estatutária de investimentos, na forma do artigo 38, alínea 'e', do Estatuto Social da Companhia. A posição acionária a ser considerada para a distribuição de dividendos é a posição observada no encerramento do pregão da B3, na presente data, sendo relativa a 2.728.747.412 (dois bilhões, setecentas e vinte e oito milhões, setecentas e quarenta e sete mil, quatrocentas e doze) ações ordinárias, excetuando-se as 62.727.754 (sessenta e duas milhões, setecentas e vinte e sete mil, setecentas e cinquenta e quatro) ações ordinárias que se encontram em tesouraria, conforme data-base de 22 de abril de 2020, resultando em uma distribuição de R$ 0,54059514 por ação ordinária de emissão da Companhia a título de dividendos. O pagamento dos dividendos será realizado sem correção monetária no dia 7 de maio de 2020, por meio do Banco Bradesco S.A., instituição depositária das ações escriturais, no domicílio bancário fornecido pelos acionistas; **(III)** foi aprovada, por maioria de votos válidos, registrando-se as abstenções, conforme mapa de votação constante do Anexo A da presente ata, a composição do Conselho Fiscal da Companhia com 4 (quatro) membros efetivos para o próximo mandato e seus respectivos suplentes, sendo aprovada a eleição dos seguintes membros: **(a) Adrian Lima Da Hora,** brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade nº 3789, expedido pelo CRA/PE e inscrito no CPF/MF sob o nº 372.365.394-49, residente e domiciliado no município de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Padre de Carvalho, 295, apartamento 122, Pinheiros, CEP 05427-100, tendo como suplente **André Alcantara Ocampos,** brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 30883622-4 SSP/SP, inscrito nº CPF/MF sob nº 273.340.808-90, residente e domiciliado no município de São Paulo, estado de São Paulo, com endereço comercial no mesmo município, na Avenida Marginal Direita do Tietê, 500, Vila Jaguara, CEP 05118-000; **(b) Demetrius Nichele Macei,** brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 19.526.517 SESP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 787.870.509-78, residente e domiciliado no município de Curitiba, estado do Paraná, na Rua Mateus Leme, nº 1111, Centro Cívico, CEP 80530-010, tendo como suplente **Marcos Godoy Brogiato,** brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 7.469.921-0 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 949.583.438-49, residente e domiciliado no município de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Isette Caiubi Ariane, nº 54, CEP 02914-100; **(c) José Paulo da Silva Filho,** brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 55.837.704-X SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 386.730.294-49, residente e domiciliado no município de Santana de Parnaíba, estado de São Paulo, na Alameda Dourado, nº 206, Residencial 11, Alphaville, tendo como suplente **Sandro Domingues Raffai,** brasileiro, solteiro, maior, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 13.541.060 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 064.677.908-71, residente e domiciliado no município de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Santa Francisca, nº 155, Vila Jaguara; e **(d) Mauricio Wanderley Estanislau da Costa,** brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 04835623-2 IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 721.960.507-25, residente e domiciliado no município do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Rua Augusto Presgrave, nº 240, Barra da Tijuca, CEP 22793-730, tendo como suplente **Orlando Octávio de Freitas Júnior,** brasileiro, divorciado, auditor contábil, portador da Cédula de Identidade RG nº 9.128.418 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 084.911.368-78, residente e domiciliado no município de São Paulo, estado de São Paulo, com endereço residencial no mesmo município de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Caiowaa, nº 1575, apartamento 162, CEP 01258-011. O mandato de todos os conselheiros fiscais eleitos será unificado, com duração de 1 (um) ano, encerrando-se na assembleia geral que deliberar sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2020. Os membros do Conselho Fiscal ora eleitos deverão tomar posse em seus respectivos cargos, observado o disposto no artigo 149 da Lei nº 6.404/76 e no artigo 40 do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, ocasião em que deverão apresentar as declarações de desimpedimento referentes ao seu respectivo cargo, nos termos do artigo 147 da Lei nº 6.404/76. O Conselho Fiscal passa a ser composto pelos seguintes membros efetivos: **Adrian Lima Da Hora, Demetrius Nichele Macei, José Paulo da Silva Filho e Mauricio Wanderley Estanislau da Costa; e (iv)** foi aprovada, por maioria de votos válidos, registrando-se as abstenções, conforme mapa de votação constante do Anexo A da presente ata, a fixação do montante global da remuneração dos administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia no montante de até R$ 107.250.000,00 (cento e sete milhões e duzentos e cinquenta mil reais) compreendendo desembolsos efetivos ou compromissos de pagamentos futuros (remuneração diferida) a serem realizados durante o exercício social de 2020. Foi, ainda, aprovada por maioria de votos válidos, registrando-se as abstenções, conforme mapa de votação constante do Anexo A da presente ata, a fixação da remuneração do Conselho Fiscal, referente ao exercício social de 2020, nos termos do §3º do artigo 162 da Lei 6.404/76. Fica consignado que os suplentes dos membros do Conselho Fiscal terão direito a remuneração somente na ausência do respectivo membro efetivo. *(b) Em Assembleia Geral Extraordinária:* **(i)** foi aprovada, por maioria de votos válidos, registrando-se as abstenções, conforme mapa de votação constante do Anexo A da presente ata, a incorporação pela Companhia da Midup Participações Ltda. ("Midup"), subsidiária da JBS, assim como a autorização à Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários à implementação da referida incorporação, nos termos da lei, sendo aprovados: **(a)** o Protocolo e Justificação de Incorporação da Midup pela Companhia, nos termos da Proposta da Administração, bem como todos os atos e providências nele contemplados, sendo que todos os documentos relativos à referida incorporação constam do Anexo B desta ata; **(b)** a ratificação da nomeação e contratação da Factum para realizar a avaliação do patrimônio líquido da Midup, para fins do disposto nos artigos 226 e 227 e na forma do artigo 8º da Lei nº 6.404/76, e para elaborar o Laudo de Avaliação; e **(c)** o Laudo de Avaliação da Midup previamente elaborados pela Factum. **(ii)** foi aprovada, por maioria de votos válidos, registrando-se as abstenções, conforme mapa de votação constante do Anexo A da presente ata, a rerratificação das incorporações, pela JBS, da Midtown Participações Ltda., Tannery do Brasil S.A. e IM Pecus Indústria e Comércio de Couros e Derivados Ltda., para fins de atendimento de exigências realizadas por cartórios de registro de imóveis nos processos de regularização da titularidade dos imóveis da JBS, listados no Anexo C com as respectivas referências às sociedades incorporadas. **Encerramento, Lavratura e Leitura da Ata:** nada mais havendo a tratar, foi suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, depois de lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Os protocolos e declarações de votos recebidos pela mesa ficarão arquivados na sede da Companhia. **JUCESP** nº 212.619/20-2 em 19/06/2020. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

PIEMONTI EMPREENDIMENTOS S.A.

CNPJ nº 23.048.351/0001-78

Demonstrações Financeiras - Exercícios findosem 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

Balanços Patrimoniais - Ativo	2019	2018
Circulante		
Disponibilidades	8	2
Não circulante		
Contas correntes - controlada	3	-
Investimentos	3.847	3.751
	3.850	3.751
	3.858	3.753
Balanços Patrimoniais - Passivo	**2019**	**2018**
Não circulante		
Contas correntes - socios	14	-
Patrimônio liquido		
Capital social	3.278	3.278
Reservas de lucros	566	475
	3.844	3.753
	3.858	3.753

Demonstração de Resultado	2019	2018
Receita operacional bruta:		
Resultado de equivalência patrimonial	96	207
Despesas operacionais:		
Administrativas e gerais	(4)	(4)
Financeiras liquidas	(1)	(1)
	(5)	(5)
Lucro líquido do exercício	91	202
Lucro líquido por mil ações do capital final - R$	34,99	77,67

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reservas de lucros	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2018	3.278	273	3.551
Lucro líquido do exercício	-	202	202
Saldos em 31 de dezembro de 2018	3.278	475	3.753
Lucro líquido do exercício	-	91	91
Saldos em 31 de dezembro de 2019	3.278	566	3.844

Demonstração do Fluxo de Caixa - Metodo Indireto

Atividades Operacionais	2019	2018
Lucro Liquido do Exercicio	91	202
Ajustes para conciliar o resultado liquido as disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Resultado da equivalência patrimonial	(96)	(207)
Variações nos ativos e passivos		
Aumento (redução) em contas correntes - acionistas	11	5
Caixa liquido proveniente das operações	6	(0)
Aumento liquido nas disponibilidades	6	(0)
Disponibilidades em 01 de Janeiro	2	2
Disponibilidades em 31 de dezembro	8	2

A DIRETORIA
Antonio Agnaldo Zandoná - Contador - CRC 1SP-144.787/O-0

imprensaoficial

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 03/07/2020 08:11:43.
Nº de Série do Certificado: 08A6B4F6AF4316DAA6CBD93948198842E56FA6BB

Superbac Biotechnology Solutions S.A.

CNPJ nº 00.657.661/0001-94

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

Balanços Patrimoniais

	Nota explicativa	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
ntes					
	4	16.902	46.611	63.991	117.067
	6	865	1.137	120.488	111.274
	8	1.839	3.039	37.778	27.417
rar	9	4.533	4.038	25.860	34.242
nceiros derivativos		–	–	166	372
		1.632	3.526	5.951	7.614
culante		25.771	58.351	254.234	297.986
o prazo					
das	7	172.507	130.485	85.528	80.439
rar	9	–	–	9.862	–
ceiras	5	–	–	6.393	–
s e cial					
	25	14.626	11.745	45.941	45.841
		–	–	701	–
a					
	11	–	–	49.025	1.063
	10	102.609	93.243	–	4.190
	12	17.287	18.087	176.446	171.270
	13	2.003	4.201	60.902	62.235
	14	993	2.609	993	2.609
o circulante		310.025	260.370	435.791	367.647
		335.796	318.721	690.025	665.633

Passivo Circulante	Nota explicativa	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Fornecedores	15	1.238	1.547	40.675	43.723
Empréstimos e financiamentos	16	3.910	275	132.905	166.086
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		2.765	2.077	5.256	5.595
Obrigações tributárias	17	3.468	2.649	4.110	4.250
Adiantamento de clientes	18	–	–	58.362	7.507
Provisão para comissões a pagar		–	–	549	219
Arrendamentos	19	1.170	1.303	1.170	1.303
Instrumentos financeiros derivativos		–	–	1.363	486
Outras contas a pagar		435	881	519	2.478
Total do passivo circulante		12.986	8.732	244.909	231.647
Não circulante					
Arrendamentos	19	–	1.360	–	1.360
Empréstimos e financiamentos	16	8.287	148	100.756	95.995
Partes relacionadas	7	7.300	19.547	4.500	19.547
Provisão para contingências	20	735	1.148	2.662	2.724
Total do passivo não circulante		16.322	22.203	107.918	119.626
Patrimônio líquido	21				
Capital social		352.117	352.117	352.117	352.117
Ações em tesouraria		(5.356)	(5.356)	(5.356)	(5.356)
Reserva de capital		93.662	93.662	93.662	93.662
Prejuízos acumulados		(133.935)	(152.637)	(133.935)	(152.637)
Total do patrimônio líquido controladores		306.488	287.786	306.488	287.786
Participação dos não controladores		–	–	30.710	26.574
Total do patrimônio líquido		306.488	287.786	337.198	314.360
Total do passivo e do patrimônio líquido		335.796	318.721	690.025	665.633

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
ejuízo) do exercício	18.702	(26.358)	22.838	(30.296)
s abrangentes	–	–	–	–
gente total do exercício	18.702	(26.358)	22.838	(30.296)

Demonstrações dos Resultados

	Nota explicativa	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Receita operacional líquida	22	5.778	13.407	335.727	285.919
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	23	(7.827)	(10.880)	(263.376)	(208.562)
Lucro (prejuízo) bruto		(2.049)	2.527	72.351	77.357
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	23	(5.878)	(7.979)	(27.582)	(46.256)
Gerais e administrativas	23	(3.258)	(15.230)	(28.223)	(47.644)
Resultado de equivalência patrimonial	8	14.234	(14.022)	47	(1.188)
Outras (despesas) receitas, líquidas	23	7.942	224	8.440	903
		13.040	(37.007)	(47.318)	(94.185)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		10.991	(34.480)	25.033	(16.828)
Resultado financeiro	24	4.830	3.343	(854)	(26.060)
Lucro (prejuízo) operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		15.821	(31.137)	24.179	(44.888)
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	25	–	–	(1.441)	6.182
Diferidos	25	2.881	4.779	100	8.410
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		18.702	(26.358)	22.838	(30.296)
Atribuível a					
Acionistas não controladores				4.136	(3.938)
Acionistas controladores				18.702	(26.358)
				22.838	(30.296)
Lucro (prejuízo) por ação (básico e diluído) em R$	27			0,51	(0,68)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital: Ágio na emissão de ações	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido atribuído aos controladores	Participação não controladores	Total
e dezembro de 2018	259.617	(5.356)	93.662	(126.279)	221.644	30.512	252.156
ital (nota 21)	92.500	–	–	–	92.500	–	92.500
cício	–	–	–	(26.358)	(26.358)	(3.938)	(30.296)
e dezembro de 2019	352.117	(5.356)	93.662	(152.637)	287.786	26.574	314.360
exercício	–	–	–	18.702	18.702	4.136	22.838
e dezembro de 2020	352.117	(5.356)	93.662	(133.935)	306.488	30.710	337.198

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	15.821	(31.137)	24.179	(44.888)
Ajustado por:				
Depreciação e amortização	2.555	3.070	12.148	6.989
Amortização de direito de uso (IFRS 16)	741	–	741	–
Amortização de mais-valia de imobilizado	678	–	–	–
Baixa de ativos imobilizados	11	1.304	5.416	11.176
Baixa de ativos intangíveis	788	–	414	–
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	251	468	(42.690)	16.998
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(413)	1.148	(62)	2.724
Provisão *impairment* Investimentos	–	7.627	–	7.627
Rendimentos de aplicação financeira	(780)	(1.325)	(1.369)	(4.211)
Instrumentos financeiros - derivativos	–	–	1.083	372
Perda por clientes incobráveis	–	–	8.296	–
Juros incorridos em negociação com imóveis	–	–	(10.475)	–
Juros passivos (IFRS 16)	62	–	62	–
Baixa de participação societária	(7.905)	6.736	(7.905)	6.736
Baixa provisão earnout	(15.047)	–	(15.047)	–
Ajuste a valor presente	–	–	1.181	6.078
Provisão para comissões a pagar	590	–	15.404	–
Juros sobre empréstimos e financiamentos	134	92	19.103	24.400
Resultado de equivalência patrimonial	(14.234)	14.022	(47)	1.188
Outros	–	983	–	(3.777)
	(16.748)	2.988	10.432	31.412
Redução (aumento) nos ativos:				
Contas a receber de clientes	21	(45)	(13.488)	17.723
Contas a receber de partes relacionadas	(42.022)	(5.355)	(5.089)	(4.233)
Estoques	1.200	758	(10.361)	7.435
Impostos a recuperar	(495)	(6.226)	(2.921)	(16.119)
Outros ativos	3.550	(6.628)	3.253	5.500
Redução (aumento) nos passivos:				
Fornecedores	(309)	(2.301)	(3.048)	(12.732)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	688	(1.794)	(339)	(1.557)
Obrigações tributárias	819	(568)	(140)	(1.045)
Adiantamentos de clientes	–	–	50.855	(4.652)
Contas a pagar a partes relacionadas	2.800	(3.819)	–	(2.500)
Comissões a pagar	(590)	–	(15.074)	(5.762)
Outros passivos	(447)	1.491	(5.773)	(7.331)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) operações	(51.533)	(21.499)	8.307	6.139
Juros sobre financiamentos pagos	(85)	(66)	(17.452)	(40.219)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(51.618)	(21.565)	(9.145)	(34.080)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de ativos imobilizados	(331)	(15.973)	(20.208)	(83.451)
Aquisição de intangível	(25)	–	(1.613)	–
Recebimentos (pagamentos) em participação societária	12.095	(10.757)	12.095	(10.757)
Aplicações financeiras	–	(337)	(6.393)	4.211
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	11.739	(27.067)	(16.119)	(89.997)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento de capital	–	92.500	–	92.500
Arrendamentos	(1.555)	–	(1.555)	–
Captação de empréstimos e financiamentos	12.000	–	158.952	199.984
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(275)	(336)	(185.209)	(133.284)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	10.170	92.164	(27.812)	159.200
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(29.709)	43.532	(53.076)	35.123
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	46.611	3.079	117.067	81.944
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	16.902	46.611	63.991	117.067

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

eracional: A SuperBac Biotechnology Solutions S.A. ("Com-erBac") é uma sociedade por ações de capital fechado, fun-com sede na Rua Santa Monica, 1025, na cidade de Cotia, Paulo, e, com suas controladas diretas e indiretas ("Consoli-objeto social preponderante a participação em outras socie-lade de acionista ou cotista. As informações sobre os acionis-hia estão divulgadas na Nota 20. Em 2019, a Companhia ção da razão social da, até então denominada, SuperBac nial S.A. para Superbac Biotechnology Solutions S.A. com a nsolidação da marca SUPERRBAC. A Companhia é contro-enesis Participações S.A. A Companhia dispõe de unidades esquisa e desenvolvimento, para o processo produtivo dos agricultura, saneamento, óleo e gás e bens de consumo. iera no mercado brasileiro de biotecnologia com mais de dados de experiência neste segmento e utiliza somente mi-e origem natural, não patogênicos, não oportunistas e não modificados. A Companhia possui investimentos em controla-conforme divulgado na Nota 10. As demonstrações financei-consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de 20 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolu-os da Diretoria em 16 de abril de 2021. Em 31 de janeiro de ação Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Coronavírus ma emergência de saúde global. O surto desencadeou deci-as de governos e entidades do setor privado, que somadas encial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os nicos e podem gerar alguns impactos relevantes nos valores as demonstrações financeiras das companhias. A Administra-rma constante o impacto do surto nas operações e na posi-

Controladas e coligadas	Participação - % 2020	Participação - % 2019	Tipo de controle
SARUP HE Participações Ltda. (a)	–	50,00	Controlada em conjunto
Theriot Capital Group Inc. (b)	55,00	55,00	Coligada
Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A. (c)	76,52	76,52	Controle

(a) A atividade principal consiste em gerenciar aeronave para fins comerciais. (b) A atividade principal consiste em fabricação de produtos agrobiológicos. A empresa foi constituída no Panamá e opera na cidade de Panamá. A administração contabilizou provisão para perdas sobre 100% do saldo correspondente ao investimento nesta coligada. (c) A atividade principal consiste em fabricação de adubos e fertilizantes. A empresa foi constituída no Brasil e opera na cidade de Mandaguari. Anteriormente denominada Minorgan. Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas demonstrações financeiras encerradas na mesma data base e consistentes com as práticas contábeis descritas na nota 3. **2.4. Instrumentos financeiros:** Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, quando aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Os instrumentos financeiros detidos pela Companhia e suas controladas são classificados nas categorias mencionadas a seguir, conforme a intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: i) Ativos financeiros: Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são

referentes ao exercício findo naquela data. **2.11. Propriedades para investimento:** Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos de transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data de reporte. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados. Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas (ou seja, na data em que o recebedor obtém o controle) ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa. Na determinação do montante oriundo do desreconhecimento da propriedade para investimento, a Companhia avalia os efeitos de contraprestações variáveis, a existência de componente financiamento significativo, contraprestações que não envolvam caixa e contraprestações devidas ao comprador (caso haja). Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou dessa conta, apenas quando houver alteração de uso. Se a propriedade ocupada por proprietário se tornar uma propriedade para investimento, A Companhia contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data de alteração de uso. **2.12. Provisões:** Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa dos valores requeridos para liquidar as obrigações na data de encerramento de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos às obrigações. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar as obrigações, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **2.13. Imposto de renda e contribuição social:** Tributos correntes: A Companhia está enquadrada na forma de tributação de lucro real trimestral. A tributação na forma de lucro real trimestral compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL. O IRPJ é computado sobre o lucro tributável à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$60 no período de cada trimestre, enquanto a CSLL é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Portanto, as inclusões no lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamen-

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Despesas financeiras e administrativas				
SB Participações e acionistas - pessoa física	–	–	384	54
GIC Patrimonial Ltda.	209	–	209	208
OCHMAN, Real Amadeo Advogados ASSOC	304	–	304	450
Total	513	–	1.062	712

(a) Em março de 2017, a Bio Gênesis contratou um mútuo com a Superbac no montante de R$29.460 corrigido à taxa de CDI, para recompra de 2.015.395 ações ordinárias nominativas do acionista minoritário Amilar Venture Partners II, que na data representava 19,63% do capital social da Bio Gênesis. Em abril de 2017, a Bio Gênesis contratou um mútuo junto à Superbac no montante de R$8.000, corrigido à taxa do CDI para adquirir 1.225.000 de ações ordinárias nominativas da Superbac Fertilizantes, a atualização registrada na rubrica de receitas financeiras totaliza R$1.474, ao longo do exercício de 2019. Em 2020 a Bio Genesis contratou mútuo no valor de R$3.515 que, somados ao montante, registraram o total de R$1.140 de receitas financeiras ao longo de 2020. (b) Refere-se a operações intercompany realizada com a controlada Superbac Fertilizantes, sendo: R$25.064 referentes a venda de produtos, as quais são realizadas a preços, prazos e condições pactuadas entre as partes; R$33.955 referentes a notas de débito a receber por despesas compartilhadas entre as Companhias e R$21.284 referentes a contrato de mútuo atualizado a taxa de 5,4%a.a + variação da taxa CDI. (c) Refere-se a contrato de mútuo cedido em 5 de maio de 2018, no montante principal de R$5.055, e com vencimento em 5 de maio de 2023, atualizado pelo CDI - Certificado de Depósito Interbancário com vencimento previsto para dezembro de 2023; (d) Contas a pagar referente à compra das ações da acionista minoritária da Superbac Fertilizantes, Beatriz Ribeiro em 2017, registrado ao valor justo. A obrigação será realizada mediante atingimento de metas de *performance* da Superbac Fertilizantes, atreladas ao volume de vendas a serem realizadas ao longo dos 5 anos subsequentes. (e) Em 2020, a Companhia recebeu nota de crédito, no valor de R$2.8 milhões, emitida pela controlada Superbac Fertilizantes referente ao repasse de valor de ganho de capital adquirido pela controladora. Este saldo será compensado com operações intercompany futuras. Remuneração da administração: Em 2020 a remuneração total dos diretores estatutários da Companhia, incluindo todas as modalidades de remuneração foi de R$9.325 (R$6.848 em 2019), registrada na rubrica "Despesas gerais e administrativas" na demonstração do resultado. **8. Estoques:**

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Matéria-prima	1.685	1.671	22.857	18.537
Produtos em processo	7	105	2.865	1.025
Embalagens	–	163	1.302	1.511
Produto acabado	96	1.008	5.252	3.809
Material de consumo	51	92	5.502	2.535
Total	1.839	3.039	37.778	27.417

9. Tributos a recuperar:

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
PIS e COFINS (a)	564	382	23.209	21.555
IRPJ e CSLL antecipação (b)	72	72	7.595	7.595
IRRF sobre aplicação financeira	3.439	3.206	4.460	4.093
ICMS	218	184	218	805
Outros impostos a recuperar	240	194	240	194
Total	4.533	4.038	35.722	34.242
Circulante	4.533	4.038	25.860	34.242
Não circulante			9.862	

(a) Os créditos de PIS e COFINS são gerados na compra de insumos, maquinários e na operação de prestação de serviços de transportes e podem ser compensados com impostos e contribuições federais. (b) O saldo do crédito de tributos de IRPJ e CSLL de antecipação refere-se a valores recolhidos antecipadamente pela tributação lucro real estimativa em anos anteriores. **10. Investimentos:** A composição dos investimentos em controladas e coligadas apresentada nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas é como segue:

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
SARUP HE Participações Ltda.	–	4.190	–	4.190
Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A.	56.702	42.468	–	–
Mais-valia de imobilizado	4.190	4.868	–	–
Mais-valia de intangível	40.930	40.930	–	–
Ágio de investimento	787	787	–	–
Total	102.609	93.243	–	4.190

a) As informações relevantes da controlada Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A. são as seguintes:

Informações relevantes	Controlada 2020	Controlada 2019
Participação total no capital	76,52%	76,52%
Patrimônio líquido	74.101	56.480
Resultado do exercício	17.621	(16.771)
Equivalência patrimonial	13.484	(12.834)
Ativo circulante	228.463	239.635
Ativo não circulante	272.260	200.555
Passivo circulante	231.923	222.994
Passivo não circulante	194.699	160.716

b) A movimentação dos investimentos, apresentados nas demonstrações financeiras individuais, é como segue:

Movimentação do investimento	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	111.013
Equivalência patrimonial	(14.022)
Aquisição	10.757
Provisão impairment - SARUP	(5.379)
Provisão impairment -Theriot	(2.248)
Amortização mais-valia	(142)
Baixa (Biogreen e PP-KPL)	(6.736)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	93.243
Equivalência patrimonial	13.484
Alienação investimento - SARUP HE Participações Ltda. (nota 23)	(4.190)
Amortização mais-valia	(678)
Outros	(750)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	102.609

11. Propriedade para investimento:

	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Outros	40	40
Imóveis destinados à venda	48.985	1.023
	49.025	1.063

Movimentação dos imóveis destinados à venda é conforme demonstrada abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.976
Adições	–
Baixa	(913)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.063
Adições	48.027
Baixa	(65)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	49.025

O saldo representa bens recebidos de clientes, como forma de liquidação de suas dívidas. A Administração está envidando esforços para a venda desses ativos e entende não haver perdas por *"impairment"* a serem reconhecidas no exercício. Em junho de 2020 a Controlada direta Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A. recebeu, como forma de pagamento de saldo credor do cliente José Pupin, a posse do imóvel denominado Fazenda Branca, avaliada no valor de R$48.027. A propriedade está localizada no município de Tangara da Serra-MT e está à disposição da Controlada para futuras negociações. Para maiores detalhes, vide Nota 6.

12. Imobilizado:

	Taxas anuais	Controladora 2019 Líquido	Aquisição	Baixas	Transferências	Depreciações	2020 Líquido	Consolidado 2019 Líquido	Aquisição	Baixas	Transferências	Depreciações	2020 Líquido
Terrenos	–	–	–	–	–	–	–	4.801	–	–	–	–	4.801
Edifícios	4%	–	–	–	–	–	–	61.314	–	–	1.167	(2.467)	60.014
Benfeitorias em imóveis terceiros	4%	3.284	247	–	179	(356)	3.354	3.284	247	–	179	(356)	3.354
Máquinas e equipamentos	12%	1.433	15	–	127	(213)	1.362	39.497	471	(2.486)	16.994	(5.459)	49.017
Veículos	20%	737	–	–	(184)	(13)	540	2.182	34	–	(152)	(536)	1.528
Móveis e utensílios	12%	1.562	–	(9)	201	(151)	1.603	2.308	84	(9)	222	(272)	2.333
Instalações	10%	260	6	–	5	(63)	208	2.148	244	(50)	515	(184)	2.673
Ferramentas	15%	–	–	–	–	–	–	48	–	–	(21)	(27)	–
Equipamentos de informática	20%	690	63	–	(29)	(292)	432	1.531	119	–	117	(620)	1.147
Equipamentos de comunicação	10%	121	–	–	(79)	(32)	10	121	–	–	(79)	(32)	10
Mais-valia de ativos imobilizados		(142)			142		–	6.307	–	–	–	(678)	5.629

SuperBac Biotechnology Solutions S.A.

CNPJ nº 00.657.661/0001-94

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

Balanços Patrimoniais

Ativo	Nota explicativa	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	**16.902**	46.611	**60.591**	117.067
Contas a receber	6	**865**	1.137	**120.488**	111.274
Estoques	8	**1.839**	3.039	**37.778**	27.417
Tributos a recuperar	9	**4.533**	4.038	**25.860**	34.242
Instrumentos financeiros derivativos		–	–	**166**	372
Outros ativos		**1.632**	3.526	**5.951**	7.614
Total do ativo circulante		**25.771**	58.351	**254.234**	297.986
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Partes relacionadas	7	**172.507**	130.485	**85.528**	80.439
Tributos a recuperar	9	–	–	**9.862**	–
Aplicações financeiras	5	–	–	**6.393**	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	**14.626**	11.745	**45.941**	45.841
Outros ativos		–	–	**701**	–
Propriedade para investimentos	11	–	–	**49.025**	1.063
Investimentos	10	**102.609**	93.243	–	4.190
Imobilizado	12	**17.287**	18.087	**176.446**	171.270
Intangível	13	**2.003**	4.201	**60.902**	62.235
Direito de uso	14	**993**	2.609	**993**	2.609
Total do ativo não circulante		**310.025**	260.370	**435.791**	367.647
Total do ativo		**335.796**	318.721	**690.025**	665.633

Passivo	Nota explicativa	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Circulante					
Fornecedores	15	**1.238**	1.547	**40.675**	43.723
Empréstimos e financiamentos	16	**3.910**	275	**132.905**	166.086
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		**2.765**	2.077	**5.256**	5.595
Obrigações tributárias	17	**3.468**	2.649	**4.110**	4.250
Adiantamento de clientes	18	–	–	**58.362**	7.507
Provisão para comissões a pagar		–	–	**549**	219
Arrendamentos	19	**1.170**	1.303	**1.170**	1.303
Instrumentos financeiros derivativos		–	–	**1.363**	486
Outras contas a pagar		**435**	881	**519**	2.478
Total do passivo circulante		**12.986**	8.732	**244.909**	231.647
Não circulante					
Arrendamentos	19	–	1.360	–	1.360
Empréstimos e financiamentos	16	**8.287**	148	**100.756**	95.995
Partes relacionadas	7	**7.300**	19.547	**4.500**	19.547
Provisão para contingências	20	**735**	1.148	**2.662**	2.724
Total do passivo não circulante		**16.322**	22.203	**107.918**	119.626
Patrimônio líquido	21				
Capital social		**352.117**	352.117	**352.117**	352.117
Ações em tesouraria		**(5.356)**	(5.356)	**(5.356)**	(5.356)
Reserva de capital		**93.662**	93.662	**93.662**	93.662
Prejuízos acumulados		**(133.935)**	(152.637)	**(133.935)**	(152.637)
Total do patrimônio líquido controladores		**306.488**	287.786	**306.488**	287.786
Participação dos não controladores		–	–	**30.710**	26.574
Total do patrimônio líquido		**306.488**	287.786	**337.198**	314.360
Total do passivo e do patrimônio líquido		**335.796**	318.721	**690.025**	665.633

Demonstrações dos Resultados

	Nota explicativa	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Receita operacional líquida	22	**5.778**	13.407	**335.727**	285.919
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	23	**(7.827)**	(10.880)	**(263.376)**	(208.562)
Lucro (prejuízo) bruto		**(2.049)**	2.527	**72.351**	77.357
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	23	**(5.878)**	(7.979)	**(27.582)**	(46.256)
Gerais e administrativas	23	**(3.258)**	(15.230)	**(28.223)**	(47.644)
Resultado de equivalência patrimonial	8	**14.234**	(14.022)	**47**	(1.188)
Outras (despesas) receitas, líquidas	23	**7.942**	224	**8.440**	903
		13.040	(37.007)	**(47.318)**	(94.185)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		**10.991**	(34.480)	**25.033**	(16.828)
Resultado financeiro	24	**4.830**	3.343	**(854)**	(28.060)
Lucro (prejuízo) operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		**15.821**	(31.137)	**24.179**	(44.888)
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	25	–	–	**(1.441)**	6.182
Diferidos	25	**2.881**	4.779	**100**	8.410
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**18.702**	(26.358)	**22.838**	(30.296)
Atribuível a					
Acionistas não controladores				**4.136**	(3.938)
Acionistas controladores				**18.702**	(26.358)
				22.838	(30.296)
Lucro (prejuízo) por ação (básico e diluído) em R$	27			**0,51**	(0,68)

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**18.702**	(26.358)	**22.838**	(30.296)
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Resultado abrangente total do exercício	**18.702**	(26.358)	**22.838**	(30.296)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital Ágio na emissão de ações	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido atribuído aos controladores	Participação não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	259.617	(5.356)	93.662	(126.279)	221.644	30.512	252.156
Aumento de capital (nota 21)	92.500	–	–	–	92.500	–	92.500
Prejuízo do exercício	–	–	–	(26.358)	(26.358)	(3.938)	(30.296)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	352.117	(5.356)	93.662	(152.637)	287.786	26.574	314.360
Lucro líquido do exercício	–	–	–	**18.702**	**18.702**	**4.136**	**22.838**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**352.117**	**(5.356)**	**93.662**	**(133.935)**	**306.488**	**30.710**	**337.198**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**15.821**	(31.137)	**24.179**	(44.888)
Ajustado por:				
Depreciação e amortização	**2.555**	3.070	**12.148**	6.989
Amortização de direito de uso (IFRS 16)	**741**	–	**741**	–
Amortização de mais-valia de imobilizado	**678**	–	–	–
Baixa de ativos imobilizados	**11**	1.304	**5.416**	11.176
Baixa de ativos intangíveis	**788**	–	**414**	–
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	**251**	468	**(42.690)**	16.998
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	**(413)**	1.148	**(62)**	2.724
Provisão *impairment* Investimentos	–	7.627	–	7.627
Rendimentos de aplicação financeira	**(780)**	(1.325)	**(1.369)**	(4.211)
Instrumentos financeiros - derivativos	–	–	**1.083**	372
Perda por clientes incobráveis	–	–	**8.296**	–
Juros incorridos em negociação com imóveis	–	–	**(10.475)**	–
Juros passivos (IFRS 16)	**62**	–	**62**	–
Baixa de participação societária	**(7.905)**	6.736	**(7.905)**	6.736
Baixa provisão earnout	**(15.047)**	–	**(15.047)**	–
Ajuste a valor presente	–	–	**1.181**	6.078
Provisão para comissões a pagar	**590**	–	**15.404**	–
Juros sobre empréstimos e financiamentos	**134**	92	**19.103**	24.400
Resultado de equivalência patrimonial	**(14.234)**	14.022	**(47)**	1.188
Outros	–	983	–	(3.777)
	(16.748)	2.988	**10.432**	31.412
Redução (aumento) nos ativos:				
Contas a receber de clientes	**21**	(45)	**(13.488)**	17.723
Contas a receber de partes relacionadas	**(42.022)**	(5.355)	**(5.089)**	(4.233)
Estoques	**1.200**	758	**(10.361)**	7.435
Impostos a recuperar	**(495)**	(6.226)	**(2.921)**	(16.119)
Outros ativos	**3.550**	(6.628)	**3.253**	5.500
Redução (aumento) nos passivos:				
Fornecedores	**(309)**	(2.301)	**(3.048)**	(12.732)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	**688**	(1.794)	**(339)**	(1.557)
Obrigações tributárias	**819**	(568)	**(140)**	(1.045)
Adiantamentos de clientes	–	–	**50.855**	(4.652)
Contas a pagar a partes relacionadas	**2.800**	(3.819)	–	(2.500)
Comissões a pagar	**(590)**	–	**(15.074)**	(5.762)
Outros passivos	**(447)**	1.491	**(5.773)**	(7.331)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) operações	**(51.533)**	(21.499)	**8.307**	6.139
Juros sobre financiamentos pagos	**(85)**	(66)	**(17.452)**	(40.219)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**(51.618)**	(21.565)	**(9.145)**	(34.080)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de ativos imobilizados	**(331)**	(15.973)	**(20.208)**	(83.451)
Aquisição de intangível	**(25)**	–	**(1.613)**	–
Recebimentos (pagamentos) em participação societária	**12.095**	(10.757)	**12.095**	(10.757)
Aplicações financeiras	–	(337)	**(6.393)**	4.211
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	**11.739**	(27.067)	**(16.119)**	(89.997)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento de capital	–	92.500	–	92.500
Arrendamentos	**(1.555)**	–	**(1.555)**	–
Captação de empréstimos e financiamentos	**12.000**	–	**158.952**	199.984
Pagamento de empréstimos e financiamentos	**(275)**	(336)	**(185.209)**	(133.284)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	**10.170**	92.164	**(27.812)**	159.200
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(29.709)**	43.532	**(53.076)**	35.123
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**46.611**	3.079	**117.067**	81.944
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**16.902**	46.611	**63.991**	117.067

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

1. Contexto operacional: A SuperBac Biotechnology Solutions S.A. ("Companhia" ou "SuperBac") é uma sociedade por ações de capital fechado, fundada em 1995, com sede na Rua Santa Monica, 1025, na cidade de Cotia, Estado de São Paulo, e, com suas controladas diretas e indiretas ("Consolidado"), tem por objeto social preponderante a participação em outras sociedades, na qualidade de acionista ou cotista. As informações sobre os acionistas da Companhia estão divulgadas na Nota 20. Em 2019, a Companhia realizou a alteração da razão social da, até então denominada, SuperBac Proteção Ambiental S.A. para Superbac Biotechnology Solutions S.A. com a finalidade de consolidação da marca SUPERRBAC. A Companhia é controlada pela Bio Genesis Participações S.A. A Companhia dispõe de unidades e centros de pesquisa e desenvolvimento, para o processo produtivo dos segmentos de agricultura, saneamento, óleo e gás e bens de consumo. A SuperBac opera no mercado brasileiro de biotecnologia com mais de 20 anos acumulados de experiência neste segmento e utiliza somente microrganismos de origem natural, não patogênicos, não oportunistas e não geneticamente modificados. A Companhia possui investimentos em controlada e coligadas, conforme divulgado na Nota 10. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros da Diretoria em 16 de abril de 2021. Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar alguns impactos relevantes nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras das companhias. A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da entidade, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, não foi observado mudança relevantes no mix e nos volumes dos produtos vendidos e também nenhum comprometimento material das receitas e margens. A Companhia não observa aumento no risco de crédito de seus clientes nesse momento, bem como mantém os recursos financeiros aplicados em instituições de primeira linha. Além disso, nenhuma mudança relevante na estrutura financeira e operacional foi efetuada em decorrência desse assunto. **2. Base de elaboração e principais práticas contábeis:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros que são mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. A Administração avaliou a capacidade de continuidade da Companhia e de suas controladas, estando convencida de que possui os recursos necessários e capacidade de desenvolver seus negócios no futuro de forma contínua, não havendo o conhecimento de incertezas ou probabilidades materiais que possam gerar dúvidas significativas em relação a sua continuidade. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. Para fins de comparabilidade, os saldos mantidos de aplicações financeiras na modalidade CDB e fundos de investimentos referentes a 31 de dezembro de 2019 anteriormente classificados na rubrica de aplicações financeiras estão sendo reclassificados para caixa e equivalentes de caixa. Adicionalmente, a administração efetuou reclassificações entre saldos circulantes e não circulantes nas rubricas de tributos a recuperar e Imposto de renda e contribuição social diferidos. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC- 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.1. Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real (R$), de acordo com as normas descritas no pronunciamento técnico CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas na moeda funcional da Companhia. **2.2. Moeda estrangeira:** Na elaboração das demonstrações financeiras, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos para a moeda funcional utilizando a taxa vigente da data da transação. Os ganhos e perdas decorrentes do impacto da variação da taxa de câmbio sobre ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício. **2.3. Critérios de consolidação:** 2.3.1. Combinações de negócios: Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos/adquiridos e dos passivos incorridos/assumidos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos. O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida, se houver, sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Quando uma combinação de negócios inclui ativos ou passivos resultantes de um acordo de contrapartida contingente, a contrapartida contingente é mensurada a valor justo na data da aquisição e incluída na contraprestação transferida em uma combinação de negócios. As variações no valor justo da contraprestação contingente classificadas como ajustes do período de mensuração são ajustadas retroativamente, com correspondentes ajustes ao ágio. Os ajustes do período de mensuração correspondem a ajustes resultantes de informações adicionais obtidas durante o período máximo de um ano, relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição. Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do período em que essa combinação ocorreu, a Companhia registra os valores provisórios dos itens cuja contabilização estiver incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração, ou ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição, os quais, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data. *Demonstrações financeiras individuais:* Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da interpretação técnica ICPC 09 (R2) - *Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial*, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado do exercício. As contraprestações transferidas e o valor justo líquido dos ativos e passivos são mensurados utilizando os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas descritos anteriormente. 2.3.2. Participação de acionistas não controladores: Mudanças na participação da controlada que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. 2.3.3. Controladas: A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. 2.3.4. Perda de controle: Quando da perda de controle, a Companhia não reconhece os ativos e passivos da controlada, qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga subsidiária, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. 2.3.5. Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial: Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimento controlados em conjunto (joint ventures). As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Uma entidade controlada em conjunto consiste em um acordo contratual através do qual a Companhia possui controle compartilhado, onde a Companhia tem direito aos ativos líquidos do acordo contratual, e não direito aos ativos e passivos específicos resultantes do acordo. Os investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. 2.3.6. Transações eliminadas na consolidação: Saldos e transações entre partes relacionadas, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações desta natureza, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas em conformidade com os critérios de consolidação previstos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, abrangendo as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas, conforme demonstrado a seguir:

Controladas e coligadas	Participação - % 2020	Participação - % 2019	Tipo de controle
SARUP HE Participações Ltda. (a)	–	50,00	Controlada em conjunto
Theriot Capital Group Inc. (b)	**55,00**	55,00	Coligada
Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A. (c)	**76,52**	76,52	Controle

continua →

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Superbac Biotechnology Solutions S.A.

(a) A atividade principal consiste em gerenciar aeronave para fins comerciais. (b) A atividade principal consiste em fabricação de produtos agrobiológicos. A empresa foi constituída no Panamá e opera na cidade de Panamá. A administração contabilizou provisão para perdas sobre 100% do saldo correspondente ao investimento nesta coligada. (c) A atividade principal consiste em fabricação de adubos e fertilizantes. A empresa foi constituída no Brasil e opera na cidade de Mandaguari. Anteriormente denominada Minorgan. Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas demonstrações financeiras encerradas na mesma data base e consistentes com as práticas contábeis descritas na nota 3. **2.4. Instrumentos financeiros:** Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, quando aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Os instrumentos financeiros detidos pela Companhia e suas controladas são classificados nas categorias mencionadas a seguir, conforme a intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: i) Ativos financeiros: Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho, são reconhecidas no resultado do período. ii) Passivos financeiros: Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. *Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado*: Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados ao valor justo, sendo que quaisquer ganhos ou perdas decorrentes das variações no valor justo são reconhecidos no resultado na medida em que não fazem parte de uma relação de hedge designada. O ganho ou perda líquido reconhecido no resultado incorpora quaisquer juros pagos sobre os passivos financeiros. Porém, para passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado, o valor das variações no valor justo do passivo financeiro atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecido em outros resultados abrangentes, a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em outros resultados abrangentes resultasse no ou aumentasse o descasamento contábil no resultado. O valor remanescente da variação no valor justo do passivo é reconhecido no resultado. As variações no valor justo atribuíveis ao risco de crédito do passivo financeiro reconhecidas em outros resultados abrangentes não são subsequentemente reclassificadas para o resultado; pelo contrário, elas são transferidas para lucros acumulados quando o passivo financeiro é baixado. **2.5. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. **2.6. Contas a receber:** Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos no decurso normal das atividades da Companhia e sua controlada, líquidos do ajuste a valor presente, calculado com base em taxas estipuladas pela Administração, e da provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo esta constituída quando há clara evidência de que a Companhia e sua controlada não serão capazes de receber todos os montantes devidos de acordo com os termos dessas contas a receber, mediante análise de riscos e levando em consideração a performances históricas dos clientes (perda esperada). Ainda, a Companhia optou por segregar o componente financeiro do componente de risco de crédito quando na alocação do respectivo ajuste a valor presente entre receita financeira e despesas operacionais, respectivamente. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante; caso contrário, apresentadas no ativo não circulante. **2.7. Estoques:** Os saldos de estoques são substancialmente formados por matérias-primas, produtos semiacabados, material para embalagem, produto acabado e itens de consumo. Sendo registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao valor realizável líquido, quando esse for menor que o custo. O valor líquido de realização é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda. O custo de produção reflete o método de absorção total de custo industriais. **2.8. Imobilizado:** Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção (inclusive juros e demais encargos financeiros) deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumulados, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. Custos subsequentes: O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e suas controladas e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado, quando incorridos. Depreciação: As depreciações acumuladas são computadas no resultado do exercício pelo método linear, às taxas mencionadas na Nota 14, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens e o seu valor de recuperação. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. **2.9. Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente: Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável, as quais são avaliadas anualmente. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. Custos de pesquisa e desenvolvimento: Os gastos com pesquisas são registrados como despesas, quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, quando atendidos todos os aspectos a seguir enumerados: • Pode ser demonstrada a viabilidade técnica para concluir o ativo de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda; • Há a intenção e capacidade do Grupo de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo; • Pode ser demonstrada a forma pela qual o ativo intangível gerará benefícios econômicos futuros; • Recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir seu desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível estão disponíveis; e • O Grupo possui a capacidade de mensurar com confiabilidade os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente. **2.10. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis ("Impairment"):** No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis, principalmente o imobilizado e o intangível a serem mantidos e utilizados nas operações da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar a recuperação de seus valores em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado ("impairment"). Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou, ainda, não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável, pelo menos, uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou UGC) calculado for menor que o valor contábil, o valor contábil do ativo (ou UGC) é reduzido ao valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou UGC) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou UGC) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Em 31 de dezembro de 2020, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas e, portanto, nenhuma provisão para perdas foi reconhecida nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo naquela data. **2.11. Propriedades para investimento:** Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos de transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data de reporte. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados. Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas (ou seja, na data em que o recebedor obtém o controle) ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa. Na determinação do montante oriundo do desreconhecimento da propriedade para investimento, a Companhia avalia os efeitos de contraprestações variáveis, a existência de componente financiamento significativo, contraprestações que não envolvam caixa e contraprestações devidas ao comprador (caso haja). Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou dessa conta, apenas quando houver alteração de uso. Se a propriedade ocupada por proprietário se tornar uma propriedade para investimento, A Companhia contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data de alteração de uso. **2.12. Provisões:** Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa dos valores requeridos para liquidar as obrigações na data de encerramento de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos às obrigações. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar as obrigações, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **2.13. Imposto de renda e contribuição social:** Tributos correntes: A Companhia está enquadrada na forma de tributação de lucro real trimestral. A tributação na forma de lucro real trimestral compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL. O IRPJ é computado sobre o lucro tributável à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$60 no período de cada trimestre, enquanto a CSLL é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Portanto, as inclusões no lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou os valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. A Administração avalia periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões, quando apropriado. Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("Tributos diferido") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os tributos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios) de ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil. Adicionalmente, passivos fiscais diferidos não são reconhecidos se a diferença temporária for resultante de reconhecimento inicial de ágio. Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no fim de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. O saldo dos tributos diferidos ativos é revisado no fim de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensação e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação. **2.14. Reconhecimento de receita:** As receitas resultantes da venda de mercadorias são reconhecidas pelo seu valor justo e quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, O Grupo deixa de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para o Grupo são prováveis. As receitas resultantes dos serviços são reconhecidas quando o serviço é prestado. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta. As devoluções e cancelamentos são reconhecidos conforme sua ocorrência e solicitação do cliente, pelo regime de competência. **2.15. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **2.16. Resultado por ação:** A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico utilizando o número médio ponderado das ações ordinárias em circulação, durante o período correspondente ao resultado. O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações potenciais, conforme pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação. **2.17. Classificação circulante versus não circulante:** A Companhia apresenta ativos e passivos no Balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado como circulante quando: • Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou • Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca, ou seja, utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou • Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **2.18. Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Essas contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. No cálculo do valor presente das contas a pagar, a Companhia utilizou como referência as taxas livres de risco fornecida por fontes oficiais. **2.19. Arrendamentos:** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Companhia como arrendatária: A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Ativos de direito de uso: A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Passivos de arrendamento: Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor: A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. **2.20. Novas normas e interpretações em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020:** Alteração no CPC 06 (R2) - Benefício relacionado à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de Arrendamento: As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia da COVID-19. A Companhia possuía contratos de arrendamento ativos em exercícios anteriores de forma que foram gerados efeitos na escrituração contábil em 1º de janeiro de 2020 em decorrência da aplicação inicial do CPC 06 (R2). Também, durante o exercício de 2020 foram firmados contratos de arrendamentos que seguiriam as diretrizes do CPC06 (R2) - "Arrendamentos", o que determinaria o reconhecimento, a partir da data da transição, do direito de uso do ativo arrendado e o passivo dos pagamentos futuros para todos os contratos de arrendamento mercantil ou operações com as mesmas características de um arrendamento, e que incluiria o direito de controlar e obter os benefícios sobre o uso de determinado ativo identificado (específico), a menos que sejam enquadrados por algum tipo de isenção. Portanto a administração conclui que a adoção do CPC 06(R2) gera impactos em suas demonstrações financeiras. Os impactos estão demonstrados na nota explicativa de direito de uso (nota 16) e nota explicativa de arrendamentos mercantis (nota 20). Os valores estão apresentados nas notas explicativas referente a ativos de direito de uso e obrigações a pagar referente a direitos de uso. Os contratos e valores classificados dentro do CPC 06 (R2) são em sua totalidade referentes a contratos de locação de escritórios e instalações localizados na cidade de Cotia e a na cidade de São Paulo. Alteração no CPC 26 (R1) e CPC 23 - Definição de material: As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das informações financeiras. Assim, a administração afirma que não há efeitos materiais a serem contabilizados decorrente da adoção desta interpretação. **2.21. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** Na data de autorização destas demonstrações financeiras, o Grupo não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis: • Alterações ao CPC 15 (R1): Definição de negócios; • Alterações ao IAS 1 e IAS 8: Classificação de circulante ou não circulante. Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo. **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras individuais da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Ativos e passivos sujeitos às estimativas e premissas incluem impostos diferidos ativos, provisão para perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros, provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis e mensuração do custo orçado dos projetos e de instrumentos financeiros. Estimativas e premissas: As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação, estão apresentados abaixo: a) *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:* Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou

continua

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Superbac Biotechnology Solutions S.A.

unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de vendas em ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. A Administração revisa anualmente e/ou quando ocorre algum evento específico o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas. b) *Valor justo de instrumentos financeiros:* Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercado de ativos, o mesmo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado. c) *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:* A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **4. Caixa e equivalentes de caixa:**

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Banco conta movimento	414	144	24.098	17.872
Aplicação financeira (a)	16.488	46.467	34.593	87.692
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (b)	–	–	5.158	2.846
Fundos de Investimentos	–	–	142	8.657
	16.902	46.611	63.991	117.067

(a) Aplicações financeiras realizada na modalidade de renda fixa é mensurada pelo custo amortizado com remuneração anual de 65% a 80% do CDI e liquidez imediata. (b) As aplicações financeiras são mantidas em instituições financeiras e mensuradas pelo custo amortizado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. São mantidas em carteira de investimento, Certificado de Depósito Bancário - CDB, com rentabilidade de juros indexados CDI e em 2020 que renderam entre 97% a 100% (99% a 100% em 2019) e liquidez imediata. **5. Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras estão representadas por recursos aplicados em ativos de renda fixa de baixo risco com remuneração de 100% em 31 de dezembro de 2020 do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, podendo estar sujeitos a de mudança de valor, conforme tipo de ativo.

	Consolidado	
	2020	2019
Aplicação em cotas (a)	6.393	–
	6.393	–

(a) Aplicação realizada em quotas na modalidade de renda fixa e mensuradas pelo custo amortizado com a remuneração anual de 100% do CDI e sem liquidez imediata. Esta aplicação está vinculada a contratos de financiamentos firmado pela Companhia, não podendo ser resgatada até a amortização do referido financiamento. Dessa forma, este montante é classificado como um ativo não circulante. **6. Contas a receber:** a) Composição:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Clientes nacionais	1.585	1.606	160.190	192.485
Clientes exterior	47	47	47	47
Ajuste a valor presente	–	–	(7.259)	(6.078)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(767)	(516)	(32.490)	(75.180)
	865	1.137	120.488	111.274

b) Composição do saldo das contas a receber por vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
A vencer	735	814	124.242	115.139
Vencidos:				
Até 30 dias	110	140	1.103	595
De 31 a 90 dias	25	75	200	696
De 91 a 180 dias	31	100	2.846	482
De 181 a 360 dias	121	163	2.922	17.601
Acima de 360 dias	610	361	28.924	58.019
	1.632	1.653	160.237	192.532

c) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(48)	(58.182)
(Constituição)/Reversão	(468)	(16.998)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(516)	(75.180)
(Constituição)/Reversão	(251)	(3.131)
Perda por clientes incobráveis - nota 22	–	8.296
Reversão PCLD José Pupin (i)	–	37.525
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(767)	(32.490)

(i) Em junho de 2020, a controlada da Companhia Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A. finalizou as negociações do saldo credor de cliente, no montante de R$37.525, saldo este que estava alocado integralmente como provisão de créditos de liquidação duvidosa e foi baixado mediante a formalização do acordo de negociação (Nota 22). Como quitação do saldo credor, a Companhia recebeu, em forma de pagamento, o imóvel denominado Fazenda Branca, avaliada, por contratado independente, ao montante de R$48.000 (Nota 11), sendo R$37.525 referente ao saldo credor e R$10.475 referente a correção monetária (Nota 23). **7. Saldos e transações com partes relacionadas:** Os saldos e as transações realizados entre a Companhia, sua controladora e outras partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Contas a receber - não circulante				
Créditos com partes relacionadas				
Bio Genesis Participações S.A (a)	65.991	61.336	79.315	74.661
Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A. (b)	100.303	63.371	–	–
Luiz Augusto Chacon de Freitas Filho (c)	6.213	5.778	6.213	5.778
Total	172.507	130.485	85.528	80.439
Contas a pagar - não circulante				
Beatriz Gonçalves Ribeiro (d)	4.500	19.547	4.500	19.547
Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A. (e)	2.800	–	–	–
Total	7.300	19.547	4.500	19.547
Vendas brutas de produtos				
Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A.	433	8.905	–	–
MBR Shopping	–	–	–	966
Rio Araguay SRL	–	–	–	2.982
Total	433	8.905	–	3.948
Repasse de despesas intercompany				
Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A. (b)	17.073	16.882	–	–
Compras de matéria-prima				
Bio Green Planet Inc.	–	145	–	145
Total	2.082	145	3.674	145
Despesas financeiras e administrativas				
SB Participações e acionistas - pessoa física	–	–	384	54
GIC Patrimonial Ltda.	209	–	209	208
OCHMAN, Real Amadeo Advogados ASSOC	304	–	304	450
Total	513	–	1.062	712

(a) Em março de 2017, a Bio Gênesis contratou um mútuo com a Superbac no montante de R$29.460 corrigido à taxa de CDI, para recompra de 2.015.395 ações ordinárias nominativas do acionista minoritário Amilar Venture Partners II, que na data representava 19,63% do capital social da Bio Gênesis. Em abril de 2017, a Bio Gênesis contratou um mútuo junto à Superbac no montante de R$8.000, corrigido à taxa do CDI para adquirir 1.225.000 de ações ordinárias nominativas da Superbac Fertilizantes, a atualização registrada na rubrica de receitas financeiras totaliza R$1.474, ao longo do exercício de 2019. Em 2020 a Bio Genesis contratou mútuo no valor de R$3.515 que, somados ao montante, registraram o total de R$1.140 de receitas financeiras ao longo de 2020. (b) Refere-se a operações intercompany realizada com a controlada Superbac Fertilizantes, sendo: R$25.064 referentes a venda de produtos, as quais são realizadas a preços, prazos e condições pactuadas entre as partes; R$33.955 referentes a notas de débito a receber por despesas compartilhadas entre as Companhias e R$21.284 referentes a contrato de mútuo atualizado a taxa de 5,4%a.a + variação da taxa CDI. (c) Refere-se a contrato de mútuo cedido em 5 de maio de 2018, no montante principal de R$5.055, e com vencimento em 5 de maio de 2023, atualizado pelo CDI - Certificado de Depósito Interbancário com vencimento previsto para dezembro de 2023; (d) Contas a pagar referente à compra das ações da acionista minoritária da Superbac Fertilizantes, Beatriz Ribeiro em 2017, registrado ao valor justo. A obrigação será realizada mediante atingimento de metas de *performance* da Superbac Fertilizantes, atreladas ao volume de vendas a serem realizadas ao longo dos 5 anos subsequentes. (e) Em 2020, a Companhia recebeu nota de crédito, no valor de R$2.8 milhões, emitida pela controlada Superbac Fertilizantes referente ao repasse de valor de ganho de capital adquirido pela controladora. Este saldo será compensado com operações intercompany futuras. Remuneração da administração: Em 2020 a remuneração total dos diretores estatutários da Companhia, incluindo todas as modalidades de remuneração foi de R$9.325 (R$6.848 em 2019), registrada na rubrica "Despesas gerais e administrativas" na demonstração do resultado. **8. Estoques:**

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Matéria-prima	1.685	1.671	22.857	18.537
Produtos em processo	7	105	2.865	1.025
Embalagens	–	163	1.302	1.511
Produto acabado	96	1.008	5.252	3.809
Material de consumo	51	92	5.502	2.535
Total	1.839	3.039	37.778	27.417

9. Tributos a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
PIS e COFINS (a)	564	382	23.209	21.555
IRPJ e CSLL antecipação (b)	72	72	7.595	7.595
IRRF sobre aplicação financeira	3.439	3.206	4.460	4.093
ICMS	218	184	218	805
Outros impostos a recuperar	240	194	240	194
Total	4.533	4.038	35.722	34.242
Circulante	4.533	4.038	25.860	34.242
Não circulante	–	–	9.862	–

(a) Os créditos de PIS e COFINS são gerados na compra de insumos, maquinários e na operação de prestação de serviços de transportes e podem ser compensados com impostos e contribuições federais. (b) O saldo do crédito de tributos de IRPJ e CSLL de antecipação refere-se a valores recolhidos antecipadamente pela tributação lucro real estimativa em anos anteriores. **10. Investimentos:** A composição dos investimentos em controladas e coligadas apresentada nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
SARUP HE Participações Ltda.	–	4.190	–	4.190
Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A.	56.702	42.468	–	–
Mais-valia de imobilizado	4.190	4.868	–	–
Mais-valia de intangível	40.930	40.930	–	–
Ágio de investimento	787	787	–	–
Total	102.609	93.243	–	4.190

a) As informações relevantes da controlada Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A. são as seguintes:

	Controlada	
Informações relevantes	2020	2019
Participação total no capital	76,52%	76,52%
Patrimônio líquido	74.101	56.480
Resultado do exercício	17.621	(16.771)
Equivalência patrimonial	13.484	(12.834)
Ativo circulante	228.463	239.635
Ativo não circulante	272.260	200.555
Passivo circulante	231.923	222.994
Passivo não circulante	194.699	160.716

b) A movimentação dos investimentos, apresentados nas demonstrações financeiras individuais, é como segue:

Movimentação do investimento	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	111.013
Equivalência patrimonial	(14.022)
Aquisição	10.757
Provisão impairment - SARUP	(5.379)
Provisão impairment -Theriot	(2.248)
Amortização mais-valia	(142)
Baixa (Biogreen e PP-KPL)	(6.736)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	93.243
Equivalência patrimonial	13.484
Alienação investimento - SARUP HE Participações Ltda. (nota 23)	(4.190)
Amortização mais-valia	(678)
Outros	(750)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	102.609

11. Propriedade para investimento:

	Consolidado	
	2020	2019
Outros	40	40
Imóveis destinados à venda	48.985	1.023
	49.025	1.063

Movimentação dos imóveis destinados à venda é conforme demonstrada abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.976
Adições	–
Baixa	(913)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.063
Adições	48.027
Baixa	(65)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	49.025

O saldo representa bens recebidos de clientes, como forma de liquidação de suas dívidas. A Administração está envidando esforços para a venda desses ativos e entende não haver perdas por *"impairment"* a serem reconhecidas no exercício. Em junho de 2020 a Controlada direta Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A. recebeu, como forma de pagamento de saldo credor do cliente José Pupin, a posse do imóvel denominado Fazenda Branca, avaliada no valor de R$48.027. A propriedade está localizada no município de Tangara da Serra-MT e está à disposição da Controlada para futuras negociações. Para maiores detalhes, vide Nota 6.

12. Imobilizado:

		Controladora							Consolidado				
		2019				2020		2019				2020	
	Taxas anuais	Líquido	Aquisição	Baixas	Transferências	Depreciações	Líquido	Líquido	Aquisição	Baixas	Transferências	Depreciações	Líquido
Terrenos	–	–	–	–	–	–	–	4.801	–	–	–	–	4.801
Edifícios	4%	–	–	–	–	–	–	61.314	–	–	1.167	(2.467)	60.014
Benfeitorias em imóveis terceiros	4%	3.284	247	–	179	(356)	3.354	3.284	247	–	179	(356)	3.354
Máquinas e equipamentos	12%	1.433	15	–	127	(213)	1.362	39.497	471	(2.486)	16.994	(5.459)	49.017
Veículos	20%	737	–	–	(184)	(13)	540	2.182	34	–	(152)	(536)	1.528
Móveis e utensílios	12%	1.562	–	(9)	201	(151)	1.603	2.308	84	(9)	222	(272)	2.333
Instalações	10%	260	6	–	5	(63)	208	2.148	244	(50)	515	(184)	2.673
Ferramentas	15%	–	–	–	–	–	–	48	–	–	(21)	(27)	–
Equipamentos de informática	20%	690	63	–	(29)	(292)	432	1.531	119	–	117	(620)	1.147
Equipamentos de comunicação	10%	121	–	–	(79)	(32)	10	121	–	–	(79)	(32)	10
Mais-valia de ativos imobilizados	–	(142)	–	–	142	–	–	6.307	–	–	–	(678)	5.629
Adiantamento a fornecedores	–	362	–	–	(362)	–	–	362	–	–	(362)	–	–
Máquinas e Equipamentos arrendados	–	–	–	–	–	–	–	4.196	–	–	(4.196)	–	–
Imobilizado em andamento	–	9.780	–	(2)	–	–	9.778	36.589	19.004	(2.871)	(3.898)	–	48.824
Outros	–	–	–	–	–	–	–	6.582	5	–	(6.587)	–	–
Total		18.087	331	(11)	–	(1.120)	17.287	171.270	20.208	(5.416)	1.015	(10.631)	176.446

		Controladora							Consolidado				
		2018				2019		2018				2019	
	Taxas anuais	Líquido	Aquisição	Baixas	Transferências	Depreciações	Líquido	Líquido	Aquisição	Baixas	Transferências	Depreciações	Líquido
Terrenos	–	–	–	–	–	–	–	3.051	1.750	–	–	–	4.801
Edifícios	4%	–	–	–	–	–	–	4.581	–	–	56.919	(186)	61.314
Benfeitorias em imóveis terceiros	4%	763	3.083	(361)		(201)	3.284	763	3.083	(361)	–	(201)	3.284
Máquinas e equipamentos	12%	1.755	63	(170)	–	(215)	1.433	21.746	15.681	(220)	5.333	(3.043)	39.497
Veículos	20%	1.142	–	(177)	–	(228)	737	2.479	505	(304)	–	(498)	2.182
Móveis e utensílios	12%	407	1.286	(29)	–	(102)	1.562	1.095	1.446	(42)	–	(191)	2.308
Instalações	10%	289	–	–	–	(29)	260	1.292	992	–	–	(136)	2.148
Ferramentas	15%	–	–	–	–	–	–	59	–	(2)	–	(9)	48
Equipamentos de informática	20%	555	361	(8)	–	(218)	690	1.369	680	(12)	–	(506)	1.531
Equipamentos de comunicação	10%	134	–	–	–	(13)	121	134	–	–	–	(13)	121
Mais-valia de ativos imobizados	–	(142)	–	–	–	–	(142)	6.449	–	–	–	(142)	6.307
Adiantamento a fornecedores	–	–	362	–	–	–	362	–	6.510	(6.148)	–	–	362
Máquinas e Equipamentos arrendados	–	–	–	–	–	–	–	–	4.196	–	–	–	4.196
Imobilizado em andamento	–	190	10.118	(528)		–	9.780	66.903	32.466	(528)	(62.252)	–	36.589
Outros	–	–	–	–	–	–	–	5	8.925	(2.348)	–	–	6.582
Total		5.093	15.273	(1.273)	–	(1.006)	18.087	109.926	76.234	(9.965)	–	(4.925)	171.270

A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. A Companhia e suas controladas fazem anualmente manutenção preventiva sendo seus ativos e unidades geradoras de caixa mantidos com valor de uso, já que é o maior em relação ao valor de venda. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas possuem bens do imobilizado dado em garantia para operações financeiras. Os itens são compostos pelas instalações das unidades Fábrica 1, Fábrica 2 e CPBAC, e Fazenda Experimental, todos pertencentes a Superbac Fertilizantes.

13. Intangível:

		Controladora							Consolidado				
		2019				2020		2019				2020	
	Taxas anuais	Líquido	Aquisição	Transferências	Baixas	Amortização	Líquido	Líquido	Aquisição	Transferências	Baixas	Amortização	Líquido
Goodwill (a)	–	787	–	–	(787)	–	–	53.484	–	–	–	–	53.484
Acordo de não competitividade (b)	–	1.412	–	–	–	(996)	416	1.412	–	–	–	(996)	416
Desenvolvimento de produtos	–	–	–	–	–	–	–	5.337	1.565	(1.381)	(413)	–	5.108
Software	20%	2.002	25	–	(1)	(439)	1.587	2.002	48	366	(1)	(521)	1.894
Total		4.201	25	–	(788)	(1.435)	2.003	62.235	1.613	(1.015)	(414)	(1.517)	60.902

		Controladora							Consolidado				
		2018				2019		2018				2019	
	Taxas anuais	Líquido	Aquisição	Transferências	Baixas	Amortização	Líquido	Líquido	Aquisição	Transferências	Baixas	Amortização	Líquido
Goodwill (a)	–	787	–	–	–	–	787-	53.484	–	–	–	–	53.484
Acordo de não competitividade (b)	–	2.007	–	–	–	(595))	1.412	2.007	–	–	–	(595)	1.412
Desenvolvimento de produtos	–	–	–	–	–	–	–	–	6.517	–	(1.180)	–	5.337
Software	20%	1.471	700	–	(31)	(138)	2.002	1.471	700	–	(31)	(138)	2.002
Total		4.265	700	–	(788)	(733)	4.201	56.962	7.217	–	(1.211)	(733)	62.235

(a) Referem-se à marca "Minorgan". Atualmente, a marca é utilizada pela controlada Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A., adquirida em 2015 pela Companhia. Essa marca tem vida útil indefinida. (b) Com a venda das ações do acionista minoritária da Minorgan, Beatriz Ribeiro, foi assinado um acordo de não competitividade por cinco anos pela remuneração adicional ao contrato de compra e venda das ações no montante de R$3.000 (R$416 líquido de amortização), o qual será amortizado ao longo do período de cinco anos. **14. Direito de uso:** A Companhia possui operações de arrendamento de ativos como: imóveis. O prazo médio dos contratos de locação de imóveis é de 3 anos, porém, eles podem incluir opções de prorrogação. Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições, não contendo cláusulas restritivas e os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos. A alocação da depreciação do ativo de direito de uso é realizada de forma sistemática e linear, baseada no período do contrato. A vida útil será reavaliada periodicamente de forma a capturar alterações nas intenções de continuidade do arrendamento seja por questões estratégicas ou por intenção do locador. Considerando que tanto o locador quanto o locatário têm o direito de cancelar o contrato a qualquer momento, mediante a ressarcimentos previstos em contrato, o entendimento da Companhia é que esses contratos devem ser tratados como arrendamento mercantil, registrando a despesa no resultado do exercício ao longo do prazo do arrendamento. A movimentação do direito de uso está demonstrada a seguir:

	Vida útil anos	Adição inicial	Adição	Baixa	Saldo em 31/12/2019	Adição	Baixa	Saldo em 31/12/2020
Direito de uso - imóveis	3	3.940	–	–	3.940	–	(875)	3.065
Amortização direito de uso		–	(1.331)	–	(1.331)	(741)	–	(2.072)
Total		3.940	(1.331)	–	2.609	(741)	(875)	993

continua

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Superbac Biotechnology Solutions S.A.

15. Fornecedores: O saldo consolidado de R$40.675 (R$43.723 em 2019) refere-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios e corresponde a 85 dias de prazo médio de pagamento.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fornecedores nacionais	533	1.542	**29.206**	33.375
Fornecedores estrangeiros	705	5	**11.469**	10.348
	1.238	1.547	**40.675**	43.723

16. Empréstimos e financiamentos:

		Controladora		Consolidado	
	Taxa de juros	2020	2019	2020	2019
Debênture (a)	5,77%	–	–	**71.675**	78.751
Capital de giro (b)	6,49% a 15,11%	**12.197**	339	**128.533**	141.164
Finame (c)	5,50% a 21,25%	–	–	**869**	1.781
Leasing	16,46%	–	93	**5.096**	4.535
BNDES (d)	5,14% a 7,66%	–	–	**11.504**	14.223
Empréstimos internacionais (e)	1,55% a 4,10%	–	–	**12.043**	24.714
Duplicatas descontadas	0,78% a 1,15%	–	–	**7.755**	–
Custo de captação		–	(9)	**(3.814)**	(3.087)
Total		**12.197**	423	**233.661**	262.081
Circulante		**3.910**	275	**132.905**	166.086
Não circulante		**8.287**	148	**100.756**	95.995

(a) Debênture: Em 15 de outubro de 2018, a Superbac Fertilizantes realizou a 2ª (segunda) Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória e adicional real, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob o regime de garantia firme de colocação, com prazo de vencimento em 15 de junho de 2023 no valor total de R$100.000, e remuneração de 5,77%. Os recursos obtidos pela emissora por meio da integralização das Debêntures foram destinados a liquidação antecipada de instrumentos financeiros de capital de giro, bem como a gestão ordinária dos negócios da emissora. O cronograma de pagamentos das parcelas a vencer está demonstrado a seguir:

	2021	2022	2023	Total
Debêntures	**36.175**	21.500	**14.000**	71.675

(b) Capital de giro: Os empréstimos obtidos das instituições financeiras nas diversas modalidades de capital de giro possuem encargos financeiros variados, o que depende do risco da Companhia no momento da contratação, alinhado com o cenário econômico brasileiro. Tendo como objetivo suprir as necessidades do fluxo de caixa operacional da Companhia em virtude da sazonalidade do mercado de agronegócio. A Companhia possui CDC (Crédito direto ao consumidor-Veículos) no valor de R$674 e CCB (Cédula de crédito bancário) no valor de R$128.533. Sendo condições padrões e usuais de CCB indexadas a CDI/Selic, pagamento de principal e juros mensais/trimestrais ou semestrais, dependendo do contrato. O cronograma de pagamentos das parcelas a vencer está demonstrado a seguir:

	2021	2022	2023	2024	Total
Capital de giro	75.606	36.754	15.361	812	128.533

(c) FINAME: Os empréstimos obtidos por meio do Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais - FINAME possuem encargos financeiros equivalentes a taxas prefixadas e a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP somados a um "spread" fixo. O cronograma de pagamentos das parcelas a vencer está demonstrado a seguir:

	2021	2022	Total
FINAME	590	279	869

(d) Projeto Inova Agro - BNDES: Os empréstimos obtidos junto ao BNDES com objetivo de (i) financiar o projeto para "Construção do centro de pesquisa em biotecnologia para o agronegócio e fazenda-modelo para testes de eficácia agronômica" dos produtos desenvolvidos pela Companhia em sua fábrica em Mandaguari - PR, e (ii) a aquisição de máquinas e equipamentos. O cronograma de pagamentos das parcelas a vencer está demonstrado a seguir:

	2021	2022	2023	2024	2025	Total
BNDES	2.839	2.810	2.810	2.810	234	11.503

(e) Empréstimos e financiamentos internacionais: O empréstimo obtido das instituições financeiras na modalidade de Finimp, no valor de R$12.043, tem por objetivo o financiamento das mercadorias adquiridas através de fornecedores internacionais, otimizando o fluxo de caixa operacional da Companhia. Os valores de empréstimos e financiamentos internacionais foram tomados em dólares americanos. O prazo médio de amortização dos contratos nessa modalidade é de 6 meses, sendo condições de amortização e juros conforme definidos nos contratos. O cronograma de pagamentos das parcelas a vencer está demonstrado a seguir:

	2021	Total
Empréstimos e financiamentos internacionais	12.043	12.043

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é conforme apresentada abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	742	214.605
Captações	–	199.984
Juros incorridos	92	24.440
Amortização principal	(336)	(133.284)
Pagamento de juros	(66)	(40.219)
Outros	(9)	(3.445)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	423	262.081
Captações	12.000	158.952
Juros incorridos	134	19.103
Amortização principal	(275)	(185.209)
Pagamento de juros	(85)	(17.452)
Custo de captação	–	(3.814)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	12.197	233.661

Garantias: As garantias fornecidas para os empréstimos e financiamentos são compostas de alienação fiduciária dos bens financiados, hipotecas, notas promissórias, aplicações financeiras e cessão fiduciária de recebíveis no montante de R$101.059 (R$97.784 em 2019). Cláusulas contratuais restritivas ("covenants"): Em 31 de dezembro de 2019, os contratos de financiamento classificados como Debêntures (item (a)) estavam sujeitos a cláusulas restritivas ("covenants") financeiras. A controlada da Companhia obteve a autorização (waiver) para o não atendimento das obrigações contratuais constantes nas cláusulas de restrição financeira ("covenants") da segunda emissão, que foi concedido através de ata registrada em 03 de dezembro de 2020.

17. Obrigações tributárias:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
ICMS a pagar	–	–	**408**	413
IRRF a pagar	**11**	26	**11**	40
IOF a pagar	**2.131**	746	**2.131**	1.796
Parcelamento impostos	**1.298**		**1.298**	
Outras obrigações tributárias	**28**	1.877	**262**	2.001
	3.468	2.649	**4.110**	4.250

18. Adiantamento de Clientes: A Companhia possui contratos com clientes negociados na modalidade de pagamento antecipado. O intuito é garantir o fornecimento do produto, em caráter prioritário, mediante a demanda dos clientes. O saldo registrado em 31 de dezembro de 2020 é de R$58.632 (R$7.507 em 31 de dezembro de 2019) e refere-se as antecipações para o período de safra que se inicia no período de junho até dezembro, encerrando o ciclo com a emissão de todas as notas fiscais mediante entrega dos produtos. **19. Arrendamentos:** Os passivos de arrendamento mercantil foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes, descontados por meio da taxa de empréstimo incremental de aproximadamente 5%, variando de acordo com o prazo de cada contrato, e estão compostos conforme segue. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a movimentação dos passivos de arrendamento mercantil são:

	Adição inicial	Adição	Apropriação juros	Amortização do principal	Saldo em 31/12/2019	Adição	Apropriação de juros	Amortização do principal	Saldo em 31/12/2020
Imóveis	3.940	–	141	(1.418)	2.663	–	62	(1.555)	1.170
Total	3.940	–	141	(1.418)	2.663	–	62	(1.555)	1.170

Tabela a seguir apresenta uma análise de vencimento dos arrendamentos, demonstrando os pagamentos que serão feitos após a data-base. De acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17:

	31/12/2020	31/12/2019
Até 1 ano	1.271	1.361
Mais de um ano e menos de cinco anos	783	1.421
	2.054	2.782
Valor presente dos pagamentos mínimos	1.170	2.663
Circulante	1.170	1.303
Não circulante		1.360

20. Provisão para contingências:

	Controladora			Consolidado		
	Cíveis	Trabalhista	Total	Cíveis	Trabalhista	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	–	–	–	–	–	–
Adição	–	1.148	1.148	–	2.724	2.724
Reversão	–	–	–	–	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2019	–	1.148	1.148	–	2.724	2.724
Adição	–	321	321	1.106	1.168	2.274
Reversão	–	(734)	(734)	–	(2.336)	(2.336)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	–	735	735	1.106	1.556	2.662

A Companhia é parte passiva de 7 causas (9 causas em 31 de dezembro de 2019) cíveis com risco de perda possível que alcança R$7.543 (R$24.021 em 31 de dezembro de 2019), cuja principais causas são as seguintes: (i) Autos de infração ambiental referente a atividades de sem autorização ou atividades consideradas poluidoras pela autoridade ambiental. Risco possível de perda calculado em 31 de dezembro de 2020 no valor estimado de R$4.005 (R$3.843 em 31 de dezembro de 2019). (ii) Demais processos referentes a questionamentos comerciais na venda de fertilizantes que se somam em R$3.538 (R$3.246 em 31 de dezembro de 2019), classificados como risco possível de perda em 31 de dezembro de 2020. **21. Patrimônio líquido:** a) Capital social: O capital social em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R$352.117, representado por (44.579.715) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo 40.805.221 ações ordinárias e 3.774.494 ações preferenciais. Em 09 de agosto de 2019, a Companhia emitiu 3.774.494 novas ações preferencias, normativas, sem valor nominal e sem direito a voto, porém com prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, pelo preço de emissão de R$24,5066, que resultou no aumento de capital da Companhia no valor de R$92.500, passando de R$259.617 aos atuais R$ 352.117. Todas as ações preferenciais foram subscritas por Orjen Investments PTE Ltd., que passa a ser acionista da Companhia com 8,47% do total de ações/capital. A ações estão distribuídas conforme segue:

Acionistas	Ações	%
Bio-Gênesis Participações S.A.	19.284.334	43,26
Sommerville Investments B.V.	14.881.554	33,38
Orjen Investments PTE Ltd.	3.774.494	8,47
Bio-Tec Participações S.A.	2.196.319	4,93
Sb Participações S.A.	971.146	2,18
Fourbac Participações S.A.	930.900	2,09
Daniel Citron	503.140	1,13
Ações em tesouraria	486.849	1,09
André Jafferian	473.609	1,06
Fabrício Gonçalves Drumond	331.947	0,74
Ajneto Participações Ltda.	320.154	0,72
Luiz Augusto Chacon de Freitas Filho	319.801	0,72
Renato Ochman	105.468	0,24
Total	44.579.715	

b) Reserva legal: Conforme a Lei das Sociedades por Ações, a Companhia apropria 5% de seu lucro líquido anual para reserva legal, até que essa atinja 20% do valor do capital social. Essa reserva pode ser usada para aumento de capital ou absorção de perdas, porém não pode ser usada para distribuição de dividendos. c) Reserva de lucro: O percentual remanescente do lucro líquido será destinado para a formação para a "reserva de lucros", que tem como objetivo, reforçar o capital de giro da Companhia e o desenvolvimento de suas atividades. d) Reserva de capital: *Reserva de ágio na emissão de ações:* Refere-se à constituição de reserva de capital decorrente de valores adicionais acima do valor patrimonial da ação, recebidos em aporte de capital reduzido de ágio na aquisição de ações da controlada Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A. e) Dividendos: Conforme estatuto social da Companhia, aos acionistas é assegurado a destinação de dividendos mínimos anuais em fator referencial de 25% do lucro líquido, calculados nos termos da Lei das Sociedades por Ações. f) Ações em tesouraria: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia efetuou a recompra de ações de certos acionistas e mantem as mesmas em tesouraria o montante de R$5.356.

22. Receita operacional líquida:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Vendas brutas de produtos no mercado nacional	**5.412**	15.203	**355.829**	302.999
Vendas brutas de produtos no exterior	**182**	43	**182**	3.025
Prestação de serviços	**1.372**	1.765	**1.372**	1.765
Impostos incidentes sobre vendas	**(1.085)**	(3.273)	**(13.218)**	(14.844)
Devoluções	**(103)**	(331)	**(8.438)**	(7.026)
Total	**5.778**	13.407	**335.727**	285.919

Movimentação dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	2019	Adição	Baixa	2020	Controladora Impacto resultado	2019	Adição	Baixa	2020	Consolidado Impacto resultado
IR diferido ativo	11.745	5.938	(3.057)	14.626	2.881	45.841	17.371	(17.271)	45.941	100

Com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações, a Companhia prevê que o imposto de renda e contribuição social diferido ativo se realizará em até 5 anos. b) Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social: As apurações do imposto de renda e da contribuição social foram realizadas pelo lucro real em 2020 e 2019. A seguir está apresentada a reconciliação da taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**15.821**	(31.137)	24.179	(44.888)
Alíquota nominal	**34%**	34%	34%	34%
Despesa com imposto de renda e contribuição social	**(5.379)**	10.587	(8.221	15.262
Efeito das adições e exclusões permanentes no cálculo dos tributos:				
Equivalência patrimonial	**14.234**	(14.022)	47	(1.188)
Outras diferenças permanentes credoras	**(5.974)**	8.214	6.833	518
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**2.881**	4.779	(1.341)	14.592
Correntes	–	–	(1.441)	6.182
Diferidos	**2.881**	4.779	100	8.410
Total	**2.881**	4.779	(1.341)	14.592
Alíquota efetiva	18,21%	15,35%	5,55%	32,51%

26. Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros utilizados pela Companhia estão substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras circulante e não circulante, contas a receber de clientes e fornecedores, empréstimos e financiamentos. A Companhia executa operações financeiras exclusivamente para fins de proteção a exposição de variáveis financeiras, sendo a gestão destes instrumentos efetuados através de Políticas e controles internos. A Companhia e suas controladas mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela administração. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes: A Companhia aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo: • Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1); • Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2); • Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3). Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Na data das demonstrações financeiras consolidadas, o saldo desses ativos e passivos financeiros é classificado como segue: As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

	2020 Valor contábil	2020 Valor justo	2019 Valor contábil	2019 Valor justo	Classificação categoria
Empréstimos e recebíveis:					
Equivalentes de caixa e Aplicações financeiras	70.384	70.384	117.067	117.067	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber de clientes	120.488	120.488	111.274	111.274	Custo amortizado
Contas a receber de partes relacionadas	85.528	85.528	80.439	80.439	Custo amortizado
Total	276.400	276.400	308.780	308.780	
Outros passivos financeiros:					
Fornecedores	40.675	40.675	43.723	43.723	Custo amortizado
Contas a pagar a partes relacionadas	4.500	4.500	19.547	19.547	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	233.661	233.661	262.081	262.081	Custo amortizado
Outras contas a pagar	519	519	2.478	2.478	Custo amortizado
Total	279.355	279.355	327.829	327.829	

Risco de crédito: A Companhia realiza a gestão do risco de crédito referente ao contas a receber através do contínuo acompanhamento dos vencimentos e prazos de financiamento das vendas, amparado por Política de Crédito e controles internos. Quanto ao risco de crédito associado a aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de classificação e com remuneração em títulos de renda fixa de baixo risco. Risco de liquidez: A política de gerenciamento de riscos implica manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos por meio de ferramentas internas de controle como Políticas, Comitês, nível de endividamento, definição de gastos e novas captações de recursos. Gestão de risco de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital

continua

23. Demonstração dos custos e das despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Mercadorias	**(990)**	(6.681)	**(201.908)**	(157.585)
Despesa com pessoal	**(24.238)**	(6.769)	**(54.886)**	(39.910)
Despesa com serviços de terceiros	**2.721**	(9.967)	**(36.440)**	(42.861)
Despesa com fretes	**(52)**	(805)	**(24.446)**	(2.550)
Despesa com comissão	**(590)**	(131)	**(15.404)**	(13.480)
Despesa com manutenção	**(1.010)**	(86)	**(13.079)**	(806)
Depreciação e amortização	**(2.555)**	(1.977)	**(12.148)**	(10.842)
Material de uso, energia elétrica, viagens e estadias	**(1.658)**	(1.148)	**(11.871)**	(2.724)
Amortização de mais-valia de imobilizado	**(678)**	–	–	–
Perda por clientes incobráveis - nota 6	–	–	**(8.296)**	–
Amortização direito de uso	**(741)**	–	**(741)**	–
Despesa com veículos	**(35)**	(2.350)	**(511)**	(11.084)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	**413**	(468)	**62**	(16.998)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(251)**	(3.070)	**42.690**	(6.989)
Reversão de earn-out (i)	**15.047**	–	**15.047**	–
Alienação de investimento (ii)	**7.905**	–	**7.905**	–
Outras despesas	**(2.309)**	(413)	**3.285**	4.270
Total	**(9.021)**	(33.865)	**(310.741)**	(301.559)
Classificados como:				
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	**(7.827)**	(10.880)	**(263.376)**	(208.562)
Despesas com vendas	**(5.878)**	(7.979)	**(27.582)**	(46.256)
Despesas gerais e administrativas	**(3.258)**	(15.230)	**(28.223)**	(47.644)
Outras (despesas) receitas, líquidas	**7.942**	224	**8.440**	903
Total	**(9.021)**	(33.865)	**(310.741)**	(301.559)

(i) A Companhia realizou a reversão parcial da provisão mantida para earn-out por não cumprimento de cláusulas de desempenho mencionadas em contrato, reduzindo assim a obrigação da Companhia junto a contraparte vendedora da Minorgan. (ii) Alienação do investimento da SARUP, onde a Companhia recebeu o montante de R$12.095 pela venda do investimento, gerando um ganho reconhecido no resultado, no montante de R$7.905, considerando a baixa do investimento de R$4.190.

24. Resultado financeiro:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicação financeira e juros	**780**	1.325	**1.369**	4.211
Ajuste a valor presente (receita financeira)	–	–	**19.515**	–
Juros recebidos	**5.243**	2.612	**5.712**	4.583
Juros incorridos em negociação com imóveis	–	–	**10.475**	–
Derivativos (ganho)	–	–	**2.616**	–
Outras receitas financeiras	**114**	–	**785**	1.270
Total	**6.137**	3.937	**40.472**	10.064
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	**(134)**	(92)	**(19.103)**	(24.400)
Juros e Multas sobre atraso	–	(26)	–	(1.139)
Juros passivos	**(648)**	(162)	**(1.936)**	(162)
Juros passivos (IFRS 16)	**(62)**	(141)	**(62)**	(141)
Remuneração com fiadores (nota explicativa nº 10)	–	–	**(329)**	(364)
Despesas Bancárias	**(59)**	(56)	**(3.443)**	(5.514)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	–	(13)	**(1.650)**	(840)
Descontos concedidos	**(86)**	(63)	**(3.184)**	(653)
Derivativos (perda)	–	–	**(2.467)**	(598)
Outras despesas financeiras	**(240)**	(94)	**(290)**	(764)
Total	**(1.229)**	(647)	**(32.464)**	(34.575)
Variação cambial				
Ativa	**14**	117	**3.336**	4.123
Passiva	**(92)**	(64)	**(12.198)**	(7.672)
Variação cambial, líquida	**(78)**	53	**(8.862)**	(3.549)
Total do resultado financeiro	**4.830**	3.343	**(854)**	(28.060)

25. Imposto de renda e contribuição social: a) Diferidos: As diferenças não dedutíveis ou tributáveis temporariamente na apuração do lucro tributável são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	13.985	8.047	30.818	13.447
Decorrentes de diferenças temporárias:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	261	119	11.047	25.505
Ajuste a valor presente	–	–	2.468	2.066
Provisão de contingências	250	390	905	926
Provisões diversas	130	596	703	1.304
Provisão impairment investimento	–	2.593	–	2.593
Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	14.626	11.745	45.941	45.841

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Superbac Biotechnology Solutions S.A.

são salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital. Risco da taxa de juros:

Instrumento de taxa variável	2020	2019
Equivalentes de caixa e Aplicações financeiras	70.384	117.067
Crédito com partes relacionadas	85.528	80.439
Empréstimos	(233.601)	(262.081)
Total	(77.749)	(64.575)

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) da Companhia são remunerados pela CDI e taxas pré fixadas. Risco de taxa de câmbio: Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações em virtude dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio e seu impacto, as quais são unicamente denominadas em dólares norte-americanos (US$). A exposição cambial indexada ao dólar norte-americano (US$) é demonstrada a seguir:

	2020	2019
Fornecedores estrangeiros	11.469	10.348
Empréstimos e financiamentos	12.043	24.714
Exposição líquida	23.512	35.062

Análise de sensibilidade: A Companhia possui aplicações financeiras e passivos financeiros indexados à variação da taxa CDI. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentava ativos financeiros no valor de R$39.894 e passivos financeiros no montante de R$224.436. Análise de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:

Operação	2020	Cenário I Alta 50%	Cenário II Alta 25%
Equivalente de caixa e aplicações financeiras	70.384	818	409

Análise dos passivos financeiros

Indexador	2020	Cenário I 50%	Cenário II 25%
SELIC/CDI	224.436	3.025	1.512
TJLP	996	22	11
Dólar	12.043	6.022	3.011
Total	237.475	9.068	4.534

Operações com instrumentos financeiros derivativos: As operações de derivativos têm a finalidade de proteger a Companhia da exposição à moeda estrangeira. A Companhia não possui ou emite instrumentos de derivativos para fins especulativos.

Operação	Passivo	Ativo	Contraparte	Nocional (USD)	MtM
NDF	BRL	USD	Banco Brasil	1.310	(231)
NDF	BRL	USD	Banco Itaú	1.191	(465)
NDF	BRL	USD	Banco CCB	4.953	(501)
SWAP	PRÉ	CDI	Banco ABC	1.758	(1)
Total				9.213	(1.197)

27. Lucro líquido por ação (básico e diluído):

	2020	2019
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	22.838	(30.296)
Quantidade de ações	44.579.715	44.579.715
Lucro (prejuízo) por ação (básico e diluído) - R$	0,51	(0,68)

28. Seguros: Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía seguros para bens do ativo imobilizado e estoques cuja cobertura era no montante de R$105.500 (R$90.900 em 2019) e para responsabilidade civil de seus diretores estatutários, na modalidade "Directors & Officers - D&O", cujo valor de cobertura era no montante de R$50.000 (R$40.000 em 2019). **29. Eventos subsequentes:** Em janeiro de 2021, a controlada Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A. efetuou a renegociação do montante de R$9.132 referente ao CCB captado junto ao Banco do Brasil que venceriam em 2021 para vencimento em 2024.

Diretoria

Luiz Augusto Chacon de Freitas Filho **Giuliano Pauli** **Bernardo Zaramella Olsina** **Mozart Soares Fogaça Júnior**

Contador

Felipe Alves Teixeira - CRC SP-300919/O-3

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Superbac Biotechnology Solutions S.A.
Cotia - SP

Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Superbac Biotechnology Solutions S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Superbac Biotechnology Solutions S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** Não obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente em relação ao laudo de avaliação da aquisição do investimento na Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A. ocorrida em anos anteriores, bem como seus respectivos suportes aos saldos de ágio e mais-valia, em virtude de não termos tido acesso às informações financeiras e aos laudos de avaliação dos valores justos conforme determina a NBC TG 15 (R4) - "Combinação de Negócios". Dessa forma não foi praticável determinar se algum ajuste seria necessário nas demonstrações financeiras da Companhia, caso os referidos acessos tivessem sido obtidos. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de abril de 2021

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6
Wallace Weberling Pereira
Contador CRC-1SP230870/O-9

MSP Negócios S.A.

CNPJ/MF nº 04.795.926/0001-71

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

Srs. Acionistas, em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração do Fluxo de Caixa e a Demonstração da Mutação dos Patrimônio Líquido, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e esclarecer que as notas explicativas e parecer de nosso auditor independente se encontram à disposição na administração da Companhia.

Balanços patrimoniais	Controladora		Consolidado	
Ativo	2020	2019	2020	2019
Ativo circulante	25.962	3.389	52.775	28.431
Caixa e equivalentes de caixa	19.014	3.284	29.536	4.165
Contas a receber	–	–	2.319	11.062
Estoques	–	–	12.949	12.844
Impostos a compensar	58	45	288	262
Despesas antecipadas	–	–	504	–
Outros créditos	6.890	60	7.179	98
Ativo não circulante	116.420	142.993	100.845	126.236
Contas a receber	–	–	9.384	9.384
Partes relacionadas	2.126	2.126	2.111	2.111
Outros créditos	6.251	2.968	6.251	2.969
Adiantamento para aumento de capital	–	–	–	–
	8.377	5.094	17.746	14.464
Investimentos	108.043	137.899	63.451	85.089
Imobilizado	–	–	5.830	5.820
Intangível	–	–	13.818	20.863
	108.043	137.899	83.099	111.772
Total do ativo	142.382	146.382	153.620	154.667

Balanços patrimoniais	Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido	2020	2019	2020	2019
Passivo circulante	400	4.645	2.735	7.327
Fornecedores	–	–	933	349
Empréstimos e financiamentos	363	903	363	903
Obrigações trabalhistas	–	–	136	176
Obrigações tributárias	36	11	1.209	2.098
Adiantamento de clientes	–	–	92	–
Outras contas a pagar	1	3.731	2	3.801
Passivo não circulante	20.146	19.114	26.295	24.014
Empréstimos e financiamentos	1.800	1.501	1.800	1.501
Partes relacionadas	18.346	17.613	24.495	22.513
Patrimônio líquido	121.836	122.623	124.590	123.326
Capital social	96.549	96.549	96.549	96.549
Capital social a integralizar	(5.000)	(10.000)	(5.000)	(10.000)
Reserva legal	217	1.804	217	1.804
Reserva de lucros	30.070	34.270	30.070	34.270
Patrimônio líquido dos acionistas controladores	121.836	122.623	121.836	122.623
Participação dos acionistas não controladores	–	–	2.754	703
Total do passivo e patrimônio líquido	142.382	146.382	153.620	154.667

Demonstrações do resultado	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receita operacional líquida	–	–	7.575	32.276
(–) Custo da operação	–	–	(4.840)	(6.348)
Lucro operacional bruto	–	–	**2.735**	**25.928**
Despesas operacionais:				
Administrativas e gerais	(12)	(40)	(10.955)	(3.534)
Outras (Despesas) receitas	–	11	(1.369)	953
	(12)	(29)	(12.324)	(2.581)
Lucro (prejuízo) antes do resultado em participações societárias	(12)	(29)	(9.589)	23.347
Resultado em participações societárias:				
Resultado de equivalência patrimonial	(6.312)	36.983	5.532	15.093
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	(6.324)	36.954	(4.057)	38.440
Resultado financeiro	–	–	–	–
Receita financeira	278	233	418	227
Despesas financeiras	(161)	(569)	(185)	(680)
	117	(336)	233	(453)
Lucro (prejuízo) antes do IR e CS	(6.207)	36.618	(3.824)	37.987
IR e CS	(17)	–	(347)	(1.165)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(6.224)	36.618	(4.171)	36.822
Participação de não controladores	–	–	(2.053)	(204)
	(6.224)	36.618	(6.224)	36.618
Número de ações	96.549.429	96.549.429	96.549.429	96.549.429
Resultado por ação	(0,06446)	0,37927	(0,06446)	0,37927

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(6.224)	36.618	(6.224)	36.618
Outros resultado abrangentes	–	–	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	(6.224)	36.618	(6.224)	36.822

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social subscrito	Capital a integralizar	Reserva de Lucros: Reserva legal	Reserva de Lucros: Outras Reservas	Prejuízos acumulados	Patrimônio Líquido da controladora	Participação de não controladores	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2018	26.549	–	–	–	(544)	26.005		26.005
Aumento de capital	70.000	(10.000)	–	–	–	60.000	–	60.000
Lucro do exercício	–	–	–	–	36.618	36.618	(204)	36.414
Constituição de reserva de legal	–	–	1.804	–	(1.804)	–	–	–
Constituição da reserva de lucros	–	–	–	34.270	(34.270)	–	–	–
Distribuição de lucros	–	–	–	–	–	–	–	–
Movimentação de não controladores	–	–	–	–	–	–	906	906
Saldos em 31 de dezembro de 2019	96.549	(10.000)	1.804	34.270	–	122.623	703	123.326
Aumento de capital		5.000	–	–	–	5.000	–	5.000
Lucro (prejuízo) do exercício	–	–	–	–	(6.224)	(6.224)	(2.053)	(8.277)
Distribuição de lucros	–	–	–	–	437	437	4.104	4.542
Saldos em 31 de dezembro de 2020	96.549	(5.000)	1.804	34.270	(5.787)	121.836	2.754	124.590

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) do exercício	(6.207)	36.618	(3.824)	37.987
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	–	23	786	869
Despesas financeiras com empréstimo	146	–	146	–
Resultado de equivalência patrimonial	6.312	(34.833)	(5.532)	(12.995)
Deságio em aquisições de investimentos	–	(2.100)		–
Baixa de imobilizado	–	49	13	77
Decréscimo/(acréscimo) em ativos				
Contas a receber	–	–	8.743	(19.174)
Estoques	–	–	(105)	(1.344)
Impostos a compensar	(13)	(45)	(26)	(261)
Adiantamentos a fornecedores	–	–	–	69
Outros créditos	(10.113)	104	(10.867)	316
(Decréscimo)/acréscimo em passivos				
Fornecedores	–	–	584	(5)
Adiantamento de clientes	–	–	92	(40)
Obrigações trabalhistas e tributárias	25	10	(929)	1.670
Outras contas a pagar	(3.731)	3.731	(3.799)	3.796
IR e CS pagos	(17)	–	(380)	(497)
Caixa líquido (aplicado nas)/proveniente das atividades operacionais	(13.598)	3.557	(15.098)	10.468
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Alienação de participação societária	20.736	–	23.026	–
Investimento em projetos	–	–	–	(20.863)
Alienação/baixa de projetos	–	–	7.045	–
Aquisição de participação societária	–	(65.928)	–	(50.676)
Dividendos recebidos de investidas	4.148	8.921	4.148	986
Adiantamento para futuro aumento de capital	(1.339)	(3.565)	–	–
Reversão reserva legal	437	–	(1.587)	–
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	–	–	(809)	(1.084)
Caixa líquido (aplicado nas)/ provenientes das atividades de investimentos	23.982	(60.572)	31.823	(71.637)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital	5.000	60.000	5.000	60.000
Operações com partes relacionadas	733	891	1.982	5.840
Empréstimos e financiamentos	(387)	(599)	(387)	(599)
Participação de não controladores	–	–	2.051	(204)
Caixa líquido (aplicado nas)/ proveniente das atividades de financiamento	5.346	60.292	8.646	65.037
(Redução líquida)/ aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	15.730	3.277	25.371	3.868
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	3.284	7	4.165	297
No final do exercício	19.014	3.284	29.536	4.165
(Redução líquida)/ aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	15.730	3.277	25.371	3.868

Diretoria

Marina Guaspari de Brito Gonçalves - Diretora
Silvana Guaspari de Brito Gutfreund - Diretora
Paulo Carlos de Brito Filho - Diretor

Contador

Nilton Cesar de Lima - CRC 1SP198855/O-0

A Companhia optou pela publicação resumida das Demonstrações Financeiras que estão disponíveis na sede da empresa, em sua íntegra, acompanhadas do parecer com ressalvas dos auditores independentes da RSM Fontes Auditores Independentes S.S. CRC 2SP-030.002/O-7.

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente

esas em Situação
gência) para fazer
ımento pela zona
ão Paulo.
ta das 11h30, mui-
as que chegavam à
ente ficavam sem
a para continuar a
so porque, naque-
nto, a linha 2-ver-
não havia voltado
naquela, que esta-
etamente fechada.
i o Paese na Vi-
mas estava cheio,
assei 30 minutos
ıdo", diz o promo-
entos Pedro San-
Ele precisava ter
à estação Villa Lo-
aré, zona oeste, às

Comunicado na porta da estação Brás, na região central de São Paulo, informa sobre a greve Zanone Fraissat/Folhapress

9h, mas 40 minutos depois do horário ainda esperava o retorno da linha 2-verde. A outra opção para o deslocamento seria pegar quatro ônibus. "Não compensa."

Além da demora, os usuários relataram que, em plena pandemia, os ônibus do Paese estavam lotados. (MF)

■ A linha 4-amarela acabou sendo a alternativa para algumas pessoas. Para alguns, porém, ainda era necessário descobrir como seria o trajeto até o trabalho.

A empregada doméstica Márcia Lopes, 43, saiu de Cidade Tiradentes, zona leste, e tentava chegar ao Paraíso, zona sul. Normalmente pegaria a linha azul, mas resolveu pegar a amarela. "Vou chegar na Paulista e tentar ligar para a minha patroa para ela me buscar. Por enquanto estou perdida, está complicado", afirmou.

Por causa da greve, o rodízio de veículos foi suspenso nesta quarta-feira. (MF)

spеitos de matar família vão a júri

essoas
ısadas de
nar casal e
ABC paulista

ıa determinou que
i popular os cinco
s de envolvimen-
rte de uma famí-
trada carbonizada
e um carro em São Bernardo do Campo (ABC), em janeiro do ano passado.

Apesar de as defesas alegarem o envolvimento de seus clientes somente em um roubo, que antecedeu o triplo homicídio, o Tribunal de Justiça de São Paulo acatou todas as denúncias feitas pelo Ministério Público de São Paulo, em que os cinco estariam envolvidos no roubo, assassinatos e na ocultação dos cadáveres. O quinteto também é acusado de associação criminosa.

Anaflávia Martins Gonçalves, filha e irmã das vítimas, sua namorada, Carina Ramos de Abreu, os irmãos Juliano Oliveira Ramos Júnior e Jonathan Fagundes Ramos, primos de Carina, e Guilherme Ramos da Silva aguardam presos pelo julgamento. O grupo é denunciado pelas mortes de Romuyuki Gonçalves, 43, a mulher, Flaviana Gonçalves, 40, e o filho Juan Gonçalves, 15. (AH)

Superbac Biotechnology Solutions S.A. - CNPJ/ME nº 00.657.661/0001-94
Errata
Nas demonstrações financeiras publicadas neste jornal em que consta o nome de Bernardo Zaramella Olsina como Diretor entenda-se Wilson Ernesto da Silva.

SIMESP – SINDICATO DOS MÉDICOS DE SÃO PAULO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
na do artigo 64, § 3º, do Estatuto Social, todos os associados, bem como ficam convidados, nos termos da lei, todos os demais médicos mprego com hospitais privados, clínicas, laboratórios, empresas de medicina de grupo, santas casas de misericórdia, organizações so- ıtrópicas de saúde, para se reunirem, com direito a voz e voto, em **assembleia geral extraordinária**, que será instalada no próximo ı, terça-feira, às **20h00** horas em convocação única. Em razão da decretação de quarentena causada pela Pandemia da COVID-19, a ı virtualmente através do link **https://forms.gle/NVme3P9oZJdMNc28A** e terá a seguinte **ordem do dia: 1) Campanha Sala-** r privado, abrangendo hospitais, clínicas, laboratórios, empresas de medicina de grupo, santas casas de misericórdia, organizações trópicas de saúde, cuja **data-base é 1º de setembro;** 2) Discussão e aprovação das pautas de reivindicações da categoria médica vação das normas coletivas de trabalho com o **SINDHOSP, SINDHCLOR, SINAMGE, SINDHOSFIL – São Paulo, SINDHOSFIL – Ri- FIL – Vale do Paraíba, SINDHOSFIL LINOSESP, SINDHOSFIL – Presidente Prudente** em relação à base territorial coincidentes

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TAQUARAL
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº 03/2021
Edital nº 20/2021 - Processo Licitatório nº 46/2021
Órgão Licitante: Município de Taquaral. **Modalidade:** Pregão Eletrônico nº 03/2021, do tipo "menor preço por item". **Objeto:** Registro de preços, para eventuais aquisições futuras, de Materiais Hospitalares, visando o enfrentamento, proteção e prevenção contra a Covid-19, além de atender as demais necessidades do Departamento de Saúde. **Recebimento das propostas:** até às 08:00 horas do dia 02 de junho de 2021, pelo site: www.bbmnetlicitacoes.com.br . **Abertura das propostas:** após às 8.00 horas do dia 02 de junho de 2021. Edital completo e maiores informações poderão ser obtidas através do *site* www.taquaral.sp.gov.br ou pelo *e-mail* licita@taquaral.sp.gov.br
Taquaral, 19 de maio de 2021.

58.766.353/0001-87. **Objeto:** Termorregulador. **Valor:** R$ 22.500,00.
Luiz Gonçalves Neto - Diretor Presidente

Governo do Estado de São Paulo
Universidade Estadual de Campinas
Hospital de Clínicas
AVISO DE ABERTURA
Encontra-se aberto no Hospital de Clínicas da Universidade Estadual de Campinas o Pregão Eletrônico HC nº 372/2021, Processo 15P-5133/20201 **OFERTA DE COMPRA BEC/SP:** 102202100592021OC00219 do tipo menor preço unitário, Registro de Preços de Luva para procedimentos em latex. O prazo de entrega das propostas eletrônicas será até o dia 07/06/2021, às 09:30 horas, sendo que a sessão será no mesmo dia e horário, pela página virtual da BEC/SP (http://www.bec.sp.gov.br) O Edital na íntegra encontra-se disponível na página virtual da BEC?SP no site e no www.e-negociospublicos.com.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRA
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2021
OBJETO: Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de kits de exames para laboratório, para atender a demanda dos pacientes da Rede Básica, Hospital Municipal e Covid-19, neste Município. Data de encerramento: 07/06/2021, às 08 horas. Vladen Vieira, Secretário Municipal de Saúde.
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 051/2021
OBJETO: Aquisição de materiais elétricos. Data de encerramento: 08/06/2021, às 08 horas. Flávio Boretti, Secretário Municipal de Esportes e Lazer.
Os editais estarão disponíveis aos interessados através do site www.itapira.sp.gov.br. Demais esclarecimentos na Secretaria de Recursos Materiais, das 08h00 às 12h00 e das 13h30 as 17h00, no endereço Rua João de Moraes, nº 508, Centro, Itapira/SP, ou pelo telefone (19) 3843-9180, ou pelo e-mail licitacoes@itapira.sp.gov.br. Itapira, 19 de maio de 2021.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMNISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO
SUPRIMENTOS
AVISO DE ABERTURA
Encontra-se aberta na UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas) a **Tomada de Preços TP DGA 6/2021, processo 01-P-4560/2021**, do tipo menor preço global, destinada à **Contratação de empresa especializada para execução da obra de ampliação da cabine de entrada de energia do Centro de Computação da Unicamp.** Data de encerramento para entrega dos envelopes "A" e "B": **07/06/2021 às 09h30.** Data da abertura do Envelope "A" em forma de sessão virtual: **07/06/2021 às 10h30.** Valor estimado do serviço é de **R$ 1.855.442,32.** O Edital, na íntegra, está disponível nos sites **http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/ENegocios/BuscaENegocios_14_1.aspx.**

Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio e em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Empresas de Serviços Contábeis de Americana e Região - Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária - Pelo presente edital ficam convocados todos os associados deste sindicato, quites e em pleno gozo de seus direitos estatutários, para participarem da Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 10 de Junho de 2021 às 17h30min., em primeira convocação, com metade mais um dos associados, à Rua Bolívia, nº 186, Vila Cechino, nesta cidade de Americana, Estado de São Paulo, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias da ordem do dia: **a) Parecer do Conselho Fiscal sobre o Balanço do Exercício de 2020; b) Leitura, discussão e votação do relatório da Diretoria e Balanço do Exercício de 2020.** Não havendo, na hora acima indicada, número legal de associados, para a instalação dos trabalhos em primeira convocação, a Assembleia será realizada 30 (trinta minutos) após, no mesmo dia e local, em segunda convocação com qualquer número de associados presentes. Americana, 20 de Maio de 2021. Helena Ribeiro da Silva - Presidenta.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAIBUNA - SP
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
Modalidade: Pregão Presencial N°. 0015/2021 - Edital Nº 0040/2021. Objeto: Ata de Registro de Preço para futura aquisição de material de construção, alvenaria e elétrico para todos os Departamentos da Prefeitura de Paraibuna. Critério de Julgamento: Menor Preço Por Item. Encerramento e abertura: 09:00 horas do dia 07/06/2021. **Informações:** Telefone (12) 3974-2080, Ramal 4 e E-mail: licitacao@paraibuna.sp.gov.br. Paraibuna, 20 de maio de 2021. Victor de Cassio Miranda - Prefeito Municipal.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
CONFORME ESTABELECE O ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO METRÔ DE SÃO PAULO-AAPM, DEVIDAMENTE PUBLICADO NO JORNAL AGORA SÃO PAULO DO DIA 20/05/2021, CONVOCAMOS OS ASSOCIADOS PARA PARTICIPAR DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA QUE SERÁ REALIZADA NO DIA 09/06/2021, ÀS 14:00 HORAS EM PRIMEIRA CHAMADA E ÀS 15:00 HORAS EM SEGUNDA CHAMADA, EM SUA SEDE SOCIAL LOCALIZADA NA RUA CEL PEDRO DIAS DE CAMPOS, 1105, VILA MATILDE, SÃO PAULO, PARA

MAPFRE VIDA S.A.

(Subsidiária Integral)

CNPJ 54.484.753/0001-49 - NIRE 3530010769-1

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2020

DATA, HORA E LOCAL: Em 15 de dezembro de 2020, às 10h, na sede da **MAPFRE VIDA S.A.** ("Companhia"), na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 14.261, Ala B, 17 ao 21º andar, Vila Gertrudes, CEP 04.794-000. **PRESENÇA:** Presente a única acionista titular de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da **MAPFRE VIDA S.A.** ("Companhia"), conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada em razão da presença da acionista titular das ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme dispõe o artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"). **MESA:** Assumiu a presidência Francisco Eugenio Labourt, que convidou Simone Pereira Negrão para exercer a função de secretária. **ORDEM DO DIA:** (i) deliberar sobre alteração Diretoria da Companhia e, (ii) readequação e ratificação das designações específicas dos Diretores estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"). **DELIBERAÇÕES:** Os acionistas da Companhia decidiram, por unanimidade e sem ressalvas: (i) **aprovar** a destituição, a partir desta data, do Sr. Óscar Garcia-Serrano Jimenez do cargo de Diretor da Sociedade. Ao Diretor ora destituído é dada a mais ampla, geral e rasa quitação quanto aos serviços prestados à Sociedade. (ii) **eleger** ao cargo de Diretor da Companhia, Sr. **Julien Clausse,** francês, casado, administrador, portador do RNM Nº V425625HDIREXEX e inscrito no CPF/MF sob nº 231.772.198-69, com endereço para estes fins na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 11.711, 21º andar, Brooklin, CEP 04578-000, para cumprir mandato complementar até Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2023 e, por já fazer parte da Diretoria de outra sociedade supervisionada, o Diretor ora eleito, não necessita obter aprovação prévia da SUSEP - Superintendência de Seguros Privados para sua eleição, nos termos do §2º, do artigo 1º, do Anexo II da Resolução CNSP nº 330/15. O Diretor ora eleito, toma posse mediante a assinatura do respectivo termo de posse, lavrado em livro próprio, aceita o cargo e declara, em termo separado da presente data, sob as penas da lei, que: (a) preenche as condições previstas na Resolução CNSP 330/2015 e, (b) não está impedido de exercer o comércio ou a administração de sociedades mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco está impedido, por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em conformidade com o disposto no artigo 37, inciso II, da Lei nº 8.934, de 18 de dezembro de 1994 e no artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações, cientes de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Em virtude das alterações acima, a Diretoria da Companhia passa a ter a seguinte composição:

MEMBROS	CARGOS	MANDATO	
		INÍCIO	TÉRMINO
Luis Gutierrez Mateo	Diretor-Presidente	31.03.2020	A.G.O de 2023
Agustin David Bello-Conde Valdes	Diretor	31.03.2020	A.G.O de 2023
Denia Moura	Diretora	03.11.2020	A.G.O de 2023
Francisco Eugenio Labourt	Diretor	31.03.2020	A.G.O de 2023
Julien Clausse	Diretor	15.12.2020	A.G.O de 2023
Orlando Eliecer Ibarra Campo	Diretor	31.03.2020	A.G.O de 2023
Raphael de Luca Júnior	Diretor	31.03.2020	A.G.O de 2023
Simone Pereira Negrão	Diretora	31.03.2020	A.G.O de 2023
Vago	Diretor	/-/	/-/

(i) Com a eleição acima, as designações específicas de responsabilidade do Sr. **Óscar Garcia Serrano Jimenez**, quais sejam, Diretor responsável **(a)** Administrativo-Financeiro (artigo 1º, III, da Circular SUSEP nº 234/2003); **(b)** pelo cumprimento das obrigações da Resolução CNSP nº 143/2005; **(c)** pelas relações com a SUSEP (artigo 1º, I, da Circular SUSEP nº 234/2003); **(d)** Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos da contabilidade previstos na Resolução CNSP nº 321/2015, passam a ser de responsabilidade do diretor eleito Sr. **Julien Clausse**. **b)** Ratificar, nos termos da Resolução CNSP nº 330/2015, as designações específicas dos Diretores, a saber:

DIRETOR RESPONSÁVEL	DESIGNAÇÕES ESPECÍFICAS
Julien Clausse	Diretor responsável **(a)** Administrativo-Financeiro (artigo 1º, III, da Circular SUSEP nº 234/2003); **(b)** pelo cumprimento das obrigações da Resolução CNSP nº 143/2005; **(c)** pelas relações com a SUSEP (artigo 1º, I, da Circular SUSEP nº 234/2003); **(d)** Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos da contabilidade previstos na Resolução CNSP nº 321/2015.
Denia de Moura	Diretor responsável **(a)** pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613/1998 (artigo 1º, IV, da Circular SUSEP nº 234/2003 e artigo 2º, §2º da Circular SUSEP nº 445/2012); **(b)** pelos controles internos (artigo 9º, Circular SUSEP nº 249/2004).
Agustin David Bello Conde Valdes	Diretor **(a)** responsável técnico pelo cumprimento do disposto no artigo 1º, II, da Circular SUSEP nº 234/2003; **(b)** Diretor técnico responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento dos procedimentos atuariais previstos nas normas em vigor (Resolução CNSP nº 321/2015, artigo 108); **(c)** Diretor responsável pela contratação de correspondentes de microsseguro e pelos serviços por eles prestados (artigo 11, I, da Circular SUSEP nº 442), e **(d)** Diretor responsável pela contratação e supervisão de representantes de seguros e pelos serviços por eles prestados (artigo 16, I, da Resolução CNSP nº 297); **(e) Resolução CNSP nº 383/2020.**
Raphael de Luca Júnior	Diretor Responsável pelo artigo 12 da Resolução CNSP nº 382 de 04 de março de 2020.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. **ASSINATURAS: Mesa:** Francisco Eugenio Labourt, Presidente da Mesa; Simone Pereira Negrão, Secretaria da Mesa; **Acionista:** MAPFRE Participações S.A. p. Fernando Perez-Serrabona Garcia, Diretor Presidente e Óscar Garcia-Serrano Jimenez, Diretor. **CERTIDÃO:** A presente ata é cópia fiel do original, lavrada em livro próprio. São Paulo, 15 de dezembro de 2020. **Francisco Eugenio Labourt** - Presidente da Mesa; **Simone Pereira Negrão** - Secretária da Mesa. **JUCESP nº 170.582/21-8 em 15/04/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.**

Superbac Biotechnology Solutions S.A.

CNPJ/ME nº 00.657.661/0001-94

Errata

Nas demonstrações financeiras publicadas neste jornal em que consta o nome de Bernardo Zaramella Olsina como Diretor, entenda-se Wilson Ernesto da Silva.

MAPFRE PREVIDÊNCIA S.A.

(Subsidiária Integral)

CNPJ 04.046.176/0001-40 - NIRE 3530017933-1

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2020

DATA, HORA E LOCAL: Em 15 de dezembro de 2020, às 08h30, na sede da **MAPFRE PREVIDÊNCIA S.A.** ("Companhia"), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, 21º andar, Brooklin, CEP 04578-000. **PRESENÇA:** Presente acionista titular de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada em razão da presença de acionista detentor das ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme dispõe o artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"). **MESA:** Assumiu a presidência Francisco Eugenio Labourt, que convidou Simone Pereira Negrão para exercer a função de secretária. **ORDEM DO DIA:** (i) deliberar sobre alteração Diretoria da Companhia e, (ii) readequação e ratificação das designações específicas dos Diretores estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"). **DELIBERAÇÕES:** Os acionistas da Companhia decidiram, por unanimidade e sem ressalvas: (i) **aprovar** a destituição, a partir desta data, do Sr. **Óscar Garcia-Serrano Jimenez** do cargo de Diretor da Sociedade. Ao Diretor ora destituído é dada a mais ampla, geral e rasa quitação quanto aos serviços prestados à Sociedade. (ii) **eleger** ao cargo de Diretor da Companhia, Sr. **Julien Clausse,** francês, casado, administrador, portador do RNM nº V425625HDIREXEX e inscrito no CPF/MF sob nº 231.772.198-69, com endereço para estes fins na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 11.711, 21º andar, Brooklin, CEP 04578-000, para cumprir mandato complementar até Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2023 e, por já fazer parte da Diretoria de outra sociedade supervisionada, o Diretor ora eleito, não necessita obter aprovação prévia da SUSEP - Superintendência de Seguros Privados para sua eleição, nos termos do §2º, do artigo 1º, do Anexo II da Resolução CNSP nº 330/15. O Diretor ora eleito, toma posse mediante a assinatura do respectivo termo de posse, lavrado em livro próprio, aceita o cargo e declara, em termo separado da presente data, sob as penas da lei, que: (a) preenche as condições previstas na Resolução CNSP 330/2015 e, (b) não está impedido de exercer o comércio ou a administração de sociedades mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco está impedido, por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em conformidade com o disposto no artigo 37, inciso II, da Lei nº 8.934, de 18 de dezembro de 1994 e no artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações, cientes de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Em virtude das alterações acima, a Diretoria da Companhia passa a ter a seguinte composição:

Membros	Cargos	Mandato	
		Início	Término
Luis Gutierrez Mateo	Diretor-Presidente	31.03.2020	A.G.O. DE 2023
Fernando Pérez-Serrabona Garcia	Diretor	31.03.2020	A.G.O. DE 2023
Agustin David Bello-Conde Valdes	Diretor	31.03.2020	A.G.O. DE 2023
Denia de Moura	Diretora	03.11.2020	A.G.O. DE 2023
Francisco Eugenio Labourt	Diretor	31.03.2020	A.G.O. DE 2023
Julien Clausse	Diretor	15.12.2020	A.G.O. DE 2023
Orlando Eliecer Ibarra Campo	Diretor	31.03.2020	A.G.O. DE 2023
Raphael de Luca Junior	Diretor	31.03.2020	A.G.O. DE 2023
Simone Pereira Negrão	Diretora	31.03.2020	A.G.O. DE 2023
Vago	Diretor	/-/	/-/

(i) Com a eleição acima, as designações específicas de responsabilidade do Sr. **Óscar Garcia Serrano Jimenez**, quais sejam, Diretor responsável: **(a)** pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade previstos no artigo 127 da Resolução CNSP nº 321/15; **(b)** administrativo-financeiro (artigo 1º, III, da Circular SUSEP nº 234/03); **(c)** pelo cumprimento das obrigações da Resolução CNSP nº 143/05 (artigo 2º); **(d)** pelas relações com a SUSEP (artigo 1º, I, da Circular SUSEP nº 234/03); passam a ser de responsabilidade do diretor eleito Sr. **Julien Clausse. b)** Ratificação, nos termos da Resolução CNSP nº 330/2015, as designações específicas dos Diretores, a saber:

Diretor Responsável	Designação Específica
Julien Clausse	Diretor responsável: **(a)** pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade previstos no artigo 127 da Resolução CNSP nº 321/15; **(b)** administrativo-financeiro (artigo 1º, III, da Circular SUSEP nº 234/03); **(c)** pelo cumprimento das obrigações da Resolução CNSP nº 143/05 (artigo 2º); **(d)** pelas relações com a SUSEP (artigo 1º, I, da Circular SUSEP nº 234/03).
Agustin David Bello-Conde Valdes	Diretor responsável **(a)** técnico (artigo 1º, inciso II, da Circular SUSEP nº 234/03); e **(b)** técnico pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento dos procedimentos atuariais, previstos nas normas em vigor e no artigo 108 da Resolução CNSP nº 321/15; **(c)** Resolução CNSP nº 383/2020;
Denia de Moura	Diretor responsável **(a)** pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613/98 (artigo 1º, inciso IV, da Circular SUSEP nº 234/03); **(b)** pelos controles internos (artigo 9º da Circular SUSEP nº 249/04); e **(c)** pelos controles internos especificados na Circular SUSEP nº 445/12 (artigo 2º, § 2º).
Raphael de Luca Júnior	Diretor Responsável pelo artigo 12 da Resolução CNSP nº 382 de 04 de março de 2020.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. **ASSINATURAS: Mesa:** Francisco Eugenio Labourt, Presidente da Mesa; Simone Pereira Negrão, Secretária da Mesa. **Acionista:** MAPFRE Participações S.A. p. Fernando Pérez-Serrabona Garcia, Diretor Presidente e Óscar Garcia-Serrano Jimenez, Diretor. **CERTIDÃO:** A presente ata é cópia fiel do original, lavrada em livro próprio. São Paulo, 15 de dezembro de 2020. **Francisco Eugenio Labourt** - Presidente da Mesa; **Simone Pereira Negrão** - Secretária da Mesa. **JUCESP nº 170.340/21-1 em 15/04/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.**

Fundação Butantan

CNPJ: 61.189.445/0001-56

Pregão Eletrônico - Retificação

PROCESSO: 001/0708/000.102/2021. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 097/2021. MODALIDADE: Pregão Eletrônico. Considerando erro na publicação do Pregão Eletrônico nº 097/2021, conforme publicação veiculada no DOE de 19/05/2021, seção Empresarial, pag. 25, faz-se necessária a Retificação. ONDE SE LÊ: OBJETO: AQUISIÇÃO DE BANCO DE CONCRETO. LEIA-SE: OBJETO: AQUISIÇÃO DE TINTAS.

Metalúrgica Mococa S.A.

CNPJ-MF nº 52.502.945/0001-05 - NIRE 35.300.057.589

Ata Sumariada da Assembleia Geral Ordinária

Realizada em 23 de Abril de 2021

Data, Hora e Local: Aos 23 (vinte e três) dias de abril de 2021, as 14:00 horas, na sede social, na Rodovia SP 340, Km 274,74 - Distrito Industrial II, em Mococa, Estado do São Paulo. **Convocação:** Os Editais de Convocação foram publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Jornal Valor Econômico nos dias 17, 18 e 19 de março do corrente ano. **Quorum:** Acionistas representando número suficiente de votos para instalar a Assembleia e deliberar sobre a ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. **Mesa Diretiva:** Presidente: Liliana Faccio Novaretti - Secretário: Valdir Ferracin Pasotto. **Publicações:** O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, juntamente com o Parecer dos Auditores Independentes, foram publicados no dia 26 do mês de fevereiro de 2021, no Diário Oficial do Estado, páginas 135 e 136 e, no Jornal Valor Econômico, página B-7. **Deliberações:** Com abstenção dos legalmente impedidos de votar, foram tomadas as seguintes deliberações: aprovaram, sem qualquer reservas, por unanimidade de votos: 1.1 - as contas dos Administradores, as Demonstrações Contábeis e Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; 1.2 - A destinação do lucro líquido do exercício, no montante de R$ 16.875,591,00 (dezessseis milhões, oitocentos e setenta e cinco mil, quinhentos e noventa e um reais) da seguinte forma: a) R$ 843.779,55 (oitocentos e quarenta e três mil, setecentos e setenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos) para a Reserva Legal; b) R$ 12.988.978,20 (doze milhões, novecentos e oitenta e oito mil, novecentos e setenta e oito reais e vinte centavos) como dividendos, ressalvando-se que, deste valor, o montante de R$ 8.659.318,80 (oito milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil, trezentos e dezoito reais e oitenta centavos) foi distribuído antecipadamente aos acionistas "ad referendum" da AGO, por deliberação do Conselho de Administração em reunião de nº 247, de 15 de janeiro de 2021, que fica ratificado pela presente Assembleia e, o restante, no montante de R$ 4.329.659,40 (quatro milhões, trezentos e vinte e nove mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e quarenta centavos) deverá ser pago aos acionistas, em data a ser definida a critério exclusivo da Diretoria da companhia, porem respeitada a data limite de 30 de junho de 2020, na proporção de R$ 50,00 (cinquenta reais) para cada lote de 1000 (mil) ações representativas do capital social; e, c) R$ 3.042.833,25 (três milhões, quarenta e dois mil, oitocentos e trinta e três reais e vinte e cinco centavos) para constituição de Reserva de Contingência para fazer face a pagamento de eventual insucesso em ação fiscal. 1.3 - Reelegeram os seguintes membros do Conselho de Administração para o próximo mandato estatutário de um ano, a saber: **a) Membros Titulares:** os Srs. **Marcos Ribeiro Barretto Júnior,** brasileiro, casado, atuário, residente e domiciliado em Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, na Alameda Jundiaí nº 175, Alphaville - Residencial 04 - CEP 06.542-085, portador da cedula de identidade RG nº 17.907.622-X-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 150.922.318-58; **Francisco Marcondes Barretto,** brasileiro, casado, engenheiro mecânico, residente e domiciliado em São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cardoso de Melo Junior, 530, Alto de Pinheiros, CEP 05.462-020, portador da cédula de identidade RG nº 6.999.902-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 032.831.148-03; **Regina Barretto Dias,** brasileira, solteira, empresária, residente e domiciliada em Mococa, Estado de São Paulo, na Rua Anterior Silva, nº 9, CEP 13.730-049, portadora da cédula de identidade RG nº 3.519.331-SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 390.840.608-06; **José de Castro Rodrigues Netto,** brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado em Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, na Rua Rui Barbosa, 522, apartamento 72, CEP 14.015-120, portador da cédula de identidade RG nº 8.612.961-2/SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 007.782.688-45 e **Luiz Armando Barretto Ribeiro,** brasileiro, solteiro, economista, residente e domiciliado na Rua Jesuíno Arruda nº 583, apartamento 21, em São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04.532-081, portador da cédula de identidade RG nº 2.256.863/SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 398.771.408-53. **b) Membros Suplentes:** os Srs. **José Luiz Leite Ribeiro,** brasileiro, casado, agropecuarista, residente e domiciliado em Mococa, Estado de São Paulo, na Fazenda Belo Monte, Zona Rural, CEP 13.749-899, portador da cedula de identidade RG nº 8.077.783/SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 199.639.558-00; **Dárcio Sayad Maia,** brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado em São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua dos Tamanás, nº 211, Vila Madalena, CEP 05.444-010, portador da cédula de identidade RG nº 4.628.593-3/SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob nº 062.843.298-49; **Guilherme Barretto Junqueira,** brasileiro, casado, empresario, residente e domiciliado em Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Jagapé, 263, Residencial Morada dos Lagos, CEP 06429-300, portador da cédula de identidade RG nº 13.564.232/SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 154.102.358-78; **Rubens Garcia Marmol Dias,** brasileiro, solteiro, analista de sistemas, residente e domiciliado em São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cotoxó nº 469, apartamento 63, Perdizes, CEP 05.021-000, portador da cédula de identidade RG nº 43.935.430-4/SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 324.164.768-40; e **Flávio Ribeiro Henry,** brasileiro, solteiro, arquiteto, residente e domiciliado em São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Maranhão nº 89, apartamento 111, CEP 01.240-001, portador da cédula de identidade RG nº 9.414.736-X/SSP SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 052.964.568-82; e 1.4 - Fixaram a remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração até o montante de R$ 425.000,00 (quatrocentos e vinte e cinco mil reais) e dos membros da Diretoria, a ser eleita pelo Conselho de Administração, até o montante anual global de R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), as quais serão corrigidas, no mínimo, pelos mesmos índices dos aumentos gerais concedidos aos empregados da companhia, nas mesmas épocas em que ocorrerem e que deverão ser distribuídas pelo Conselho de Administração aos membros dos respectivos órgãos, em reunião específica. **Informações Finais e Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente suspendeu a sessão para a lavratura desta ata que foi redigida na forma prevista pelo Artigo 130, Parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76. Reaberta a sessão foi esta ata, depois de lida e achada conforme, assinada por todos os presentes. Mococa, 23 de abril de 2021. Liliana Faccio Novaretti - Presidente; Valdir Ferracin Pasotto - Secretário. Pp. BOCAINA AGRICOLA E PECUARIA LTDA.; LAVINIA AGRICOLA E PECUARIA LTDA.; QUARTO CRESCENTE AGRICOLA E PECUARIA LTDA.; DEGAS ADMINISTRAÇAO DE BENS E PARTICIPAÇÕES LTDA.; LUCÉLIA AGRICOLA; PECUÁRIA E INDUSTRIAL LTDA.; SANTANA DO RETIRO AGROPECUÁRIA, ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.; ANA MARIA MARCONDES BARRETTO; MARIA IGNEZ MARCONDES BARRETTO e FRANCISCO MARCONDES BARRETTO - Liliana Faccio Novaretti; Pp. CAROLINA BARRETTO LERRO BARRETTO HENNING; JOSÉ DE CASTRO RODRIGUES NETTO; LUCIA RODRIGUES NETTO DA COSTA ROCHA; RENATA BARRETTO DE CASTRO OLIVEIRA; JOÃO FRANCISCO DIAS BARRETTO JUNQUEIRA; e JOSÉ NELSON DIAS BARRETTO JUNQUEIRA - Valdir Ferracin Pasotto; HENRIQUE BARRETTO DE FIGUEIREDO; VALDIR FERRACIN PASOTTO - Diretor. Certificamos que a presente é cópia fiel transcrita da Ata lavrada no livro próprio nº 03 (três), folhas 136 a 142, da qual foram extraídas 03 (três) vias para os fins legais - Liliana Faccio Novaretti, Presidente; Valdir Ferracin Pasotto - Secretário. **JUCESP** nº 214.802/21-8 em 12/05/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Fundação Butantan

CNPJ: 61.189.445/0001-56

COMUNICA: Abertura de Seleção de Fornecedores

PROCESSO: 001.0708.003.053/2020. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 091/2021. OFERTA DE COMPRA: 895000801002021OC00098. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO, a ser realizado por intermédio do Sistema Eletrônico de Contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo", cuja abertura está marcada para o dia 01/06/2021 a partir das 10h00min. Os interessados em participar do certame deverão acessar a partir de 20/05/2021, site www.bec.sp.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes. O Edital está disponível também no site: https://fundacaobutantan.org.br/licitacoes/pregao-eletronico

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quinta-feira, 20 de maio de 2021 às 00:52:39